

2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO GERAL



VOLUME 1

RELATÓRIO TÉCNICO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS

Secretaria de Estado da Fazenda

Diretoria de Contabilidade Geral





2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO GERAL



VOLUME 1RELATÓRIO TÉCNICO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS

SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

Antonio Marcos Gavazzoni

DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL

Graziela Luiza Meincheim

ASSESSOR DA DIRETORA

Vagner Alonso Pacheco

COORDENAÇÃO E ELABORAÇÃO DO BALANÇO GERAL

GERÊNCIA DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Gilceu Ferreira (Gerente)
Heber Lima da Costa
Janice Vilsélia Pacífico da Silveira
Kely Cristina da Silva Truppel
Marcelo Fernandes Pedrosa
Paulo Rodrigo Capre
Rogério Felipe Pereira
Rosangela Della Vechia

Cléia Cionia Schmitz Flávio George Rocha Mário Wendhausen Gentil Raquel Costa Pereira Roberto Fialho

COLABORAÇÃO

GERÊNCIA DE CONTABILIDADE

CENTRALIZADA

Andréa Terezinha Vitali (Gerente) Cíntia Fronza Rodrigues

Maria Luiza Seemann

Ozamir João Pereira Raquel Costa Pereira GERÊNCIA DE ESTUDOS E NORMATIZAÇÃO CONTÁBIL

Flávio George Rocha (Gerente) Emanuella Seemann Hunttemann

Jorge Luiz Alves

Michele Patrícia Roncalio Roberto M. D. de Carvalho Júnior GERÊNCIA DE CONTABILIDADE FINANCEIRA

Vera L. Hawerroth Santana (Gerente) Alice Luciane Rhoden Arleny Jaqueline M. Pacheco

Ana Maria da Silva Maristela Reinert

Paulo Guilherme O. Belvedere

GERÊNCIA DE SISTEMA DE GESTÃO FISCAL

Marcelo Inocêncio Pereira (Gerente) Carmem Lúcia Massulini Djalma Lúcio Ferreira da Silva Arena Elizabete Salazar da Silva Gilmar de Oliveira Amorim

Roberto Fialho

CONTADORES DA FAZENDA ESTADUAL RESPONSÁVEIS PELA CONTABILIDADE DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES ESTADUAIS

Abel Guilherme da Cunha Adalberto Cervino Ventura Alexandra Mara de Brito Anderson Pereira André Amaral Medeiros André Conceição Costa

André Conceição Costa Angela Coelho Arcangelo Felisberto

Bruno Hubacher da Costa Carlos Eduardo Osório Cintia Salvador Sorgen

Cristiano Severo Martins

Daniela de Souza Pereira Savi Dielis Heder Fiorentini Eliana Amorim Rosa

Elisa Mayer Enalto de Oliveira Gondrige

Ercí Velho de Melo Petronilio Everaldo Elias Vieira Fabiana Santana Correa Gabriel Pereira da Silva Geraldo Catunda Neto

Graziela Gesser

Guilherme Cerutti Bueno

Gutemberg Salles Afonso Isac Garcia Fernandes

Isair Sell Isis Paz Portinho Ivana Kretzer Santos Jefferson Fernando Grande Júlio Cesar Sigueira

Laizy da Silva Luana Claudia Torres Luciano da Silva Spíndola

Marcelo Carlos Botelho Márcio Studart Noqueira Michely Bernardini Schweitzer Nadieg Sorato Pacheco Ozemar Nascimento Willmer Patrick Estevão Imeton Pereira

Priscila Tais Schulle

Rafael Almeida Pinheiro da Costa

Rinaldo José Valese Sandro Medeiros Alves Sandro Robson Pontes

Solange M. L. Cardoso de Oliveira Wilson Henrique Fetzner Filho

OUTRAS ÁREAS ENVOLVIDAS

Assessoria de Comunicação (SEF)

Diretoria Administrativa e Financeira (SEF)

Diretoria de Administração Tributária (SEF)

Diretoria de Auditoria Geral (SEF)

Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública (SEF) Diretoria de Gestão dos Fundos (SEF)

Diretoria de Planejamento Orçamentário (SEF)

Diretoria do Tesouro Estadual (SEF)

Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina S.A. (CIASC)

Concepção gráfica

Officio (officio.com.br)

INFORMAÇÕES

Gerência de Informações Contábeis qeinc@sefaz.sc.qov.br | (48) 3665 2773 — (48) 3665 2710

Secretaria de Estado da Fazenda

Diretoria de Contabilidade Geral



Centro Administrativo do Governo Rodovia SC 401 — Km 5, nº 4.600 Saco Grande II — Florianópolis — SC



2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO GERAL



Secretaria de Estado da Fazenda

Diretoria de Contabilidade Geral



João Raimundo Colombo

GOVERNADOR DO ESTADO

Eduardo Pinho Moreira

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO

Antonio Marcos Gavazzoni

SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

Almir José Gorges

SECRETÁRIO ADJUNTO DA FAZENDA

MENSAGEM DO GOVERNADOR

FUNDAM: governo mais perto dos catarinenses

É nas cidades que as pessoas vivem. É no município que tudo acontece. Por isso, o Governo do Estado decidiu elaborar um programa para repassar recursos diretamente às prefeituras catarinenses a fim de que elas possam realizar investimentos importantes no dia a dia das pessoas. Com essa filosofia, criamos o Fundo de Apoio aos Municípios (FUNDAM).

Graças ao FUNDAM, são mais de R\$ 600 milhões distribuídos entre as 295 prefeituras de Santa Catarina, de forma absolutamente democrática e transparente, e sem distinção partidária.

São as próprias prefeituras que definem as áreas de aplicação dos recursos do FUNDAM. Afinal, os municípios é que conhecem as verdadeiras prioridades da população. Por meio do programa, é possível que as prefeituras comprem 954 equipamentos e máquinas para manutenção viária, bem como veículos para saúde e educação, realizem 57 obras de construção de creches, escolas, postos de saúde, ginásios, praças e centros de idosos, e pavimentem 1.337 ruas, o que corresponde a mais de 530 quilômetros de extensão, mais do que a rodovia BR-101 em Santa Catarina, com 465 km de Norte a Sul.

Encerramos o ano de 2014 com a marca de 384 convênios assinados com 274 prefeituras, 93% do total de municípios catarinenses. Um recorde se considerarmos que o programa foi aberto em setembro de 2013 e que os primeiros convênios foram assinados no fim daquele ano. Do total de R\$ 505 milhões em convênios assinados até 2014, o Estado já repassou às prefeituras R\$ 313 milhões.

Não temos dúvida: o FUNDAM é um exemplo de que se pode vencer a burocracia e alavancar ainda mais o desenvolvimento econômico e social de Santa Catarina. Com a destinação dos recursos de forma direta às prefeituras, os investimentos

são realizados com muito mais agilidade, e as falsas prioridades tendem a ser eliminadas. As obras são executadas pelos próprios municípios, o que permite fiscalização mais próxima e permanente, bem como contribui para a geração de emprego e renda em todas as cidades. Além disso, a contratação do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) para operacionalização do FUNDAM atribuiu um caráter ainda mais criterioso ao programa.

E para garantir que todos os catarinenses possam acompanhar de perto o volume de recursos investidos por meio do FUNDAM, prezamos desde o início pela transparência das informações. Qualquer cidadão pode acessar pela internet, na página do Portal da Transparência do Poder Executivo Estadual (www. transparencia.sc.gov.br) e na página da Secretaria de Estado da Fazenda (www. sef.sc.gov.br), dados como valores disponibilizados para cada prefeitura, projetos cadastrados, fase de tramitação das propostas, convênios assinados e valores repassados.

Por todas essas razões, o FUNDAM é uma das grandes marcas da gestão administrativa do Governo do Estado em 2014. E o nosso principal desafio, além de acompanhar a aplicação dos valores repassados até agora, é viabilizar a segunda edição do programa. Assim, em parceria com as prefeituras de Santa Catarina, o Governo do Estado chega cada vez mais perto da vida dos catarinenses.

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

GOVERNADOR DO ESTADO

MENSAGEM DO SECRETÁRIO

FUNDAM: parceria que vence a burocracia

Para colocar as pessoas em primeiro lugar, o Governo do Estado precisa chegar aonde elas estão - nos municípios. **Em Santa Catarina,** além dos repasses que garantem a cada cidade o recebimento de sua parte dos recursos arrecadados com impostos estaduais, o Governo conseguiu inovar na forma de atendimento direto às necessidades de cada localidade.

A criação do Fundo de Apoio aos Municípios (FUNDAM), fórmula encontrada para a distribuição de R\$ 605 milhões entre os 295 municípios catarinenses, garante que os recursos independam de partido ou de relacionamento político, já que exige que cada prefeitura apresente propostas de investimentos em áreas essenciais, todas cumprindo as mesmas exigências e prazos. Os projetos passam pelo crivo de uma equipe estritamente técnica e capacitada.

O Governador Raimundo Colombo foi visionário ao conceber um programa que contempla a totalidade dos municípios de forma transparente. O FUNDAM é um exemplo bem-sucedido de que se pode vencer a burocracia no âmbito público: faz bem para a comunidade, aquece a economia e realiza os projetos que a sociedade deseja para os seus municípios. O programa já é considerado um dos maiores cases de sucesso do Governo do Estado.

A repartição dos recursos advindos de impostos no Brasil ainda é muito desigual quando se consideram as três esferas de Governo. A União concentra a maior parte do bolo, depois vem o Estado, com responsabilidades cada vez maiores e urgentes. E os municípios, que respondem por grande parte das demandas essen-

ciais, não recebem na mesma proporção. O Estado contribui permanentemente com os repasses de 25% do ICMS e 50% do IPVA, mas as demandas de cada cidade aumentam conforme o crescimento da população e as exigências dos cidadãos. Em muitos municípios, o dinheiro advindo dos impostos estaduais é a principal fonte de recursos para investimento por parte das prefeituras.

Com repasses que variam de R\$ 700 mil a R\$ 3 milhões, os objetos de investimento do FUNDAM são decididos exclusivamente pelo município, por quem conhece e sabe das reais necessidades dos moradores. Qualquer pessoa pode verificar pela internet os valores disponibilizados para cada prefeitura, os projetos cadastrados, os convênios assinados e os valores já repassados às contas das prefeituras. Ao analisar friamente os números, um cidadão médio pode julgar que, em alguns casos, o valor não é tão significante. Mas basta conhecer a realidade de municípios pequenos, do interior, para entender o impacto da aquisição de um trator ou da construção de um ginásio de esportes, por exemplo. Uma novidade como essa pode transformar para muito melhor a realidade das pessoas que vivem em pequenas localidades.

A P R E S E N T A Ç Ã O

Transparência, informação e prestação de contas

O Governo do Estado convida o leitor deste balanço a conhecer e entender melhor como os recursos públicos arrecadados são transformados em obras e ações de desenvolvimento econômico e social para todos os moradores de Santa Catarina

Nas páginas deste relatório, cidadãos, fornecedores, organizações sociais, entidades empresariais, contribuintes e investidores poderão acompanhar a prestação de contas referente ao quarto ano de mandato do Governador João Raimundo Colombo.

Elaborado pela Diretoria de Contabilidade Geral da Secretaria de Estado da Fazenda, o Balanço Geral do Estado segue a Constituição Estadual, que determina ao Governador de Santa Catarina a prestação de contas anualmente à Assembleia Legislativa em um prazo de até 60 dias após a abertura da sessão legislativa.

A apresentação do Balanço Geral subsidia o processo de avaliação das contas públicas em benefício da transparência da gestão fiscal e do controle social. Por meio do balanço, o cidadão pode acompanhar a aplicação dos recursos públicos e conhecer os principais programas e projetos governamentais.

O Balanço Geral também guarda conformidade com as disposições da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e das Resoluções do Tribunal de Contas do Estado nos TC - 16/94, TC - 06/01 e TC - 11/04, as quais regulam e normatizam a remessa de informações e de demonstrativos contábeis ao TCE.

O Balanço Geral do Estado foi dividido em três volumes:

I – Relatório Técnico sobre a Prestação de Contas do Exercício de 2014

Apresenta uma visão geral do Estado, contendo os principais indicadores sociais e econômicos, bem como informações sobre a gestão administrativa e financeira do Governo, com destaque para arrecadação, investimentos e cumprimento dos limites constitucionais e legais de gastos com saúde, educação, pessoal e endividamento. Além disso, traz os demonstrativos contábeis que evidenciam a situação patrimonial, orçamentária e financeira de Santa Catarina (Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa e respectivas notas explicativas).

II – Anexos do Balanço Geral do Estado

Este volume contém os anexos exigidos pela Lei Federal nº 4.320/64 e pelas demais normas legais, a descrição analítica das atividades dos órgãos e entidades do Poder Executivo, assim como o Relatório da Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública e o Relatório da Diretoria de Auditoria Geral.

III – Acompanhamento Físico e Financeiro dos Programas e Ações do Governo Possibilita o acompanhamento físico e financeiro dos programas de governo, bem como das ações priorizadas nas audiências públicas regionalizadas. As informações contábeis que integram o Balanço Geral do Estado foram extraídas do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF) e contemplam os dados contábeis consolidados de todos os Poderes e Órgãos da Administração Pública Estadual, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, em obediência ao artigo 56 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Já as informações sociais, econômicas e administrativas têm por base os materiais produzidos pelos órgãos e pelas entidades dos Governos Estadual e Federal, assim como os dados da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC).

A análise dos aspectos sociais, econômicos e administrativos demonstra que Santa Catarina conta com uma economia diversificada e bem distribuída, conseguindo encerrar o ano de 2014 acima da média nacional mais uma vez, o que o caracteriza como o estado do Brasil mais próximo de alcançar índices socioeconômicos de nações desenvolvidas. Tal análise demonstra também que o Governo do Estado de Santa Catarina vem, ao longo dos anos, trabalhando em políticas públicas de investimentos que asseguram o desenvolvimento regional e promovem a redução de desigualdades, o incremento no trabalho e na renda, e a melhoria da cobertura e da qualidade dos serviços públicos ofertados à sociedade.

As demonstrações contábeis, as notas explicativas e as análises que compõem o Balanço Geral do Estado buscam reunir informações inerentes à situação patrimonial e financeira de Santa Catarina, fornecendo indicadores que permitem avaliar o equilíbrio das finanças públicas. Esse equilíbrio pode ser verificado na adequada aplicação dos recursos públicos e nos resultados apresentados, que vão desde a obediência aos diplomas legais até a demanda por uma postura transparente que possibilite o controle social da gestão estadual.

A análise do resultado fiscal do exercício evidencia o cumprimento dos limites mínimos constitucionais de aplicação em saúde e educação, bem como dos limites fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal para despesas com pessoal, dívida consolidada, operações de crédito, garantias e contragarantias, além de inscrição dos restos a pagar, o que demonstra o equilíbrio das finanças públicas com reflexo em uma gestão fiscal responsável.

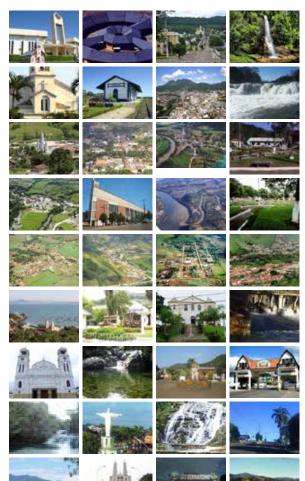
Em observância ao Princípio da Transparência na Gestão Fiscal, esta Prestação de Contas estará disponível, na íntegra, no Portal da Transparência do Poder Executivo de Santa Catarina (www.transparencia.sc.gov.br) e em meio impresso na Diretoria de Contabilidade Geral da Secretaria de Estado da Fazenda e em outras instituições públicas, de forma que a sociedade catarinense possa exercer o controle social e assim acompanhar o desempenho da arrecadação dos tributos e a aplicação dos recursos públicos.

DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL

I Sumário

PERFIL	14
ASPECTOS ADMINISTRATIVOS	18
Fundo de Apoio aos Municípios	18
Pacto por Santa Catarina	21
Gestão Contábil e Tributária	22
Transparência e Qualidade dos Gastos Públicos	22
Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal	23
Apuração de Custos	24
Cartão de Pagamentos do Estado de Santa Catarina	28
Dívida Pública	30
Pagamento de Dívida com a Defensoria Dativa	31
Pagamento de Precatórios	31
ASPECTOS SOCIAIS	32
Indicadores Sociais	32
Desenvolvimento de Cidades do Estado	33
Renda Média Domiciliar Per Capita	33
Saneamento Básico	34
Principais Ações Desenvolvidas em 2014	35
ASPECTOS ECONÔMICOS	54
Setor Industrial	55
Comércio Exterior	58
Mercado de Trabalho e Índice de Desenvolvimento Humano	65
Produto Interno Bruto (PIB)	65
ASPECTOS FINANCEIROS	66
Orçamento	67
Execução Orçamentária	72
Receita Orçamentária	72
Receitas Correntes	76
Receitas de Capital	83
Receita Líquida Disponível	84
Despesas	86
Resultado Orçamentário	91
Cumprimento dos Limites Legais e Constitucionais	92

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 106 Balanço Orçamentário - Consolidado Geral 106 Receitas Orçamentárias Despesas Orçamentárias 108 Anexo 1 - Demonstrativo de Execução de Restos 110 a Pagar não Processados Anexo 2 - Demonstrativo de Execução de Restos a 111 Pagar Processados e não Processados Liquidados Balanço Financeiro - Consolidado Geral 112 Ingressos 112 Dispêndios 113 Balanço Patrimonial - Consolidado Geral 114 Ativo 114 Passivo 115 Demonstração das Variações 116 Patrimoniais - Consolidado Geral Demonstração dos Fluxos 117 de Caixa - Consolidado Geral Demonstração das Mutações 118 do Patrimônio Líquido - Consolidado Geral



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

 Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis 	123
2. Resumo das Principais Práticas Contábeis	124
3. Caixa e Equivalentes de Caixa	127
4. Clientes	129
5. Créditos Tributários a Receber	130
6. Dívida Ativa Tributária	131
7. Empréstimos e Financiamentos Concedidos	132
8. Demais Créditos e Valores	132
9. Investimentos e Aplicações Temporárias	135
10. Estoques	135
11. Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs) Pagas Antecipadamente	136
12. Investimentos	136
13. Imobilizado	138
14. Intangível	141
15. Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar	142
16. Empréstimos e Financiamentos	143
17. Fornecedores e Contas a Pagar	144
18. Obrigações Fiscais	145
19. Provisões	145
20. Demais Obrigações	146
21. Resultado Diferido	148
22. Ajustes de Exercícios Anteriores	148
23. Riscos Fiscais e Passivos Contingentes	148
24. Caixa e Equivalentes de Caixa (DFC e BF)	149
25. Transferências Intergovernamentais e Intragovernamentais (DFC e BO)	149
26. Impostos e Transferências (DVP)	150
27. Resultado Patrimonial (DVP e DMPL)	150

A	60		
**		Minimin.	
	44		

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

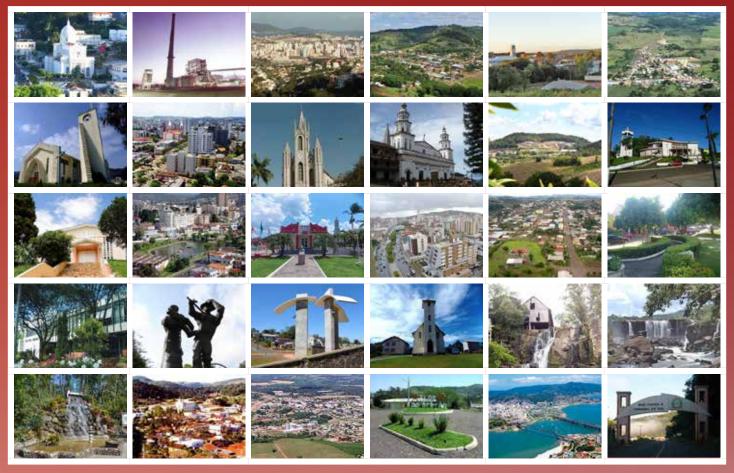
Indicadores do Balanço Patrimonial	156
Análise da Execução Orçamentária	158
Análise do Balanço Financeiro	159
Análise das Variações Patrimoniais	160
Análise da Demonstração dos Fluxos de Caixa	160







Santa Catarina
Perfil, Aspectos Administrativos,
Sociais, Econômicos e Financeiros



PERFIL

Terra de oportunidades

SANTA CATARINA está localizada na região Sul do Brasil, o maior País da América do Sul, e se destaca como um dos estados brasileiros com melhores indicadores econômicos e sociais. Com 95,7 mil quilômetros quadrados e 6,7 milhões de habitantes, é o 20º estado do País em área territorial e o 11º em população.

A representatividade econômica de Santa Catarina vai muito além da sua dimensão geográfica e demográfica. O Estado tem o 6º maior Produto Interno Bruto (PIB) e o 5º PIB per capita do Brasil. Santa Catarina também lidera importantes índices de qualidade de vida, tais como a maior expectativa de vida e o menor índice de mortalidade infantil.

A capital do Estado é Florianópolis, eleita um dos melhores destinos turísticos do Brasil. A cidade também é um importante polo tecnológico e a melhor do País em capital humano: 39% dos empregos com carteira assinada são ocupados por profissionais com curso universitário, mais do que o dobro da média nacional.

A maior cidade do Estado, em número de habitantes, é Joinville (Norte), seguida de Florianópolis (Litoral), Blumenau (Vale do Itajaí), São José (Litoral/Grande Florianópolis), Chapecó (Oeste), Itajaí (Litoral Norte), Lages (Serra), Criciúma (Sul), Jaraguá do Sul (Norte) e Palhoça (Litoral Grande Florianópolis).

Santa Catarina foi colonizada principalmente por imigrantes europeus, que começaram, de forma mais efetiva, a povoar o Estado no século XVIII: os alemães no Vale do Itajaí e no Norte do Estado; os portugueses açorianos no Litoral; e os italianos na região Sul. No início do século XX, o Oeste recebeu imigrantes de origem alemã e italiana, vindos do estado vizinho – o Rio Grande do Sul.

O Estado tem uma diversidade muito grande de climas, relevos e paisagens. As estações do ano são bem definidas: verões quentes e ensolarados, e invernos com ocorrência de neve em altitudes que atingem 1.820 metros. As temperaturas em geral são agradáveis, variando de 13 a 25 graus centígrados, mas podem chegar perto de 40 °C e, no outro extremo, abaixo de zero.

Essa diversidade social e geográfica resultou na formação de diferentes polos econômicos. No Norte do Estado, o polo tecnológico, moveleiro e metalmecânico; no Oeste, o agronegócio; no Planalto Serrano, a indústria de papel, celulose e madeira; no Sul, os segmentos de vestuário, plásticos descartáveis, carbonífero e cerâmico; no Vale do Itajaí, os setores têxtil e naval.

O Estado ocupa posições de destaque no cenário nacional: é o maior produtor de suínos, pescados, maçã e cebola; o terceiro na produção de frangos; o segundo





maior polo da indústria naval, têxtil e do vestuário; e a indústria de transformação é a quarta do país em quantidade de empresas, além de ser a quinta em número de trabalhadores.

Esse perfil econômico diversificado levou o PIB de Santa Catarina a ter um desempenho acima da média nacional nos últimos anos. Em 2012, o PIB catarinense chegou a R\$ 177 bilhões. O Estado também desfruta de uma privilegiada estrutura portuária para escoar a sua produção e receber importações. Nessa estrutura, destacam-se os portos de Itajaí, São Francisco do Sul, Imbituba, Navegantes e Itapoá.

As exportações catarinenses alcançaram o valor acumulado de US\$ 8,987 bilhões em 2014, 3,99% do total exportado pelo Brasil. Os principais produtos comercializados foram carne de frango e suína, bem como soja e motores. Entre os maiores mercados de destino estão Estados Unidos (12,86%), China (10,89%), Japão (5,86%) e Rússia (5,46%).

Em 2014, Santa Catarina foi o estado que mais gerou empregos no País. Foram abertas 53.887 novas vagas durante o ano, grande parte no setor de serviços. O Estado vive o pleno emprego, com taxa de desemprego abaixo de 3%. As cidades que mais geraram empregos foram Balneário Camboriú e Florianópolis.

Esse dinamismo da economia reflete em excelentes indicadores sociais. Santa Catarina possui elevados índices de desenvolvimento humano, geração de emprego, alfabetização e expectativa de vida. Os catarinenses vivem em média 78,1 anos, o maior índice do País, enquanto a média nacional é de 74,9 anos.

Com todas essas qualidades, o Estado atraiu nos últimos anos grandes investimentos: a primeira planta produtiva da BMW no Brasil, em Araquari; a produção de motores e cabeçotes da General Motors, em Joinville; a construção de uma fábrica de caminhões da Sinotruk, em Lages, e a construção da fábrica de tratores da LS Mtron, em Garuva.

Para atrair mais investidores, o Governo do Estado estabeleceu políticas favoráveis para geração de emprego e desenvolvimento social e tecnológico por meio de quatro frentes: incentivos fiscais, potencialização de áreas estratégicas, promoção da inovação e capacitação de pessoas.



Rio Grande do Sul

Aspectos gerais do Estado de Santa Catarina

	_
Localização	Região Sul do Brasil
Área territorial	95.733,978 Km² (IBGE, 2014)
População estimada	6.727.148 (IBGE, 2014)
Número de municípios	295
Capital	Florianópolis
Densidade demográfica	65,27 habitantes/Km² (IBGE, 2014)
Fronteiras	Norte – Estado do Paraná Sul – Estado do Rio Grande do Sul Oeste – Argentina Leste – Oceano Atlântico
PIB 2012	R\$ 177,276 bilhões
Índice de Desenvolvimento Humano	0,77%

Santa Catarina em primeiro lugar

Maior gerador de emprego em 2014	53.887 novas vagas		
Melhor destino turístico do País			
Maior expectativa de vida	78,1 anos (74,7 anos para homens e 81,4 para mulheres)		
Menor taxa de mortalidade infantil	10,1 (menores de 1 ano por mil nascidos vivos)		
Menor taxa de mortalidade na infância	11,8 (por mil nascidos vivos)		
Menor taxa de pobreza extrema	3,23% (domicílios com renda per capita de até ¼ salário mínimo)		
Maior sensação de segurança	Bairros (79,1%) e cidades (68,3%)		
Maior produtor brasileiro	Suínos, pescados, maçã, cebola, ostras e mexilhões		





Gráfico 1 | Evolução do PIB (R\$ bilhões)

Informações mais detalhadas sobre a geografia, a história, a colonização, o povo, a cultura e os atrativos turísticos de Santa Catarina podem ser visualizadas no sítio do Estado (www.sc.gov.br).



Transparência e qualidade nos gastos públicos

O quarto ano de mandato do Governador de Santa Catarina, João Raimundo Colombo, foi marcado pela parceria entre o Estado e os municípios. A criação do Fundo de Apoio aos Municípios (FUNDAM) permitiu às cidades catarinenses ampliarem os investimentos em áreas prioritárias, como saúde, educação, infraestrutura e saneamento básico.

Além dos investimentos realizados pelo FUNDAM, com recursos do Pacto por Santa Catarina, outros investimentos feitos pelo Pacto também foram significativos em 2014, melhorando as condições de crescimento equilibrado de longo prazo.

O ano foi marcado ainda por intensos esforços na gestão contábil e tributária, e no aprimoramento dos sistemas de informação e controle, visando melhorar a transparência e a qualidade dos gastos públicos.

No aspecto administrativo, merecem destaque também a adequada gestão da dívida pública, a quitação da dívida com a Defensoria Dativa e o pagamento de precatórios.

Essas ações, apresentadas na sequência, tentam dinamizar os investimentos e permitir ao Governo intercambiar conhecimento, dialogar com a sociedade e prestar contas ao cidadão.

Fundo de Apoio aos Municípios

Uma das grandes marcas da gestão administrativa do Governo do Estado de Santa Catarina em 2014 foi o Fundo de Apoio aos Municípios (FUNDAM). Criado para promover a distribuição de recursos públicos de forma objetiva e democrática entre todas as 295 prefeituras catarinenses, o programa se revelou o grande motor do desenvolvimento econômico e social do Estado nesse ano, especialmente nos pequenos municípios.

A ideia surgiu no início de 2013, no Congresso Catarinense de Municípios, organizado pela Federação Catarinense de Municípios (FECAM), oportunidade em que grande parte dos prefeitos catarinenses solicitava uma melhor distribuição de recursos públicos para que as administrações municipais pudessem fazer frente às demandas da população.

O Governo do Estado estruturou então um programa que partilhasse recursos entre os municípios de forma criteriosa, objetiva e apartidária, para proporcionar investimentos importantes, especialmente nas áreas de saúde, educação, saneamento básico e infraestrutura. Surgiu assim, o FUNDAM, gerenciado em parceira com as Secretarias de Estado da Casa Civil e da Fazenda, por meio da Diretoria de Gestão de Fundos.



O primeiro passo foi a legitimação do programa por meio da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com a aprovação da Lei nº 16.037, de 24 de junho de 2013. Em seguida, a referida lei foi regulamentada pelo Decreto nº 1.621, de 3 de julho de 2013. A legislação prevê que cada município tem direito a apresentar até duas propostas de investimentos em áreas essenciais, descritas nos instrumentos legais que normatizam o programa.

Em seguida, o Governo do Estado deu início à distribuição dos valores para cada cidade. Foi levado em consideração o número de habitantes por município – variando entre R\$ 700 mil e R\$ 3 milhões –, acrescido da análise de acordo com a demanda por projetos e com as indicações de investimentos por parte dos parlamentares estaduais. A definição do objeto do investimento no FUNDAM é decisão exclusiva do município, desde que respeitados os critérios previstos na legislação.

Concomitantemente, o Governo do Estado contratou o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) para operacionalização do programa, especialmente com relação à análise técnica dos projetos apresentados, ao acompanhamento e à fiscalização das obras. A atuação dos técnicos do BRDE atribuiu um caráter ainda mais criterioso ao programa, que já nasceu com o objetivo de privilegiar a adequada utilização dos recursos públicos para investimentos que realmente refletissem positivamente na vida da população catarinense.

Os primeiros convênios foram assinados em novembro de 2013. Contudo, foi no ano de 2014 que o FUNDAM ganhou corpo, com a apresentação das propostas pelas prefeituras, as análises dos projetos, as assinaturas dos convênios e a liberação dos pagamentos. O sucesso do FUNDAM está representado na adesão de todas as 295 prefeituras catarinenses, que já apresentaram projetos de investimentos.

O FUNDAM representa a valorização dos pequenos municípios, pois a distribuição demográfica catarinense é uma das características mais peculiares do Estado. As pessoas vivem melhor nas pequenas cidades e, para preservar isso, o Governo do Estado e as prefeituras devem ser parceiros para realizar investimentos e, assim, cumprir com a missão de governar para o bem das pessoas.







O FUNDAM permitiu a implementação de obras por todo o Estado. Acima, pavimentação de rua em Chapecó, a seguir, pavimentação de rua em São Miguel do Oeste (Fotos fornecidas pelas prefeituras dos municípios) e construção de Unidade de Saúde em Galvão (Foto ASCOM)





Obra de implantação de terceira pista, ciclovia, sinalização, passeios públicos e recuperação total do pavimento do trecho que vai da intersecção da Rua Antonio Nunes Varela até a BR-282, realizada com recursos do FUNDAM e da prefeitura de Joaçaba

Concebido para tratar as 295 prefeituras catarinenses de forma igualitária, o FUNDAM também prezou, desde que foi criado, pela transparência das informações. Qualquer cidadão catarinense pode acompanhar pela internet, no Portal da Transparência do Poder Executivo Estadual (www.transparencia.sc.gov.br) ou na página da Secretaria de Estado da Fazenda (www.sef.sc.gov.br), informações como os valores disponibilizados para cada prefeitura, os projetos cadastrados pelos municípios, a fase de tramitação de cada proposta, o número de convênios assinados e os valores já repassados às contas dessas prefeituras.

A Figura 1 apresenta um resumo dos valores, projetos e áreas de investimento do FUNDAM.

Figura 1 | Valores, Projetos e Áreas de Investimento do FUNDAM

FUNDAM

- » R\$ 605 milhões disponibilizados pelo Governo do Estado às prefeituras catarinenses
- » 295 prefeituras apresentaram projetos
- » R\$ 505 milhões valores acordados em convênios celebrados
- » 384 convênios foram assinados com 274 municípios

Os municípios apresentaram projetos para:

- » comprar 954 equipamentos e máquinas para manutenção e obras viárias e veículos para saúde e educação
- » realizar 57 obras de construção de creches, escolas, postos de saúde, ginásios, praças e centros de idosos
- » pavimentar 1.337 ruas, o que corresponde a mais de 530 quilômetros de extensão

Áreas de investimento do FUNDAM

- » infraestrutura (logística e mobilidade urbana)
- » construção e ampliação de prédios nas áreas de educação, saúde e assistência social
- » construção nas áreas de desporto e lazer
- » saneamento básico
- » aquisição de equipamentos, máquinas e veículos destinados aos serviços de saúde e educação
- » aquisição de máquinas e equipamentos rodoviários novos, fabricados em território nacional

Além dos investimentos do FUNDAM nos municípios catarinenses, o Pacto por Santa Catarina desenvolveu outras importantes ações que beneficiaram várias cidades do Estado, conforme resumo apresentado a seguir.



Pacto por Santa Catarina

O Pacto por Santa Catarina é um programa de longo prazo que projeta investimentos de R\$ 10 bilhões entre 2013 e 2016. Reúne obras e aquisições que têm como objetivo atender às principais demandas da sociedade catarinense. O programa fechou 2014 com 18% das ações concluídas e 57% em andamento, somando investimentos de R\$ 1,5 bilhão. Entre essas ações, destaque para obras em escolas, rodovias e penitenciárias, além da aquisição de veículos e a instalação de um radar meteorológico.

Na lista de obras concluídas em 2014 estão:

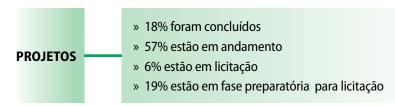
- » pavimentação e revitalização de rodovias, como a restauração da SC-430 no trecho entre Urubici e a entrada da BR-282, em Bom Retiro, e a SC-483 de Jacinto Machado a Ermo, no Sul do Estado;
- » inauguração da Escola de Ensino Básico Júlio da Costa Neves, em Florianópolis, e da Escola de Ensino Básico São Luiz, em União do Oeste, além da reforma de centenas de escolas;
- » ampliação do número de vagas no sistema prisional, com a criação de 200 novas vagas na Penitenciária Sul e a conclusão das novas instalações do Centro de Atendimento Socioeducativo (Case) da Grande Florianópolis, com capacidade para atender até 90 adolescentes;
- » entrega de equipamentos importantes para apoiar o trabalho da Defesa Civil, como o radar meteorológico, que foi inaugurado em 2014, na cidade de Lontras;
- » entrega de 142 veículos para os municípios ampliarem a rede de proteção, buscando as pessoas que ainda não estão incluídas em programas sociais coordenados pela Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação; e
- » aquisição de viaturas para o sistema prisional, de kits para bombeiros e policiais militares, e a renovação da frota operacional da Segurança Pública do Estado.

O detalhamento dos investimentos por área é apresentado no capítulo Aspectos Sociais deste balanco.

O Pacto por Santa Catarina foi instituído pelo Decreto nº 1.064, de 17 de julho de 2012, e posteriormente alterado pelo Decreto nº 1.537, de 10 de maio de 2013. Os recursos captados pelo programa estão sendo direcionados para obras e aquisições nas áreas de educação, saúde, infraestrutura, segurança pública, justiça e cidadania, defesa civil, agricultura, proteção social (assistência social), saneamento e desenvolvimento econômico sustentável.

A Figura 2 apresenta um resumo do andamento dos projetos do Pacto por Santa Catarina.

Figura 2 | Situação dos projetos do Pacto por Santa Catarina



As ações relacionadas ao programa podem ser acompanhadas no Mapa do Pacto, disponível na internet (www.pactoporsc.sc.gov.br). Dividido em sete regiões – Grande Florianópolis, Sul, Vale do Itajaí, Serra, Norte, Meio-Oeste e Oeste –, o mapa contempla todos os municípios do Estado, com informações sobre o andamento das obras, investimentos e fotos.



São Joaquim – Caminhos da Neve Foto: Nina Velho – SDR de São Joaquim

Gestão Contábil e Tributária

Impulsionada pelo planejamento e pela gestão da administração tributária estadual, a arrecadação conseguiu resultados positivos no ano, apesar da desaceleração econômica.

A modernização da gestão fazendária foi um instrumento fundamental para o crescimento da arrecadação, a redução dos gastos públicos e o atendimento eficaz ao cidadão catarinense. Em 2014, o Tesouro Nacional aprovou o pedido de prorrogação do Programa de Modernização da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial (Profisco), assegurando os recursos até 31 de agosto de 2016.

Assinado em setembro de 2010, o programa prevê US\$ 45 milhões em investimentos, dos quais US\$ 30 milhões são financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com garantia da União. Santa Catarina é líder em execução do Profisco. O saldo do contrato com o BID a executar até 2016 é de US\$ 12 milhões.

Na gestão contábil, Santa Catarina é referência na adequação às normas internacionais de contabilidade, e busca constantemente auxiliar no aprimoramento da gestão pública estadual por meio de ferramentas e de tecnologias modernas de informação que visam assegurar a confiabilidade dos dados e que servem de apoio aos gestores e à sociedade para fins de controle social.

A atuação na transparência, na qualidade dos gastos públicos, na apuração de custos e no aprimoramento do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF) representam algumas ações desenvolvidas em 2014, conforme se evidencia a seguir.

Transparência e Qualidade dos Gastos Públicos

A fim de dar efetividade ao princípio constitucional da publicidade, a transparência na administração pública tornou-se um marco democrático na história da sociedade. Hoje é fundamental que as ações do poder público sejam informadas aos cidadãos com o objetivo de incentivar a participação popular na administração pública, de forma a alcançar melhores resultados e benefícios para a sociedade.

Nesse contexto, a Secretaria de Estado da Fazenda, por meio da Diretoria de Contabilidade Geral, mantém o Portal da Transparência do Poder Executivo, um instrumento de controle social que possibilita ao cidadão acompanhar a arrecadação das receitas e a aplicação dos recursos públicos. Por meio dessa ferramenta, o Governo avançou bastante no relacionamento com a sociedade, promovendo a transparência e a participação dos cidadãos nas políticas governamentais.

Em 2014, na avaliação realizada pela Organização não Governamental (ONG) Contas Abertas¹, Santa Catarina subiu quatro posições em relação a 2012 no Índice de Transparência. Nessa edição, o Estado foi considerado o quarto mais transparente entre as unidades da Federação.

A ONG avaliou requisitos em três grandes áreas: conteúdo (55% da nota final), usabilidade (40%) e série histórica e frequência de atualização (5%). A nota final 7,6 obtida pelo Estado foi resultado das notas 7,49 para conteúdo, 7,7 para usabilidade e 8 para série histórica e frequência de atualização.

¹ Entidade criadora do Índice de Transparência, que reúne especialistas em finanças e contas públicas como meio de informar ao cidadão o nível de transparência das contas públicas, com o objetivo de criar uma competição saudável entre os gestores públicos em prol da transparência e do controle social.



Contribuíram para a melhoria do índice as alterações promovidas no Portal da Transparência, com a disponibilização dos dados sobre contratos, previsão e execução orçamentária da receita e execução orçamentária da despesa, detalhadas conforme o interesse do cidadão (por natureza de despesa, por órgão, por fonte de recursos, modalidade de aplicação, etc.). Sobre esta última consulta, a Associação Contas Abertas concluiu que: "por um único formulário, é possível encontrar tudo que o portal disponibiliza sobre execução e classificação orçamentária". A ONG também destacou a disponibilização dos aplicativos para Android e IOS, chamados "Transparência Móvel-SC", com informações do Portal da Transparência do Poder Executivo do Estado, e "Indicadores SEF-SC", com informações gerenciais produzidas pela Diretoria de Contabilidade Geral da Secretaria de Estado da Fazenda.

Para facilitar a usabilidade do portal, foram empregadas novas tecnologias que permitem adaptar a visualização do conteúdo de forma otimizada nos dispositivos móveis utilizados pelos cidadãos. Como resultado desse trabalho, por exemplo, as consultas sobre diárias e pagamentos por credor apresentam uma nova concepção visual: estão adaptadas para o acesso por meio de dispositivos móveis e permitem, além da consulta em tela, baixar os dados em formato de arquivo.

O portal pode ser acessado pelo endereço www.transparencia.sc.gov.br e está dividido em cinco grandes áreas: "Receita Pública" (arrecadação diária de impostos e outras fontes de recursos, relatórios sobre a receita líquida, receita arrecadada por entidade e recebimentos distribuídos por poder e órgão); "Gasto Público" (pagamento a fornecedores, servidores, convênios e transferências); "Análise Gráfica" (comparações de receita e despesa entre os órgãos do Poder Executivo); "Gestão Fiscal" (relatórios sobre a dívida pública, orçamento, Lei de Responsabilidade Fiscal e Balanço Geral do Estado); e "Sobre o Portal" (informações sobre como realizar pesquisas nos filtros de busca do site, legislação, perguntas frequentes e canal de comunicação com o Governo).

No ano de 2014, o portal obteve 1,4 milhão de acessos, representando uma média de 3.838 acessos diários, o equivalente a 2,7 acessos por minuto.

Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal

O Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF) é o sistema de informação oficial de planejamento, orçamento, finanças e contabilidade do Estado de Santa Catarina, sendo gerido pela Diretoria de Contabilidade Geral, da Secretaria de Estado da Fazenda. O SIGEF atende aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além do Ministério Público, e agrega também outras funções. Entre essas funções estão o controle das prestações de contas e transferências de recursos do Estado, o gerenciamento de contratos de materiais e serviços, o acompanhamento físico e financeiro de ações presentes no Plano Plurianual e a gestão da dívida pública do Estado.

O sistema é composto por diversos módulos que estão integrados e que possibilitam um melhor relacionamento para atender às necessidades dos gestores. Contabilidade, Lei Orçamentária Anual, Contratos, Dívida Pública e Transferências são alguns dos módulos que compõem o SIGEF.

Os trabalhos no SIGEF envolvem não só a manutenção, mas também a evolução do sistema, que consiste em melhorias para atender aos gestores e à sociedade, buscando trazer maior eficiência ao sistema e propiciar novos mecanismos para auxiliar na gestão pública.





Sob este aspecto, em 2014 ocorreram importantes evoluções no SIGEF:

- » implantação do módulo Dívida Pública para sistematizar a gestão da dívida do Estado, desde o cadastro dos contratos até a realização de cálculos, proporcionando também um melhor acompanhamento das situações atual e projetada da dívida;
- » implantação do módulo Precatórios, que possibilitou a integração com o sistema de precatórios do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), incluindo mecanismos que auxiliam no gerenciamento do volume de precatórios do Estado que são controlados pelo TJSC;
- » início da operação do módulo Contratos, que permitiu aprimorar a gestão dos contratos de materiais e de serviços, desde o seu cadastramento até o acompanhamento físico e financeiro de cada contrato;
- » aperfeiçoamento no módulo Transferências, com vistas a dar mais agilidade ao registro das transferências voluntárias e à prestação de contas da aplicação dos recursos, reduzindo a burocracia;
- » melhoria no módulo Acompanhamento Físico e Financeiro para possibilitar agilidade e flexibilidade nas alterações de algumas informações, além da criação de mecanismo para a atualização periódica de informações financeiras; e
- » continuidade em ações para atendimento às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público no tocante aos demonstrativos e demais relatórios estruturados nos módulos Contabilidade e Programa de Ajuste Fiscal.

Enfim, o esforço integrado dos diversos setores do Governo vem a cada ano ampliando o SIGEF e trazendo importantes melhorias e inovações ao sistema, que hoje é considerado uma das referências em nível nacional.

Apuração de Custos

Em 2014, a Diretoria de Contabilidade Geral da Secretaria da Fazenda do Estado desenvolveu o Projeto Experimental de Apuração de Custos dos Serviços de Educação do Estado de Santa Catarina, utilizando como base as informações financeiras e patrimoniais relativas ao ano de 2013, coletadas em sistemas e controles administrativos próprios. O projeto tinha como objetivo conhecer o custo das unidades escolares da rede pública estadual de ensino, bem como o custo de cada aluno matriculado. Além disso, o projeto também visou criar subsídios para a implantação do sistema de informações gerenciais de custos do Poder Executivo Estadual.

Diferentemente do projeto executado em 2013, com informações de 2012, em que foram considerados onze elementos de custo (seis deles com uma participação menor que 1% no custo total), o projeto de 2014 previu em sua metodologia a utilização de informações dos cinco elementos de custos de maior relevância, que representavam 97% dos custos diretamente relacionados à manutenção das escolas: despesas com pessoal da educação; gêneros alimentícios (merenda escolar); transporte escolar; subvenções às Associações de Pais e Professores (APPs); e despesas com pessoal terceirizado. Essa redução de itens permitiu uma maior abrangência do estudo, envolvendo 14,92% das escolas da rede estadual de ensino (185 escolas), que comportavam 10,73% dos alunos matriculados em 2013 (60.796 alunos).



O projeto de 2014 foi desenvolvido em três fases:

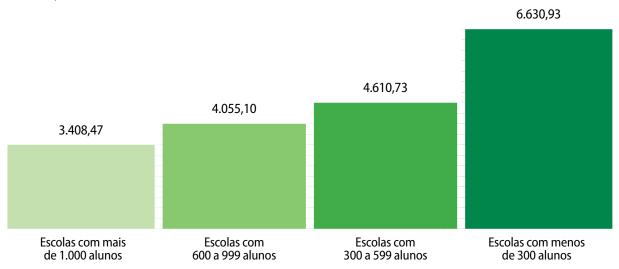
- a) 1ª fase: entre os meses de março e abril, abrangendo 30 escolas pertencentes às Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs) de Chapecó, Blumenau, Criciúma, Joinville, Lages e da Grande Florianópolis, com 29.403 alunos matriculados no ano. Foram as mesmas escolas que serviram de estudo no projeto realizado em 2013, com dados de 2012;
- b) 2ª fase: entre os meses de abril e maio, abrangendo 30 escolas, com 17.987 alunos matriculados no ano, pertencentes às SDRs de Araranguá, Campos Novos, Itajaí, Jaraguá do Sul, Rio do Sul e São Lourenço do Oeste, e selecionadas pelos técnicos da Secretaria de Estado da Educação, respeitando o padrão de porte e de localização adotado anteriormente; e
- c) 3ª fase: entre os meses de maio e julho, abrangendo 125 escolas de pequeno porte, com 13.406 alunos, pertencentes às diversas regiões do Estado, conforme a necessidade apresentada pela Secretaria de Estado da Educação, envolvendo escolas indígenas e de assentamento rural. As escolas selecionadas para esta fase do estudo comportavam, em 2013, até 250 alunos matriculados cada.

As 30 escolas estudadas na primeira fase evidenciaram um custo total de R\$ 95,856 milhões e um custo médio por aluno matriculado de R\$ 3.260,08.

As 30 escolas estudadas na segunda fase totalizaram um custo de R\$ 71,676 milhões no ano de 2013.

O custo anual médio por aluno matriculado para essas 30 escolas foi de R\$ 3.984,90. A distribuição desse custo por porte das escolas é apresentada no Gráfico 2.

Gráfico 2 | Custo por Aluno de Acordo com o Porte das Escolas - 2ª Fase - Ano-base 2013 (R\$)



Analisando-se o Gráfico 2, confirma-se que o custo por aluno/ano é maior nas escolas que possuem um menor número de alunos matriculados, pois, considerando-se que o item de custo de maior representatividade é a despesa de pessoal da educação diretamente alocado nas escolas, o custo com um professor será o mesmo se atender 40 ou 10 alunos. Já outros custos como merenda e transporte escolar variam conforme o número de alunos.



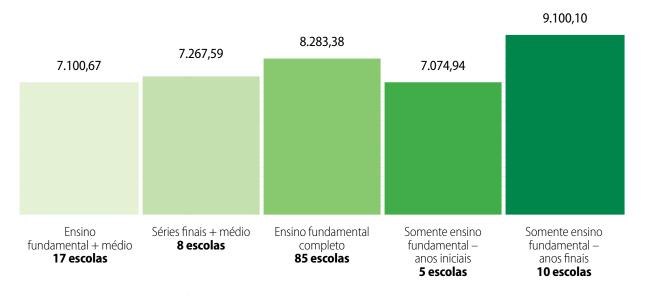
Na terceira fase, foram estudadas 125 escolas que apresentavam as seguintes características:

- » 6 escolas indígenas;
- » 13 escolas com até 50 alunos matriculados em 2013;
- » 53 escolas com 51 a 100 alunos matriculados em 2013;
- » 49 escolas com 101 a 200 alunos matriculados em 2013; e
- » 4 escolas com mais de 200 alunos matriculados em 2013.

As 125 escolas estudadas na terceira fase evidenciaram um custo total de R\$ 109,174 milhões e um custo anual médio por aluno matriculado de R\$ 8.143,67.

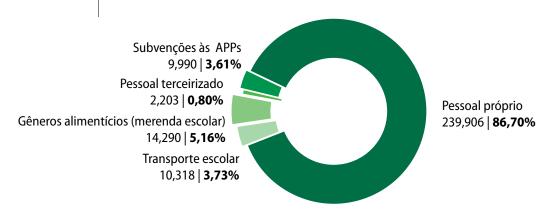
Para essas escolas, analisou-se, ainda, a relação dos custos conforme o nível de ensino oferecido, verificando-se que não há uma relação direta entre o custo dos serviços de educação com o nível de ensino oferecido, como há com o número de alunos e a composição das turmas, conforme demonstra o Gráfico 3.

Gráfico 3 | Custo por Aluno de Acordo com o Nível de Ensino - 3ª Fase - Ano-base 2013 - Escolas de Pequeno Porte (R\$)



Tomando-se como base as 185 escolas estudadas no projeto, obteve-se uma distribuição de custos similar a cada uma das três fases do estudo, como apresenta o Gráfico 4.

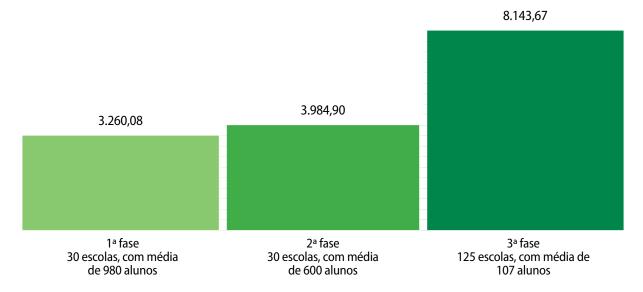
Gráfico 4 | Composição dos Custos com Educação de 185 escolas (R\$ milhões)





O resumo do custo anual por aluno para cada fase do projeto, abrangendo as 185 escolas estudadas, é apresentado no Gráfico 5.

Gráfico 5 | Custo por Aluno em 2013 (R\$)



Pode-se verificar com o estudo realizado que o custo anual por aluno é maior nas escolas que possuem menor número de alunos matriculados (125 escolas, estudadas na terceira fase), havendo uma relação inversamente proporcional entre essas duas variáveis.

As escolas estudadas na terceira fase possuíam a menor média de alunos matriculados (107 alunos por escola), seguidas pelas escolas estudadas na segunda fase (com uma média de 600 alunos matriculados por escola) e pelas escolas estudadas na primeira fase (980 alunos matriculados por escola, em média).

Destaca-se que os custos apurados no estudo consideram apenas despesas contínuas e correntes realizadas no âmbito das escolas estaduais, seja por meio de contratações feitas diretamente pela Secretaria de Estado da Educação ou pelas SDRs, não abrangendo depreciações e recuperações de bens móveis e imóveis disponibilizados às escolas.

Cabe lembrar que as informações apuradas servem de base para a gestão das escolas da rede estadual de ensino, mas, sobretudo, devem ser observadas as necessidades sociais da população do Estado, desde a manutenção de escolas em zonas rurais e de assentamento, tribos indígenas e outras regiões longínquas ou de menor índice de desenvolvimento humano, buscando a melhoria contínua dos níveis de educação do povo catarinense.

Mais detalhes sobre o estudo, como o custo por Secretaria de Desenvolvimento Regional, podem ser obtidos na página da Secretaria de Estado da Fazenda (http://www.sef.sc.gov.br/servicos-orientacoes/dcog/custos-aplicados-ao-setor-publico).





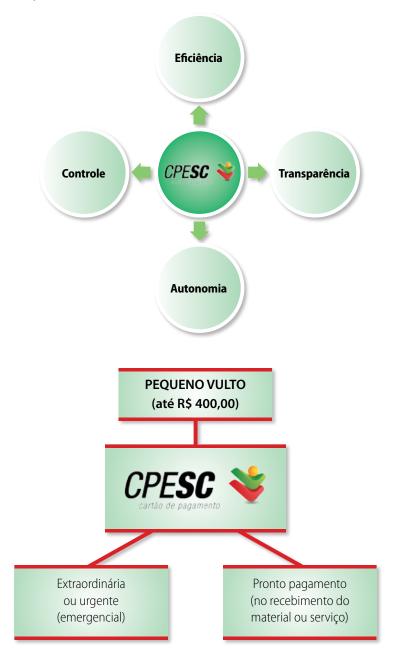


Cartão de Pagamentos do Estado de Santa Catarina

Regulamentado no final de 2013, por meio do Decreto nº 1.949, de 19 de dezembro de 2013, o Cartão de Pagamentos do Estado de Santa Catarina (CPESC) foi implementado no Poder Executivo Estadual durante o ano de 2014, permitindo que unidades administrativas vinculadas a órgãos e entidades do Estado possam, com maior eficiência e transparência, realizar aquisições e contratações de despesas de pequeno vulto, extraordinárias ou urgentes.

O CPESC é uma ferramenta moderna de adiantamento de recursos que auxilia na gestão, possibilitando autonomia e evitando a descontinuidade dos serviços oferecidos à sociedade. O cartão de pagamentos fortalece o controle, sobretudo, o controle social, pois o gestor tem a possibilidade de estabelecer tipos de gastos que podem ser realizados com cada cartão de pagamento disponibilizado a servidor autorizado, respeitando a padronização do Estado.

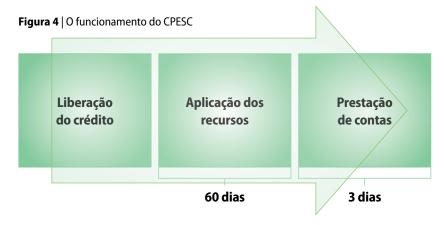
Figura 3 | Características do CPESC







O CPESC possibilita que cada unidade administrativa possa aplicar, anualmente, R\$ 8.000,00 em despesas gerais de manutenção não previstas. Os adiantamentos podem ser utilizados em até 60 dias após a data da concessão. A prestação de contas, que também foi automatizada para o CPESC, deve ocorrer em até 3 dias após a finalização da aplicação dos recursos. Os gastos com o CPESC podem ser acompanhados no Portal da Transparência do Poder Executivo Estadual.



A primeira Secretaria a aderir ao CPESC foi a Secretaria de Estado da Educação, que em abril de 2014 concedeu a parcela de adiantamento inicial para um total de 1.070 escolas estaduais. No mês de agosto de 2014, a Secretaria de Educação concedeu outra parcela aos diretores das escolas, visando atender ao segundo período



letivo do ano. Os recursos concedidos para utilização de cada diretor de escola foram escalonados conforme o porte da escola, variando de R\$ 2.000,00 a R\$ 8.000,00 no ano, tendo a Secretaria de Educação liberado R\$ 7,012 milhões em 2014 para aquisição de materiais por meio do CPESC, consolidando o cartão como ferramenta de gestão educacional.

No decorrer de 2014, outros órgãos e entidades do Poder Executivo aderiram ao novo modelo de pagamento de pequenas despesas e emergenciais: a Secretaria de Justiça e Cidadania, que disponibilizou o CPESC a 56 unidades prisionais e de formação de cidadania do Estado, liberando no final de 2014 o montante de R\$ 168 mil para utilização em serviços e aquisições de materiais de maneira emergencial; a Fundação do Meio Ambiente (FATMA), que disponibilizou 14 cartões a unidades regionais de fiscalização ambiental; a Secretaria de Administração; a Secretaria de Planejamento; a Secretaria de Articulação Nacional; e a Secretaria de Desenvolvimento Regional de Lages.

Com isso, o Cartão de Pagamentos do Estado de Santa Catarina possibilita que o trabalho seja dinamizado, auxiliando a gestão pública e mantendo o compromisso da aplicação correta dos recursos públicos.

Dívida Pública

A dívida interna da maioria dos estados brasileiros é composta principalmente pelos contratos de refinanciamento de dívidas daqueles estados celebrados com a União, sob o amparo da Lei Federal nº 9.496, de 11 de setembro de 1997. Esses contratos representaram um importante passo no ajuste fiscal e na busca do equilíbrio das contas públicas dos entes federados. Entretanto, as negociações foram feitas com base do Plano Real, na realidade daquela época, com a fixação das taxas de juros em 6%, 7,5% e 9%, somadas ao índice de inflação IGP-DI.

Em que pesem os esforços dos entes federados, a manutenção dessas taxas não tem possibilitado a amortização do saldo devedor, evidenciando a existência de desequilíbrios contratuais que requerem revisões imediatas. A inalterabilidade das bases contratuais até o final dos prazos fixados nos contratos gera resíduos para alguns entes, sacrificando pesadamente as contas públicas e os investimentos demandados pela sociedade.

Com isso, a dívida catarinense de R\$ 1,55 bilhão, assumida com o Governo Federal em 1998, equivale hoje a R\$ 8,64 bilhões, mesmo depois de o Governo Estadual ter desembolsado R\$ 11,95 bilhões nesse período.

Com a aprovação da Lei Complementar Federal nº 148, de 25 de novembro de 2014, que altera os juros que corrigem a dívida dos estados com a União de 6,0%, 7,5% ou 9,0% para 4% mais IPCA, limitado à SELIC, o Estado garantiu uma redução de cerca de R\$ 10 milhões na parcela mensal da dívida.

É importante ressaltar que a mudança dos juros e do indicador do contrato firmado com base na Lei nº 9.496/97 somente terá efeito depois que a União efetuar a regulamentação da Lei Complementar nº 148/2014 e assinar aditivo contratual com os entes da Federação.

Essa alteração será favorável para Santa Catarina, pois o menor comprometimento com o pagamento do serviço da dívida pública permitirá que os recursos sejam direcionados para investimentos em áreas prioritárias para a população catarinense.

No Volume II do Balanço 2014 são apresentadas mais informações sobre a dívida pública e a captação de recursos.



Pagamento de Dívida com a Defensoria Dativa

Acordo firmado entre o Governo do Estado e a regional da Ordem dos Advogados do Brasil de Santa Catarina (OAB-SC) deu início, em 2013, ao pagamento dos honorários da Defensoria Dativa, dívida estadual acumulada há 17 anos, pelos serviços prestados por advogados para defender pessoas carentes.

O valor da dívida somava R\$ 99,6 milhões, dos quais R\$ 40 milhões foram pagos em dezembro de 2013. O restante foi integralmente quitado em 2014.

A dívida contemplou todas as certidões protocoladas na OAB-SC até 5 de abril de 2013 por 6.541 advogados. Para efetuar esse pagamento, as certidões emitidas pelos magistrados e apresentadas pela OAB/SC em favor dos advogados dativos foram auditadas com o objetivo de garantir a fidedignidade dos valores pagos.

Pagamento de Precatórios

Em 2014, foram repassados ao Tribunal de Justiça (TJSC) pelo Governo do Estado R\$ 131 milhões para pagamento de precatórios. Desse valor, R\$ 33 milhões foram custeados com recursos do Tesouro Estadual, e R\$ 98 milhões são provenientes de depósitos judiciais tributários. A utilização de depósitos judiciais tributários para pagamento de precatórios é respaldada pela Lei Federal nº 11.429, de 26 de dezembro de 2006, que autoriza os estados a utilizarem 70% dos depósitos tributários para pagamento de precatórios mediante instituição de um fundo garantidor.

Mais informações sobre o pagamento de precatórios são apresentadas no Relatório da Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública, parte integrante do Volume II do Balanço 2014.



ASPECTOS SOCIAIS

Foco nas prioridades

Santa Catarina é um estado que valoriza as pessoas, que tenta promover uma distribuição equitativa de riquezas e favorecer a inclusão social de todos. Saúde, educação, segurança e assistência social são áreas em que a forte atuação do Estado tenta aprimorar a valorização humana, o fortalecimento da cidadania e a garantia dos direitos fundamentais do ser humano.

A despeito do desenvolvimento econômico do Estado de Santa Catarina, as condições sociais de sua população ainda apresentam disparidades: enquanto uma parcela tem condições socioeconômicas equiparáveis às de países desenvolvidos, há grupos mais vulneráveis em termos econômicos e sociais. A superação dessas disparidades demanda que o Estado trabalhe na busca da equidade e da ampliação das oportunidades. Nesse sentido, os programas governamentais visam: promover a melhoria da qualidade na educação e na saúde públicas; garantir mais segurança e tranquilidade às pessoas; ampliar as oportunidades de inclusão dos segmentos sociais mais pobres e vulneráveis; ampliar a infraestrutura física; e capacitar pessoas para que a economia catarinense possa potencializar as oportunidades de crescimento, aumentando a competitividade, gerando maior equilíbrio entre as regiões do Estado e entre as pessoas, e acelerando a geração de emprego e renda. Complementarmente, o Governo catarinense busca também aprimorar a gestão pública por meio de ferramentas e tecnologias mais modernas de gestão.

A seguir, apresentam-se alguns indicadores sociais de Santa Catarina e o resultado das ações estaduais nas áreas de educação, saúde, assistência social, segurança pública, justiça e cidadania, defesa civil, agricultura, infraestrutura e turismo, com as quais o Governo Estadual tentou em 2014 melhorar a qualidade de vida do cidadão e reduzir as diferenças sociais.

Indicadores Sociais

O Brasil avançou nas últimas décadas em termos sociais e econômicos, porém continua com elevados déficits em relação aos países desenvolvidos. Ainda perduram significativas desigualdades entre os Estados da Federação.

Santa Catarina, com uma economia diversificada e bem distribuída, conseguiu fechar o ano de 2014 acima da média nacional mais uma vez, caracterizando-se como o estado brasileiro mais próximo de alcançar índices socioeconômicos de nações desenvolvidas.



Desenvolvimento de Cidades do Estado

Um levantamento realizado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) aponta Santa Catarina como o 3º melhor estado do País no que se refere ao quadro socioeconômico.

O trabalho é baseado no Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) a partir de dados sobre educação, saúde, emprego e renda coletados em todo o País.

A interpretação da escala do índice é a seguinte: abaixo de 0,4, o desenvolvimento é considerado baixo. Entre 0,4 e 0,6, a avaliação é regular. No intervalo entre 0,6 e 0,8, o desenvolvimento é moderado. Já acima desse patamar, estão os municípios com alto desenvolvimento.

Com base nesse índice, Santa Catarina possui 95,6% de seus municípios com desenvolvimento alto ou moderado (ver Gráfico 6).

Gráfico 6 | Estados com Maior Percentual de Municípios com Desenvolvimento Alto ou Moderado Fonte: Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan)



Renda Média Domiciliar Per Capita

A Renda Média Domiciliar per capita é conceituada como a média das rendas domiciliares das pessoas residentes em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

Santa Catarina destaca-se com a 3ª maior renda média domiciliar per capita quando comparada aos outros estados da Federação, conforme demonstra a Figura 5.



A S P E C T O S S O C I A I S

Figura 5 | Renda Média Domiciliar Per Capita (em R\$) – Mudança de Posição Relativa na Comparação com 2004 (N°)

Fonte: OPE Sociais, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)



Posição 2013	UF	2013	Δ	Pos.
1	DF	1.848,90	-	
2	SP	1.216,79		(1)
3	SC	1.209,08		(2)
4	RJ	1.165,60		(2)
5	RS	1.146,01		(1)
6	PR	1.117,43	-	
7	MS	1.081,39		(3)
8	MT	999,60	-	
9	GO	977,25	-	
	BRASIL	938,31		
10	MG	937,11		(1)
11	ES	911,56		(4)
12	RR	755,36		(12)
13	RO	749,66		(1)

Posição 2013	UF	2013	Δ	Pos.
14	TO	713,40		(1)
15	RN	712,69		(4)
16	AP	707,68	-	
17	SE	702,29		(3)
18	AM	655,46		(1)
19	BA	654,40		(3)
20	PB	614,10		(1)
21	PE	597,39		(1)
22	AC	591,15	_	(7)
23	PI	576,43		(2)
24	PA	560,18		(6)
25	CE	549,01		(2)
26	MA	507,62	-	
27	AL	497,82	-	

Como consequência desse aumento da renda média domiciliar, tem-se a diminuição do percentual do número de pobres. Como pode ser observado na Tabela 1, Santa Catarina é a Unidade da Federação que tem o menor percentual de pobres no País.

Tabela 1 | Percentual de Pobres nos Estados Brasileiros Fonte: PNAD

Posição 2013	UF	% de pobres 2013	Variação p.p. (2004-2013)	Δ	Pos.
1	SC	5,7	-9,6	-	
2	MS	6,3	-18,9		(4)
3	GO	7,6	-17,0		(1)
4	MG	7,8	-18,8		(7)
5	MT	8,1	-15,7	_	(2)
6	PR	8,1	-17,6		(2)
7	DF	8,4	-18,1		(3)
8	SP	8,7	-14,8		(6)
9	ES	9,4	-15,8	_	(4)
10	RS	10,2	-15,1		(3)
11	RJ	12,6	-13,5	_	(2)
	Brasil	17,6	-19,9		
12	RO	20,1	-17,8	-	
13	RR	24,4	-38,0		(10)

Posição 2013	UF	% de pobres 2013	Variação p.p. (2004-2013)	Δ	Pos.
14	TO	25,6	-25,4	_	(1)
15	RN	27,4	-29,5		(3)
16	SE	28,7	-23,5	_	(2)
17	AP	28,8	-24,9	_	(1)
18	PE	31,4	-31,8		(6)
19	PB	31,4	-30,5		(2)
20	CE	31,8	-30,3		(2)
21	PI	32,0	-33,2		(4)
22	BA	32,6	-28,2	_	(2)
23	AM	33,1	-19,2		(8)
24	PA	33,2	-20,8		(7)
25	AC	35,7	-21,6	_	(6)
26	AL	38,8	-31,0		(1)
27	MA	40,6	-27,6	_	(1)

Santa Catarina lidera também o ranking nacional com a menor taxa de desemprego segundo a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD). Pode-se atribuir o desempenho catarinense à força com que a atividade industrial vem crescendo e à diversidade da economia do Estado.

Saneamento Básico

O Estado destaca-se no cenário nacional também em saneamento básico, sendo considerado o 5º melhor em esgotamento sanitário e o 4º melhor em coleta de lixo, segundo a última Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios realizada em 2012.



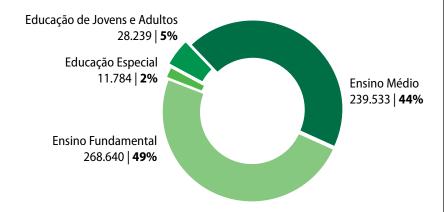
Principais Ações Desenvolvidas em 2014

■ Educação

O Governo do Estado vem investindo em diversas frentes para qualificar a educação em Santa Catarina. O trabalho inclui desde a reforma e a ampliação de escolas até a renovação da frota de ônibus escolar, a capacitação de professores e a atualização curricular.

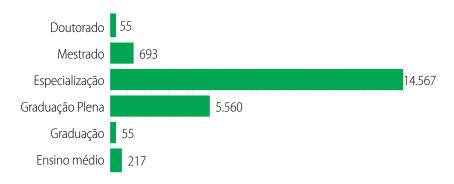
O sistema educacional do Estado é formado pela educação básica e pelo ensino superior. A educação básica, em 2014, contava com 1.075 escolas e 21.147 professores efetivos, além dos professores temporários, para atender 548.216 estudantes, distribuídos nas seguintes modalidades, como se pode observar no Gráfico 7:

Gráfico 7 | Número de Alunos da Educação Básica da Rede Estadual em 2014 Fonte: Secretaria de Estado da Educação (SED)



Dos professores efetivos da educação básica, 70% possuem especialização, conforme apresenta o Gráfico 8.

Gráfico 8 | Nível de Formação dos Professores Efetivos do Estado de Santa Catarina Fonte: Secretaria de Estado da Educação (SED)



O ensino superior conta com a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), que atende mais de 15 mil alunos e possui 49 cursos de graduação, 22 cursos de mestrado e 10 de doutorado.



Ações relacionadas à educação desenvolvidas no ano de 2014

Gestão Escolar

Em 2014, todas as 1.075 escolas da rede estadual de ensino elaboraram o Plano de Gestão Escolar, instituído por decreto pelo Governo do Estado em 2013. O novo modelo acabou com a indicação política de diretores das escolas da rede estadual. Para assumir a direção de uma escola, o professor precisa agora apresentar um plano de gestão escolar com foco no acesso à educação, na permanência do aluno e no êxito da aprendizagem. A seleção privilegia a competência técnica e a capacidade para atuar como gestor em uma escola. Além disso, proporciona uma maior participação da comunidade nos processos de planejamento e de decisão administrativa e pedagógica.

Atualização Curricular

Após dois anos de estudo e discussões envolvendo mais de oito mil educadores de todas as redes e etapas da educação básica e superior de Santa Catarina, a Secretaria de Educação apresentou em 2014 o documento atualizado da Proposta Curricular 2014 – Formação Integral para a Educação Básica. O documento, que servirá de referencial teórico aos professores na sala de aula, contempla as novas perspectivas e propostas para a educação. Também vai ao encontro das metas e estratégias do Plano Nacional de Educação (PNE) e do Plano Estadual de Educação (PEE). O trabalho desenvolvido em Santa Catarina está servindo de exemplo para outros estados brasileiros.

Infraestrutura Escolar

O Governo do Estado, com recursos do Pacto por Santa Catarina, está investindo na construção, ampliação e reforma de centenas de escolas. Em 2014, foi inaugurado o novo prédio da Escola de Ensino Básico São Luiz, em União do Oeste. A ampliação pode caracterizar a obra como uma escola nova, já que agora o espaço tem capacidade para aumentar o número de alunos de 260 para 400, incluindo níveis de ensino fundamental e médio.

Entre as unidades novas inauguradas em 2014, destaca-se a Escola de Ensino Básico Júlio da Costa Neves, em Florianópolis, com capacidade para 702 alunos. A escola ainda oferece espaços para quatro turmas do Programa Santa Catarina Alfabetizada, com o objetivo de atender os idosos do bairro. Na estrutura esportiva, há um ginásio de esportes com quadra polivalente e palco para apresentações diversas, além da arquibancada com 210 lugares.

Formação de Professores

A capacitação dos professores é uma das frentes do Estado para garantir a qualidade do ensino em Santa Catarina. Em 2014, foram realizados cursos de formação continuada para 41 formadores regionais, responsáveis pela multiplicação do conteúdo para 12 mil professores do ensino médio. Também foram promovidos cursos de formação para orientadores de estudos com o objetivo de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até oito anos de idade ao final do 3º ano do ensino fundamental. O Estado ainda capacitou pedagogos e professores de Língua Portuguesa e Matemática para atuarem no Programa Estadual de Novas Oportunidades de Aprendizagem (PENOA).





A Escola de Ensino Básico São Luiz, no alto, em União do Oeste (Foto: Diógenes Di Domenico Finger – SDR de Quilombo) e, acima, a Escola de Ensino Básico Júlio da Costa Neves, em Florianópolis (Foto: James Tavares - SECOM)



Transporte Escolar

O Governo do Estado vem renovando e aumentando a frota de ônibus escolares. Em 2014, foram adquiridos 99 veículos novos para atender alunos da educação básica. O objetivo é oferecer mais conforto e segurança para que os estudantes cheguem bem na escola. A renovação contemplou 90 municípios.

Educação Nutricional

A Secretaria de Estado da Educação, em parceria com as empresas que fornecem a alimentação escolar, está sempre presente nas unidades educacionais alertando os estudantes sobre a importância de uma alimentação saudável. Por meio do Projeto de Educação Nutricional, profissionais nutricionistas orientam os alunos e esclarecem as dúvidas sobre os alimentos, incentivando-os a comerem com qualidade.

Educação Escolar Indígena

Em 2014, as comunidades indígenas de Santa Catarina receberam ampla assistência na área da educação, com mais professores. O Curso de Magistério Indígena, que teve início no 2º semestre de 2014 e terá duração de três anos e meio, conta com 30 professores indígenas inscritos e frequentando as aulas de turmas misturadas entre guaranis, kaingang e xokleng. A educação escolar indígena de Santa Catarina atendeu, em 2014, 2.044 alunos de 33 escolas de ensino fundamental, 403 alunos de cinco escolas de ensino médio e 2.600 alunos de oito escolas de Educação para Jovens e Adultos (EJA).

Ensino Superior

A Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) reafirmou, em 2014, a sua posição de quarta melhor universidade estadual do Brasil, sendo a 18ª no geral entre 192 instituições avaliadas pelo Ministério da Educação (MEC).

Em 2014, o ingresso na graduação ocorreu por meio dos vestibulares (verão e inverno), com mais de 2,6 mil vagas, e também por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) do MEC, com outras 700 vagas, sempre reservando 20% para estudantes de escolas públicas e 10% para negros. Na educação a distância, foram ofertadas 402 vagas no curso de Pedagogia, no qual a prioridade é para professores da rede pública de ensino.

No ensino, a UDESC investiu no Programa de Apoio ao Ensino de Graduação (PRAPEG) para projetos que buscam a melhoria qualitativa do ensino de graduação. Na pesquisa, essa universidade conta com 142 grupos certificados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Na extensão, foram realizadas 500 ações que beneficiaram 600 mil pessoas. A instituição também concedeu diversas modalidades de auxílios e bolsas para estudantes.

Em 2014, a UDESC continuou realizando investimentos em infraestrutura. Estão em andamento obras importantes como o prédio da Engenharia Florestal, em Lages, o Restaurante Universitário, em Florianópolis, o prédio administrativo da FAED e reformas em São Bento do Sul.

Outros destaques no ano de 2014 na educação superior foram as aprovações de três importantes políticas: a de comunicação, ensino a distância e a de inovação, esta última responsável por ampliar a captação de recursos externos. Um bom exemplo disso foi a liberação de R\$ 15 milhões do Ministério da Integração Nacional para a construção de um laboratório de análise e credenciamento do leite, o qual será construído na unidade da UDESC, em Pinhalzinho.



Ônibus escolares adquiridos

Foto: James Tavares - SECOM



Refeições servidas Foto: Osvaldo Noceti



Educação indígena Foto: Osvaldo Noceti



Bolsas para a UDESC Foto: Divulgação da UDESC



Bolsas de Estudo

O Governo do Estado está investindo em assistência financeira a estudantes de ensino superior considerados carentes financeiramente. Em 2014, foram beneficiados mais de 25 mil alunos de graduação e 990 estudantes de pós-graduação.

Educação Básica

Em 2014, Santa Catarina continuou figurando no ranking dos estados com as melhores médias no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), conforme demonstra a Tabela 2.

Tabela 2 | Desempenho do Estado no IDEB

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)

	4 ª	4ª Série/5º Ano		8 ª	8ª Série/9º Ano		E	nsino méd	io
Região/UF	2009	2011	2013	2009	2011	2013	2009	2011	2013
Norte	4,1	4,5	4,7	3,7	3,8	3,9	3,4	3,4	3,3
Nordeste	3,9	4,2	4,5	3,4	3,5	3,6	3,2	3,2	3,3
Centro-Oeste	5,0	5,3	5,5	4,2	4,3	4,4	3,6	3,7	3,7
Sudeste	5,2	5,5	5,7	4,2	4,4	4,5	3,7	3,8	3,9
Sul	5,2	5,5	5,8	4,3	4,4	4,3	4,1	4,0	3,9
Santa Catarina	5,2	5,8	6,0	4,5	4,9	4,5	4,1	4,3	4,0

Na avaliação do ano, que considerou informações de 2013, o Estado manteve o crescimento nos anos iniciais do ensino fundamental, passando de 5,8 para 6,0. A principal atribuição do crescimento se deve ao trabalho de alfabetização aos 6 anos. Nessa etapa de ensino, os números são semelhantes aos indicadores de países desenvolvidos.

Nos anos finais, o Estado teve uma pequena queda nos números, reduzindo o índice de 4,9 para 4,5. Porém, Santa Catarina se manteve entre os cinco estados com o melhor desempenho do País.

No ensino médio, o índice passou de 4,3 para 4,0. O resultado se deve muito à aprovação automática.

Após análise dos índices das escolas estaduais no Ideb 2011, o Estado diagnosticou graves deficiências de aprendizagem e baixo grau de comprometimento de alunos com os estudos. Por isso, em 2013, decretou o fim da aprovação automática e implantou o Programa Estadual de Novas Oportunidades de Aprendizagem (PENOA) como ferramenta de garantia de uma aprendizagem adequada a todos os alunos da rede estadual. Outras ações para a correção do Ideb também estão em andamento, como:

- » ampliação dos programas de formação continuada dos professores (PNAIC, SisMédio);
- » ampliação da educação em tempo integral;
- » concurso para o quadro efetivo, melhoria salarial e nova carreira com incentivo aos resultados da escola;
- » informatização do Programa de Prevenção à Evasão Escolar (APOIA), em parceria com o Ministério Público Estadual (MPSC); e
- » novo sistema de gestão escolar com foco na aprendizagem.



■ Saúde

Em 2014, o Governo do Estado consolidou ações que refletem diretamente nos principais indicadores em saúde. Ao mesmo tempo, lançou novas práticas para aperfeiçoar o atendimento na área. O ano encerrou com importantes conquistas, como a cobertura de 100% dos municípios no Programa Estratégia Saúde da Família, e trouxe novos avanços com a implantação de propostas definidas no Plano de Gestão da Saúde, anunciado em 2013.

Plano de Gestão da Saúde

No ano de 2014, foram colocadas em prática três importantes ações propostas pelo Plano de Gestão da Saúde, como mostrado a seguir.

- a) Produtividade médica O objetivo central da implantação do Plano de Gestão da Saúde foi aumentar a produção e a qualidade dos atendimentos à população. Desde que a lei de produtividade médica entrou em vigor, no início de 2014, o número de atendimentos, cirurgias e exames nos hospitais públicos estaduais tem crescido. Dos 13 hospitais sobre a administração direta do Estado e o Centro de Pesquisas Oncológicas (CEPON), 12 atenderam mais pacientes em ambulatórios em comparação a 2013. Quanto às cirurgias, dez hospitais apresentaram incremento na quantidade de procedimentos realizados. O número de exames feitos também cresceu em nove das 14 unidades hospitalares. A lei estabelece uma nova forma de trabalho para médicos, baseada em meritocracia. Conforme o cumprimento das metas, os médicos recebem até o dobro do que é pago pela tabela SUS, dependendo da complexidade do procedimento médico. O objetivo é aumentar a produtividade e diminuir as filas, garantindo que os recursos aplicados efetivamente beneficiem usuários e trabalhadores. Os hospitais Celso Ramos e Regional de São José, por exemplo, bateram recordes históricos de cirurgias ao longo do ano. Em 2013, o Hospital Celso Ramos registrou uma média mensal de 683 cirurgias. Em 2014, a média dos nove primeiros meses foi de 884 cirurgias por mês. No Hospital Regional Homero de Miranda Gomes (HRSJ), de São José, maior unidade hospitalar de Santa Catarina, foram vários recordes ao longo do ano. Para exemplificar, os 1.223 procedimentos realizados no mês de agosto representam um aumento de 56% em relação aos 785 registrados em janeiro, quando foi implantado o Plano de Gestão da Saúde.
- b) Apoio financeiro aos municípios A Secretaria de Estado da Saúde finaliza 2014 com mais de 95% dos municípios recebendo o incentivo de trinta centavos per capita mensais. O objetivo é auxiliar na oferta de consultas e exames de média complexidade. O repasse desse valor é revertido em cerca de 200 mil consultas e exames, além de 70 mil procedimentos por ano.
- c) Centrais de Regulação de Internações Com a implantação de sete Centrais de Regulação de Internação Hospitalar em Santa Catarina, o Estado busca a ampliação do número de leitos e a ocupação racional dos hospitais. Médicos reguladores verificam o quadro clínico relacionado a cada solicitação de internação e localizam, conforme a oferta de serviços disponíveis, o hospital mais adequado às necessidades do paciente. As Centrais proporcionam o fortalecimento das Regionais de Saúde nas áreas de controle e avaliação, assim como de auditoria. Isso possibilita que ações de monitoramento e fiscalização dos recursos públicos de saúde sejam ampliadas, facilitando o acesso da população aos serviços em todo o Estado. A implantação das Centrais também permite conhecer a realidade das filas de espera para internações hospitalares, bem como promover um planejamento estratégico adequado às ações e aos serviços necessários para cada região.



Sistema de Classificação de Risco

Desenvolvido por técnicos da Secretaria de Estado da Saúde, o Sistema Catarinense de Acolhimento e Classificação de Risco é um grande avanço na organização, na humanização e na qualificação da atenção às urgências de Santa Catarina. A classificação é um processo dinâmico e ágil. Ao chegar à emergência do hospital e efetuar o cadastro, o paciente é atendido por um profissional experiente que colherá as principais queixas e avaliará os sinais vitais. Com base nesses dados e em outras informações, o classificador estabelecerá a prioridade de atendimento.

O projeto piloto começou a ser implantado em setembro de 2014 com a capacitação de enfermeiros do Hospital Governador Celso Ramos, em Florianópolis. Na sequência, o treinamento se estendeu aos profissionais de hospitais e das Unidades de Pronto Atendimento (UPAS) da Macrorregião da Grande Florianópolis. As demais regiões serão capacitadas a partir de 2015 com os hospitais adotando um modelo único de classificação de risco em todo o Estado, o que uniformizará a linguagem na atenção às urgências.

Rede Hospitalar

Em 2014, mais de 1,8 milhão de pacientes foram atendidos em Santa Catarina nos 18 hospitais públicos estaduais, dos quais 13 são administrados diretamente pela Secretaria de Estado da Saúde e os demais são gerenciados por Organizações Sociais (OS) contratadas pelo Estado. A ampliação dos serviços, quando comparada à produção de 2011, chega a 71% nas unidades gerenciadas por Organizações Sociais e 9% nos hospitais próprios.

- » Unidades próprias: em 2014, 2.080 leitos de internação das unidades próprias garantiram o suporte aos atendimentos de alta e média complexidade para mais de 900 mil pacientes. Os atendimentos realizados estão divididos nas áreas de emergência (50%), ambulatoriais (42%) e internações (8%).
- » Unidades administradas por Organizações Sociais: as cinco unidades com atendimento 100% SUS administradas por Organizações Sociais em 2014 produziram mais de 880 mil atendimentos no ano, distribuídos entre consultas (35%), internações (3%), emergência (28%) e serviços de apoio diagnóstico e terapêutico (34%). Além do Centro de Pesquisas Oncológicas de Santa Catarina (CEPON), os hospitais regionais Deputado Affonso Guizzo (HRDAG), de Araranguá, e Terezinha Gaio Basso (HRTGB), de São Miguel do Oeste, Hospital Infantil Jeser Amarante Faria (HIJAF), de Joinville, e Hospital Florianópolis, da Capital, dão suporte aos atendimentos de alta e média complexidade.

Reabertura do Hospital Florianópolis

Após a reforma, o Hospital Florianópolis passou a contar com 50 leitos de internação, 10 leitos de UTI, centro cirúrgico com três salas, além de quatro leitos de recuperação pós-anestésica e leitos de observação adultos e infantis.

A unidade oferece atendimento 100% SUS e já no primeiro mês de atividades, após a reinauguração, superou a meta de atender 5 mil pacientes. Nos meses de setembro e outubro de 2014, esse número ultrapassou 9 mil atendimentos na emergência.



Hospital Florianópolis Foto: Arquivo da Secretaria de Estado da Saúde



Mutirão Cirurgias Eletivas

Criado para diminuir a fila de espera por cirurgias de menor gravidade como catarata, varizes, hérnia e vesícula, o Mutirão de Cirurgias Eletivas alcançou em 2014 a marca de 80 mil catarinenses beneficiados desde o seu lançamento, ocorrido em 2011. A novidade, em 2014, foi o lançamento do Mutirão de Cirurgias Eletivas Femininas, em março, que refletiu em um aumento de 75% no número de procedimentos cirúrgicos realizados em comparação a 2013.

Hemosc

Uma auditoria externa realizada no segundo semestre de 2014 forneceu ao Centro de Hematologia e Hemoterapia de Santa Catarina (Hemosc) a recomendação para o Certificado de Acreditação da Associação Americana de Bancos de Sangue/American Association of Blood Banks (AABB). Desde 1957, a instituição americana desenvolve padrões de qualidade em hemoterapia, cujo foco é a segurança de doadores e pacientes. O certificado garante a qualidade internacional dos serviços de toda a hemorrede catarinense. A acreditação AABB preconiza rigorosos padrões para desempenho de atividades médica, técnica e administrativa, pesquisa, educação, legislação e outras atividades no âmbito da hemoterapia. Para garantir a manutenção da qualidade, todos os testes laboratoriais realizados pelo Hemosc são avaliados periodicamente por testes de proficiência fornecidos por empresas qualificadas, alcançando índices de 100% de acerto dos controles de qualidade externos.

SC Transplantes

Santa Catarina é o estado brasileiro com maior índice de doadores cujos órgãos foram transplantados. De acordo com a Associação Brasileira de Transplante de Órgãos (ABTO), no primeiro semestre de 2014, o Estado teve 27,8 doadores por milhão de população, enquanto a média nacional foi de 12,4. Em junho de 2014, Santa Catarina alcançou um recorde quando foram captados órgãos de 25 doadores. Esse marco equivale ao número de doações captadas ao longo de todo o ano 2000, quando o sistema foi implantado. Santa Catarina é o estado brasileiro que mais registrou doadores efetivos de órgãos entre janeiro e setembro de 2014, conforme dados da ABTO.

Vacinação

Em 2014, novas vacinas foram integradas ao calendário básico de vacinação e estão disponíveis para a população por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), como é o caso da vacina contra o HPV, vírus que pode causar o câncer do colo de útero. Santa Catarina está entre os quatro estados brasileiros com melhores índices de vacinação contra HPV do País, com cobertura de 97,9% na primeira dose e de 53,5% na segunda dose (iniciada em setembro de 2014). A vacina contra hepatite A também foi introduzida no calendário em agosto de 2014. Segundo dados da Superintendência de Vigilância em Saúde, em agosto e setembro cerca de 29 mil crianças de um ano de idade foram vacinadas. Em novembro, a vacina adsorvida contra difteria, tétano e coqueluche para gestantes entrou no calendário básico com a meta de prevenir casos de coqueluche em crianças com menos de seis meses. Outro destaque em 2014 foi a ampla divulgação da vacina contra hepatite B durante a Mobilização Estadual Contra as Hepatites Virais, ocorrida em julho. Somente na primeira semana da campanha, foram vacinados 113.725 catarinenses. Santa Catarina também alcançou altos índices de cobertura vacinal durante a Cam-







No alto, o Mutirão de Cirurgias Eletivas, abaixo desta, o Hemosc em funcionamento e, em seguida, a vacinação

Fotos: Arquivo da Secretaria de



ASPECTOS SOCIAIS

panha de Vacinação contra a Gripe, com 90,7% dos grupos prioritários imunizados. Além disso, o Estado tem mantido nos últimos anos bons índices nas vacinas recomendadas para criancas com até um ano de idade.

Atenção Básica

Investir em atenção básica significa apostar em um modelo de prevenção à saúde que leva informação e bem-estar à população. Ainda que seja uma atribuição dos municípios, o Governo Estadual sabe da importância desse setor e busca parcerias com as prefeituras para ampliar e qualificar o atendimento público oferecido em todas as regiões catarinenses. Atualmente, 75% da população e 100% dos municípios estão cadastrados no Programa Estratégia Saúde da Família (a média brasileira é de 54%). Esse trabalho reflete também na saúde bucal. No Estado, 46% dos catarinenses têm acesso às equipes de saúde bucal – 21% a mais que a média brasileira. Outro dado importante é a queda no número de internações hospitalares. Entre 2010 e 2013, houve redução de 4,6%. Esse resultado foi possível em função de várias ações de prevenção desenvolvidas no que se refere à atenção básica. O investimento em atenção básica tem rendido bons frutos a Santa Catarina. Além da queda do número de internações hospitalares, a redução da mortalidade infantil e o aumento da longevidade dos idosos são os indicativos mais importantes.

Tratamento Fora do Domicílio

Em 2014, dois importantes resultados foram alcançados no Programa de Tratamento Fora do Domicílio. A frota de ambulâncias foi renovada, garantindo mais conforto e segurança aos pacientes que fazem tratamento de saúde fora de suas cidades. Além disso, os tratamentos fora de domicílio em território catarinense tiveram redução de 30% em relação a 2011. Isso significa que há mais tratamento de saúde disponível nas diferentes regiões do Estado. Os procedimentos mais solicitados fora do Estado estão relacionados a transplantes, consultas e reabilitação. As especialidades mais requisitadas são das áreas de otorrinolaringologia, neurologia e nefrologia.

SAMU

Durante o ano de 2014, o Estado investiu na reestruturação das bases e instalações do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) em todo o território catarinense. As novas bases abrigam as equipes de socorro e as Unidades de Suporte Avançado, equipadas com Unidade de Terapia Intensiva (UTI) móvel. O objetivo é atender ainda melhor os usuários do SUS. Os municípios de Florianópolis, Palhoça, Itajaí, Blumenau, Chapecó, Araranguá, Tubarão, Caçador, Curitibanos e Canoinhas ganharam bases novas. Já as instalações de Joaçaba, São Joaquim e São Miguel do Oeste passaram por um processo de revitalização e adequação com recursos estaduais, em parceria com a Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM), Organização Social contratada pelo Estado para administrar o SAMU.

Parque Tecnológico

Em 2014, os investimentos em Tecnologia da Informação garantiram melhor desempenho e segurança para os sistemas utilizados pelas unidades da Secretaria de Estado da Saúde, tanto hospitalares quanto assistenciais e administrativas, e pelas Gerências Regionais de Saúde. O investimento incluiu a aquisição de 2.999 computadores, 60 notebooks, 12 nobreaks e 154 switchs gerenciáveis.





As ambulâncias para o Tratamento Fora do Domicílio e uma das utilizadas pelo SAMU

Fotos: Arquivo da Secretaria de Estado da Saúde



Compras e Logística

Em 2014, o Estado lançou o pregão eletrônico para comprar medicamentos. Isso gerou economia, agilidade e maior transparência aos processos. A meta de realização de 50 pregões eletrônicos ao longo do ano foi cumprida, representando uma economia de 20% nas operações realizadas. Cerca de 200 municípios também foram beneficiados com os pregões eletrônicos feitos pelo Estado, o que gerou uma economia de 16% para os cofres municipais, por meio da compra conjunta com o Estado.

Telemedicina

O Sistema de Telemedicina e Telessaúde permite o envio de exames e emissão de laudos por especialistas, ainda que o profissional não esteja no mesmo local ou cidade do paciente. A Telemedicina tem gerado uma redução de tempo e custos de viagem. O serviço é realizado por meio de um contrato entre o Estado e a Universidade Federal de Santa Catarina, e está disponível para 100% dos municípios catarinenses.

Mais de 3,6 milhões de exames foram realizados desde o início do serviço, e 25 novos pontos foram implantados em 2014. Os exames armazenados no Sistema Catarinense de Telemedicina e Telessaúde englobam eletrocardiogramas, exames dermatológicos, análises clínicas, raio x digital, tomografia computadorizada, ressonância magnética, ultrassonografia, entre outros serviços. Atualmente, nove dos 13 hospitais administrados pelo Estado já aderiram ao sistema.

Assistência Social

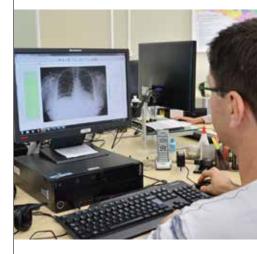
Erradicar a extrema pobreza, garantir os direitos sociais e investir na qualificação e geração de renda são os eixos do Pacto pela Proteção Social, criado pelo Governo do Estado para promover o bem-estar da população catarinense. Em 2014, a Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação (SST) do Estado de Santa Catarina realizou várias ações, as quais são detalhadas a seguir, dando continuidade a esse trabalho.

Proteção Social e Garantia dos Direitos Sociais

No eixo Proteção Social e Garantia de Direitos Sociais, deu-se sequência ao projeto de construção de 88 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Os CRAS são a porta de entrada para a inclusão social. Cada centro poderá atender até 3.500 usuários por mês.

Houve também continuidade na construção de 27 Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas). Os Creas oferecem orientação e apoio especializado e continuado a quem tem os direitos violados. Do total de obras, 40% foram concluídas. Cada centro poderá atender até 5 mil usuários.

Ainda na área de proteção social foram entregues 142 veículos para os CRAS, os Creas, os Centros POP (Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua) e para o serviço de acolhimento institucional e de família acolhedora dos municípios. Os veículos, de uso exclusivo da Assistência Social, são destinados à busca ativa e à proteção social. A busca ativa refere-se à localização, à inclusão e ao encaminhamento aos serviços de proteção dos cidadãos que desconhecem os seus direitos. Entre os programas nos quais as famílias podem ser incluídas estão o Benefício de Prestação Continuada (BPC) para o idoso – que concede um salário



TelemedicinaFoto: Arquivo da Secretaria de Estado da Saúde



Centro de Referência de Assistência Social em construção em Seara Foto: Glauco Benedetti/Secom





Em 2014, 142 veículos foram entregues às áreas de assistência espalhadas por todo o Estado Foto: Neiva Daltrozo/Secom



Alunos da Escola de Ofícios Foto: Antonio Carlos Mafalda/Secom

mínimo às pessoas acima de 65 anos sem condições de se sustentar – e o BPC, voltado às pessoas com deficiência. O objetivo é atender todas as pessoas idosas e com deficiência que têm o direito a receber o benefício. Além disso, as famílias podem ser cadastradas para programas de transferência de renda, como o Bolsa-Família, do Governo Federal, e o Santa Renda, do Governo Estadual.

Trabalho, Emprego e Renda

No segundo eixo do Pacto pela Proteção Social, destaca-se o início da implantação de 14 Centros de Trabalho, Emprego e Renda com a reforma de 14 postos do Sistema Nacional de Emprego (SINE) nos seguintes municípios: Florianópolis, Joinville, Blumenau, Laguna, Joaçaba, Lages, Rio do Sul, Concórdia, Caçador, Tubarão, Balneário Camboriú, Mafra, Criciúma e Chapecó. As obras estão na fase de projeto arquitetônico e complementar, e a ordem de serviço foi assinada em 2014.

Com a reestruturação da Escola de Ofícios, localizada no Centro Educacional Dom Jaime de Barros Câmara, em Palhoça, o Estado disponibilizou cursos de qualificação profissional do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) para cerca de 2 mil alunos. No local, são oferecidos cursos como o de confeiteiro, padeiro, eletricista, mecânico de motocicleta, programador web, projetista de móveis, confeccionador de lingerie e moda praia, montador e reparador de computadores.

O Estado é corresponsável pela articulação do Pronatec entre os municípios e as instituições que oferecem os cursos de qualificação profissional, contribuindo no levantamento de demandas dos municípios, postos do Sistema Nacional de Emprego (SINE), conselhos municipais de trabalho e emprego e sociedade civil organizada e realizando o acompanhamento dos cursos.

Em 2014, foram programadas pelo Ministério da Educação 90 mil vagas. Cerca de 300 cursos foram ou estão sendo realizados em 217 municípios de Santa Catarina. Os recursos são do Governo Federal e vão direto para as instituições que oferecem os cursos: Sistema S (SENAI, Senac, Senar, Senat) e instituições federais de ensino superior (IFC e IFSC). Entre os cursos oferecidos estão: desenhista de produtos gráficos em web, operador de computador, recepcionista, assistente de controle da qualidade, inglês, espanhol, aplicador de revestimento cerâmico e outros.

Os postos do SINE são responsáveis pela inserção de trabalhadores no mercado de trabalho. No total, em Santa Catarina há 23 postos de execução direta do Governo do Estado e 91 em convênio com as prefeituras. Em 2014, foram atendidos mais de 756 mil trabalhadores. O atendimento inclui a intermedição para o mercado de trabalho, o encaminhamento para o seguro-desemprego e para cursos de qualificação profissional do Pronatec.

Já o projeto de ações integradas de economia solidária pretende fortalecer e criar os centros multifuncionais de economia solidária, executar ações de qualificação social e profissional, estimular o empreendedorismo e a participação em feiras de economia solidária. A previsão é atender a 780 pessoas no Estado. O público-alvo são mulheres, artesãos e pequenos empreendedores.

Erradicação da Extrema Pobreza

No terceiro eixo, o de erradicação da extrema pobreza, destaque para o Programa Santa Renda, que atende às famílias com crianças e adolescentes entre zero e 15 anos para que ninguém receba menos do que R\$ 87 mensais por pessoa. Em 2014, foram beneficiadas mais de 26 mil famílias catarinenses.



Objetivando também erradicar a extrema pobreza, o Estado está investindo no combate à fome por meio da construção de um restaurante popular (Xanxerê), três cozinhas comunitárias (Itajaí, São Bento do Sul e Xanxerê,), dois bancos de alimentos (Itajaí e Xanxerê) e quatro unidades de apoio à distribuição de alimentos (Guaramirim, Rio do Sul, São Bento do Sul e Xanxerê).

Em dezembro de 2014, o Estado lançou o Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, instrumento de fundamental importância para consolidação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional em Santa Catarina. No mesmo mês, o Estado recebeu a notícia de que é o segundo no País com o melhor índice de segurança alimentar, de acordo com a Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios 2013 sobre Segurança Alimentar (PNAD 2013).

Ao longo do ano, foram realizadas sete oficinas de mobilização e sensibilização dos gestores e da sociedade civil: mais de 450 profissionais participaram dos eventos, que reuniu 80% dos 295 municípios catarinenses.

Além das ações em assistência social nos três eixos citados, o Estado de Santa Catarina atuou no cofinanciamento, em capacitações, no enfrentamento ao trabalho infantil e na prevenção e no combate às drogas.

Segurança Pública

O Governo do Estado vem investindo continuamente em ações de segurança pública, com o objetivo de honrar o compromisso de proteger as pessoas. Em 2014, os investimentos continuaram concentrados em estrutura física, mobilidade policial, equipamentos de proteção individual e ampliação do sistema de vigilância eletrônica, fomentando a integração e interligando Polícia Civil, Corpo de Bombeiros e Polícia Militar. Os investimentos foram realizados com recursos do Pacto por Santa Catarina e também com recursos próprios do Estado, conforme apresentado a seguir:

Investimentos Realizados com Recursos do Pacto por Santa Catarina

- » Entrega de 1.260 veículos adquiridos em 2013 e aquisição de 340 novos veículos para a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros Militar, a Polícia Civil, a Secretaria de Segurança Pública e o Instituto Geral de Perícias.
- » Entrega de 39 caminhões de combate a incêndio e resgate para o Corpo de Bombeiros Militar; um caminhão 4x4 para uso em apoio e transporte de tropas e mantimentos; 52 ambulâncias Auto Socorro de Urgência (ASU); 28 embarcações aquáticas; uma embarcação de combate a incêndio de grande porte; 26 motos aquáticas; 29 veículos; três micro-ônibus; 27 quadriciclos; 39 kits de mergulho; 1.000 kits de proteção individual; e 600 kits de equipamentos de proteção respiratória.
- » Entrega de equipamentos policiais de proteção individual, contendo: pistolas (7.860), coletes balísticos (5.269), algemas (4.013), cintos (7.263) e tonfas (5.013), adquiridos no ano anterior, e de equipamentos adicionais tais como 2.183 coletes balísticos e 1.000 algemas para uso da Polícia Civil e Polícia Militar, entregues no corrente ano.
- » Novas construções, ampliações, reformas e manutenções de instalações físicas para a Secretaria da Segurança Pública (SSP), que engloba a Polícia Militar, a Polícia Civil, o Corpo de Bombeiros Militar, o Instituto Geral de Perícias e o Departamento Estadual de Trânsito, com destaque para o Prédio da Sede Administrativa da SSP em Florianópolis e para as Unidades Integradas da SSP





Viaturas policiais entregues em Chapecó (Foto: Douglas Dorneles – Secretaria de Desenvolvimento Regional de Chapecó) e veículos entregues para o Corpo de Bombeiros

Foto: Divulgação





Operação Veraneio em Florianópolis Foto: James Tavares/SECOM

nos municípios de Palmeira, Quilombo e Sombrio; Construção da Sede da Diretoria Estadual de Investigações Criminais (DEIC), delegacias de polícia nos municípios de Lages, Camboriú e Guaramirim; construções dos quartéis da Polícia Militar nos municípios de Cocal do Sul, Faxinal dos Guedes, Camboriú e Três Barras, recursos esses provenientes tanto do Pacto por Santa Catarina e também recursos próprios da SSP.

Investimentos Feitos com Recursos Próprios do Corpo de Bombeiros Militar

- » Construção do heliponto e cercamento do terreno pertencente ao Corpo de Bombeiros Militar na Baía Sul em Florianópolis.
- » Construção de pista de treinamento para cães, em Xanxerê.
- » Aquisição de dois chassis para transformação em autotanque, cinco caminhonetes, três motos, uma ambulância Auto Socorro de Urgência e uma caminhonete para transformação em Auto Socorro de Urgência.
- » Aquisição de uma câmera térmica para utilização em incêndios confinados.

Investimentos com Recursos Próprios da Polícia Militar

- » Aquisição de 420 capacetes antitumulto; 184.000 munições letais e 233 projéteis para recarga de munição para treinamento.
- » Construção da sede do Comando do Batalhão de Polícia Militar Ambiental (convênio com o MP).

Aquisições com Recursos da Secretaria de Estado da Segurança Pública

- » 48 veículos, distribuídos entre a Polícia Militar, a Polícia Militar Ambiental, a Polícia Militar Rodoviária, a Polícia Civil, a Secretaria de Estado da Segurança Pública (Diretoria de Inteligência) e o Instituto Geral de Perícias.
- » Sistema de geoprocessamento dos dados criminais da SSP Geocriminologia.
- » Equipamento com sistema de captura de imagens 3D.
- » Aparelho para diagnóstico por imagens em cadáveres humanos através de inspeção por raios x.
- » Servidor, licenças e serviço para implantação da ferramenta Business Intelligence (BI).
- » 15 conjuntos de consoles de rádio comunicação para Centrais de Emergências de Santa Catarina e cinco torres autoportantes com o escopo de aumentar a área de cobertura do sistema de radiocomunicação da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Bombeiro Militar e do Instituto Geral de Perícias na região do Alto Vale catarinense.

Ações com a Participação do Governo Federal

- » Reaparelhamento das Delegacias da Mulher da Polícia Civil.
- » Projeto Santa Catarina mais Segura, cujo objetivo é trazer mais segurança ao Estado por meio da redução dos homicídios e da letalidade policial, da ampliação da participação cidadã, da humanização do trabalho policial e da atuação em programas preventivos nas escolas, visando à redução do consumo de substâncias e à construção de resiliências contra as drogas.



- » Melhoria do sistema de gestão de recursos operacionais e customização do Sistema Integrado de Segurança Pública no que concerne a atendimentos, ocorrência e procedimentos policiais.
- » Fortalecimento da atividade de policiamento comunitário com o intuito de prevenir a vitimização e a revitimização nos crimes de furto e roubo nas quatro cidades catarinenses com maior incidência nesses delitos.
- » Continuidade ao Programa de Proteção às Testemunhas e Vítimas de Crime (PROVITA).
- » Estruturação da Cadeia de Custódia em todo o Estado, com vistas a aperfeiçoar o processo e garantir a integridade e a rastreabilidade dos vestígios de interesse forense.
- » Programa Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENA-FRON), em parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, abrangendo 82 municípios catarinenses integrantes da faixa de fronteira. O programa objetiva o fortalecimento da presença estatal na área de fronteira e o desenvolvimento de projetos, com o intuito de evitar o tráfico ilícito de entorpecentes, o tráfico internacional de armas de fogo, munições e explosivos, o contrabando e a pirataria, a evasão de divisas, a exportação ilegal de veículos, os crimes ambientais, a imigração ilegal de estrangeiros pela fronteira seca do Brasil e o tráfico de pessoas.

Além disso, foram nomeados 976 novos soldados da Polícia Militar, que atuarão em todo o Estado de Santa Catarina, e 59 novos escrivães de Polícia Civil.

Em 2014, também foram autorizados e lançados três editais importantes: (1) autorização para concurso de 500 novos soldados da Polícia Militar (PM); (2) autorização para concurso de 406 novos policiais civis, sendo 66 delegados e 340 agentes; (3) autorização para concurso de 153 novos auxiliares no Instituto Geral de Perícias (IGP), vagas que serão nomeadas em 2015 após a realização dos respectivos cursos de formação.

Programa Bem-Te-Vi de Segurança por Videomonitoramento

O objetivo deste programa é a segurança e a vigilância sistemática dos espaços públicos, agregando tecnologia eficaz na prevenção criminal, na repressão e na investigação de delitos, com parceria municipal. As imagens captadas por centrais de videomonitoramento são compartilhadas com a Polícia Civil, o que facilita o trabalho de investigação e de identificação de criminosos.

Em 2014, foram instaladas 67 centrais de videomonitoramento. Além das 56 cidades que já contam com sistema de videomonitoramento urbano, contempladas pela primeira etapa do Programa Bem-Te-Vi, o Estado lançou a segunda etapa do programa, que prevê investimentos na instalação de mil câmeras de vigilância em 100 municípios catarinenses. Com essa ação, mais da metade dos municípios do Estado terão cobertura pelo sistema de videomonitoramento. Além disso, Santa Catarina será o único estado do País a promover o acesso integrado das imagens entre as diversas cidades monitoradas.



Formatura da Polícia Militar Foto: Gisele Vizzotto/SDR de São Miguel do Oeste





Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE) Foto: Divulgação

Mostra laboral Foto: Divulgação

■ Justiça e Cidadania

O Governo catarinense está reforçando o sistema prisional de Santa Catarina com a ampliação e a reforma de unidades penitenciárias em diferentes regiões do Estado. Todas as obras fazem parte do Programa Pacto por Santa Catarina. Paralelamente, o Estado investe em programas socioeducativos para os presos.

Sistema Prisional

Em 2014, o Governo inaugurou duas importantes obras para a região Sul do Estado: a ampliação da Penitenciária Sul, com 200 novas vagas, e a reforma de adequação do Centro de Atendimento Socioeducativo Provisório (CASEP) de Tubarão, que atende 12 adolescentes. O Estado também concluiu as instalações do Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE) da Grande Florianópolis com capacidade para atender até 90 adolescentes, sendo 70 em internação definitiva e 20 em internação provisória.

Durante o ano, também foram assinadas importantes ordens de serviço para obras que vão reforçar o sistema prisional de Santa Catarina. Entre elas, o novo complexo da Penitenciária Agrícola de Chapecó. A nova ala terá capacidade para 600 presos no regime fechado, sendo 576 vagas coletivas, 14 individuais e nove vagas para portadores de necessidades especiais.

Outra obra iniciada em 2014 é a Cadeia Pública Feminina de Itajaí, que será instalada dentro do Complexo Penitenciário da Canhanduba, no Vale do Itajaí, com 286 vagas femininas provisórias. Em São Cristóvão do Sul, na Serra Catarinense, está sendo construída a unidade II da Penitenciária da região de Curitibanos, que terá capacidade para 599 detentos masculinos em regime fechado.

O Estado também lançou em 2014 o processo de licitação para a construção do novo Presídio Feminino de Chapecó, que será erguido na mesma área da Penitenciária Agrícola. O novo espaço terá capacidade para 280 detentas. O Governo do Estado também entregou 20 viaturas especializadas para condução de detentos e 2 mil uniformes para agentes penitenciários.

Socioeducativo

Em 2014, o Estado comemorou uma grande vitória na área educacional do sistema. Quatro detentos da Penitenciária de Florianópolis foram aprovados no vestibular da Universidade Federal de Santa Catarina para os cursos de Meteorologia, Serviço Social e História.

O sistema prisional realizou pela primeira vez uma exposição dos produtos fabricados por apenados catarinenses, resultado das atividades laborais executadas nas unidades prisionais. A 1ª Mostra Laboral do Sistema Prisional de Santa Catarina, em Florianópolis, reuniu mais de 80 empresas parceiras em mais de 200 convênios.

Em 2014, também foi assinada a ordem de serviço para a construção do Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE) e a ampliação do Centro de Atendimento Socioeducativo Provisório (CASEP) de Chapecó. Serão 60 vagas, 40 para o Case (hoje com 20) e mais 20 vagas para o CASEP (hoje são 10).



Defesa Civil

A atuação da defesa civil estadual tem o objetivo de minorar o efeito dos desastres e compreende ações de prevenção, de preparação para emergências e desastres, de respostas aos desastres e de reconstrução. Essa atuação se dá de forma multissetorial e nos três níveis de Governo – federal, estadual e municipal – com ampla participação da comunidade.

Santa Catarina é um estado bastante assolado por fenômenos naturais como enchentes, vendavais, granizos e outros que causam prejuízos à economia e, principalmente, à vida das pessoas. Em 2014, 177 municípios catarinenses decretaram situação de emergência, e alguns o fizeram mais de uma vez ao ano, totalizando 298 decretos. Destes, o Estado homologou 104. A Defesa Civil de Santa Catarina contabilizou 609.475 pessoas atingidas por algum tipo de fenômeno natural. O volume de desalojados chegou a 59.805 pessoas, e os desabrigados somaram 8.262 catarinenses. Aos afetados, foram destinados os materiais para reestabelecimento emergencial, e o Estado tem se prontificado na elaboração dos Planos de Trabalho de Reabilitação e Reconstrução para captação de recursos federais.

Kits de Transposição de Obstáculos

Em 2014, a Defesa Civil de Santa Catarina colocou em prática o projeto de distribuição de kit de transposição de obstáculos. São estruturas pré-fabricadas e protendidas, feitas para substituir pontes e/ou pontilhões danificados por fenômenos da natureza em municípios que decretaram situação de emergência. Durante o ano, foram entregues 142 kits. Os 127 municípios beneficiados são aqueles que solicitaram os kits à Defesa Civil e assinaram um Termo de Compromisso para instalar a estrutura no prazo de 180 dias. O Estado cede o kit de transposição, e o município constrói as cabeceiras. O kit é um projeto inovador, principalmente pelo baixo custo e pela agilidade na montagem. Em apenas duas horas, é possível liberar o tráfego de veículos. Os recursos aplicados são provenientes do Fundo Estadual da Defesa Civil de Santa Catarina (Fundec), desenvolvido para atender às situações de emergência.

Casas Modulares

Outro projeto desenvolvido pela Defesa Civil do Estado em 2014 atende famílias que perderam as suas casas em enchentes, enxurradas, deslizamentos, etc. Mais de 140 kits de casa modular foram entregues durante o ano em cerca de 30 municípios. As casas modulares levam apenas cinco dias úteis para ficar prontas e têm garantia de 30 anos. Cada unidade custa R\$ 38 mil. Os termos de compromisso assinados com as prefeituras preveem como contrapartida para o município a aquisição do terreno onde serão instaladas as casas modulares, incluindo infraestrutura completa com redes de energia elétrica, água potável, esgoto e terraplenagem. As pessoas a serem beneficiadas devem estar em situação de risco, vivendo de aluguel social ou ter tido a casa destruída por um evento climático adverso. A casa modular não pode ser alugada, vendida ou cedida em um prazo de cinco anos.



Instalação de kit de transposição de obstáculos Foto: Divulgação





Radar meteorológico de Lontras Foto: James Tavares/SECOM



Colheita de maçã Foto: Secretaria de Desenvolvimento Regional de São Joaquim

Radar Meteorológico

O Governo catarinense inaugurou, em 2014, na cidade de Lontras, no Vale do Itajaí, um radar meteorológico que permite à Defesa Civil monitorar a previsão dos fenômenos climáticos para 77% do território catarinense. O equipamento, adquirido nos Estados Unidos, é resultado de R\$ 10 milhões em investimentos do Governo do Estado. São 191 municípios monitorados pelo radar. Apenas parte do Sul e do Oeste ficaram sem cobertura, mas serão atendidos, nesse primeiro momento, por outros equipamentos de estados vizinhos, por meio de uma parceria já existente. O equipamento poderá prever, por exemplo, o volume de chuva, o risco de queda de granizo e outras ações do tempo.

O radar está instalado em um prédio de 25 metros (oito andares). Em setembro de 2014, o radar começou oficialmente a abastecer os sites da Defesa Civil e da Epagri/CIRAM com imagens em tempo real.

Agricultura

Santa Catarina é o primeiro produtor nacional de carne suína, maçã, cebola, ostras e mexilhões. No final de 2014, o agronegócio catarinense foi reconhecido ainda pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) como o segundo mais competitivo do País.

O sucesso da agropecuária catarinense é resultado do trabalho competente dos seus produtores rurais e de suas agroindústrias, cooperativas e empresas que integram esse diversificado portfólio de cadeias produtivas, combinado com o apoio dos três níveis de Governo – federal, estadual e municipais. A Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca de Santa Catarina teve participação decisiva no apoio ao agricultor, atuando em três grandes eixos: (1) pesquisa agropecuária e extensão rural, por meio da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri); (2) defesa sanitária animal e vegetal, por meio da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC); e (3) fomento agropecuário, por meio do Fundo de Desenvolvimento Rural (FDR). O Programa SC Rural teve uma participação decisiva para alavancar a competitividade da agricultura familiar.

Kit Informática

Um dos grandes desafios para o desenvolvimento da agricultura catarinense é manter a atratividade do meio rural para os jovens, de modo que eles possam ser os sucessores de seus pais na propriedade rural. Atento a essa questão, o Estado criou um programa que oferece aos jovens rurais financiamentos para aquisição de kits de informática. Jovens com idade entre 16 e 29 anos poderão contrair financiamentos para a compra de notebooks, computadores de mesa e impressoras, e o Estado pagará 50% do valor para operações de até R\$ 3 mil. Em 2014, o programa beneficiou 861 jovens em todo o Estado.

Os jovens beneficiados têm três anos para efetuar os pagamentos, em parcelas anuais, e com desconto de 50% para pagamentos até a data de vencimento. Os critérios para integrar o projeto são: participantes da capacitação em Empreendedorismo e Inclusão Digital no âmbito do Programa SC Rural e/ou pertencentes às famílias beneficiárias dos projetos estruturantes apoiados pelo Programa SC Rural. O kit de informática contém ainda *softwares* de gestão de propriedades agrícolas desenvolvidos e utilizados pela Epagri.



Programa Juro Zero – Agricultura/Piscicultura

Nos últimos 10 anos, a agricultura catarinense registrou perdas significativas em sete safras devido à estiagem, gerando prejuízos econômicos e sociais severos para o Estado. A melhor forma de reduzir esses efeitos é investir na captação e na armazenagem da água da chuva e utilizá-la racionalmente em sistemas de irrigação, produção de animais e atividades gerais da propriedade. O Governo do Estado incentiva projetos de captação, armazenagem e uso da água da chuva através do Programa Juro Zero – Agricultura/Piscicultura. Em 2014, 2.699 produtores rurais foram beneficiados com a subvenção de 100% dos juros previstos em relação aos contratos de investimento. O programa também estimula investimentos com a finalidade de aumentar a renda e criar oportunidades de trabalho para as famílias rurais.

O Juro Zero – Agricultura/Piscicultura incentiva, ainda, investimentos para aumentar a renda e criar oportunidades no meio rural, como projetos de produção de carne e leite, aproveitamento de dejetos da produção intensiva de animais, fruticultura, olericultura, flores e plantas ornamentais, piscicultura de água doce e mecanização agrícola. As condições de financiamento via Juro Zero – Agricultura/Piscicultura seguem as regras do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Os agricultores têm até oito anos para pagar.

Programa Terra Boa

O Programa Terra Boa subsidiou a compra de calcário, sementes de milho e kits forrageira beneficiando mais de 70 mil produtores rurais ao longo do ano.

No que tange à distribuição de calcário, foram entregues 316 mil toneladas, superando as expectativas do Estado e beneficiando mais de 17 mil agricultores catarinenses. Cada família rural tem direito a 30 toneladas de calcário que serão pagas no próximo ano com o produto da colheita. O produtor paga pelo calcário o equivalente em sacos de milho, pelo preço de referência fixado no início de cada ano.

Quanto à distribuição de sementes de milho, incluindo sacos de milho de altíssima qualidade, em 2014 foram disponibilizados 189.512 sacos de milho, beneficiando mais de 50 mil produtores.

O programa também atendeu agricultores com 3.141 kits forrageira. Cada kit é formado por mais de 80 produtos que são selecionados pelo agricultor e fornecidos a partir de um projeto técnico elaborado pela Epagri.

Produção Agropecuária

Em 2014, o Estado beneficiou 1.329 produtores rurais por meio do Programa de Fomento à Produção Agropecuária. Eles receberam financiamentos destinados à aquisição de bens ou de serviços para a melhoria do processo produtivo ou de agregação de valor, excetuando-se animais.

Excelência Sanitária

Santa Catarina é reconhecida como um estado de excelência sanitária, certificado pela Organização Mundial de Saúde Animal como livre de febre aftosa sem vacinação, o que garante o acesso aos mercados de carnes mais exigentes e competitivos do mundo. Como forma de eliminar doenças que colocam em risco a produção animal de Santa Catarina, o Estado indeniza criadores que precisam sacrificar animais para não contaminar o restante do rebanho saudável.

Santa Catarina é o único estado brasileiro que indeniza integralmente os criadores pelo abate sanitário de animais acometidos por doenças infectocontagiosas,



Produção de milho após a colheita de fumo Foto: Antonio Carlos Mafalda/SECOM





Produção de leite em Santa Catarina Foto: Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca



Serra do Corvo Branco Foto: Chênia Cenci/SDR Braço do Norte

especialmente aquelas transmissíveis às pessoas. Em 2014, foram indenizados 416 criadores pelo abate sanitário de 1.966 bovinos e bubalinos, 13 equinos e 926 aves de subsistência.

A indenização aos criadores possibilita a aquisição de animais sadios para a continuidade da produção de carne e leite, além de evitar a transmissão de enfermidades para outros animais, famílias rurais que trabalham diretamente na atividade e consumidores dos alimentos de origem animal.

Santa Catarina pretende, ao obter nível inferior a 0,2% de incidência nos rebanhos de bovinos e bubalinos, erradicar a brucelose no Estado até 2017. Com esse índice, a Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) considera o Estado livre dessa doença. Para o acompanhamento da realização dos exames de diagnóstico e demais procedimentos para o abate sanitário dos animais acometidos por doenças infectocontagiosas, os médicos veterinários da CIDASC e do Instituto Catarinense de Sanidade Agropecuária (ICASA) atuam em todos os municípios catarinenses.

Infraestrutura

A posição de destaque de Santa Catarina na economia nacional, em especial sua tradição exportadora, exige do Governo do Estado constantes investimentos em infraestrutura, com destaque para transportes e estradas. Pelas mais de cem rodovias catarinenses trafega grande parte da produção do setor industrial e agropecuário de Santa Catarina e, também, de estados e países vizinhos.

Os investimentos em infraestrutura também refletem na qualidade de vida e na segurança dos moradores do Estado. Em 2014, o Governo catarinense inaugurou a rodovia SC-100, em Laguna. A estrada liga o município à localidade de Barra do Camacho, em Jaguaruna. Por atravessar áreas urbanas, a rodovia conta com ciclofaixa e passeio ao longo do trajeto, além de redutores de velocidade.

O Governo do Estado também deu início a várias obras de duplicação, pavimentação e restauração de rodovias. Entre elas, destacam-se:

- » revitalização da SC-414, em Luis Alves, e pavimentação do Morro do Serafim, em Gaspar;
- » recuperação das rodovias SC-370 e SC-108, no Sul do Estado, por onde trafegam mais de 12 mil veículos por dia;
- » restauração das rodovias SC-110 e SC-390, entre São Joaquim e o alto da Serra do Rio do Rastro, em Bom Jardim da Serra;
- » duplicação de 21 quilômetros da SC-486, conhecida como rodovia Antonio Heil, com a BR-101, em Itajaí;
- » pavimentação da rodovia SC-290, conhecida por Serra do Faxinal. Com uma extensão de 15,763 quilômetros, ligará Praia Grande a Cambará do Sul, no Rio Grande do Sul;
- » pavimentação do trecho da SC-120, que liga Curitibanos a São José do Cerrito;
- » recuperação do asfalto da rodovia SC-370, a Serra do Corvo Branco, no trecho entre Gravatal e Tubarão, com 16,51 quilômetros; e entre Braço do Norte e Gravatal, com 15,30 quilômetros;
- » recuperação do trecho da SC-108 entre Braço do Norte e São Ludgero, com 6,3 quilômetros de extensão; e
- » assinatura da ordem de serviço para construção da nova ponte do Canal da Barra da Lagoa, em Florianópolis.



Turismo

O Estado desenvolve uma série de programas que incentivam e promovem o turismo em Santa Catarina.

Uma das ações de destaque em 2014 foi o planejamento em relação ao Carnaval de 2015, que possibilitou que os recursos estaduais fossem repassados com um mês de antecedência às ligas e prefeituras contempladas. O objetivo é consolidar o Carnaval como produto turístico e cultural durante o ano todo, gerando emprego e renda.

Entre os atrativos turísticos e culturais, também se destaca o apoio do Estado em grandes festas tradicionais e eventos que acontecem em Santa Catarina, como a Festa Nacional do Pinhão, a Vindima de Altitude, a Festitália, a Tirolefest, o Festival de Música de Santa Catarina (Femusc), entre outros.

No setor de políticas públicas, destaque para as ações do Programa SC Rural, que visa capacitar jovens rurais para o turismo. Em 2014, mais de 300 jovens foram atendidos.

Por meio da Santa Catarina Turismo (Santur), houve participação em aproximadamente 60 feiras, visando aos mercados interno, nacional e internacional. Além disso, foram investidos recursos em ações de mídia em geral para promoção e divulgação do Estado, no intuito de atrair novos visitantes. Com esse trabalho, Santa Catarina conquistou em 2014 o Prêmio Dez Mais do Turismo, na categoria Destino Turístico Nacional, promovido pelo Grupo Travel News.



Festival de Música de Santa Catarina Foto: Divulgação



A S P E C T O S E C O N Ô M I C O S

Estado de excelência

Possuindo uma economia bem estruturada, tendo como alicerce um povo instruído e trabalhador, Santa Catarina destaca-se como um dos estados do Brasil com melhor índice de desenvolvimento econômico e social.

A economia catarinense é bastante diversificada e está organizada em vários polos, distribuídos em diferentes regiões. A variedade de climas, paisagens e relevos estimula o desenvolvimento de inúmeras atividades, da agricultura ao turismo, atraindo investidores de segmentos distintos e permitindo que a riqueza não fique concentrada em apenas uma área.

A base da economia catarinense está na indústria (principalmente agroindústria, têxtil, cerâmica e metalmecânica), no extrativismo (minérios) e na pecuária. No agronegócio, Santa Catarina é líder nacional na produção de suínos, maçã, cebola, ostras e mexilhões, e ocupa posição de destaque na produção de aves, na indústria de leite e de mel. Sobressai-se, ainda, na produção de motores e componentes elétricos, móveis, cerâmicas de revestimento, embarcações e veículos de transporte aquático em geral, tecidos e vestuário, cristais e no setor de tecnologia da informação. Santa Catarina também é um dos estados brasileiros que mais atrai turistas, nacionais e estrangeiros.

O ano de 2014 foi marcado por instabilidade econômica e baixa confiança dos consumidores, o que ocasionou uma desaceleração na produção da indústria catarinense. Ainda assim, o setor produtivo do Estado registrou desempenho acima da média nacional, e Santa Catarina destacou-se entre os demais estados nacionais como o maior gerador de empregos em 2014, com a criação de 53.887 novas vagas.

Além disso, Santa Catarina é também um dos estados brasileiros com melhor qualidade de vida, segundo os indicadores de desenvolvimento humano calculados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Esse cenário de economia forte e diversificada faz de Santa Catarina um dos melhores estados do Brasil para fazer negócios e para viver.



Setor Industrial

O Estado possui um importante parque industrial, ocupando posição de destaque no Brasil. A indústria de transformação catarinense é a quarta do País em quantidade de empresas e a quinta em número de trabalhadores. Os segmentos de artigos de vestuário e alimentar são os que mais empregam, seguidos dos segmentos de artigos têxteis.

A economia industrial de Santa Catarina é caracterizada pela concentração em diversos polos, o que confere ao Estado padrões de desenvolvimento equilibrado entre as suas regiões.

Os principais centros industriais de Santa Catarina encontram-se nas cidades de Joinville e Blumenau. A primeira tem caráter diversificado, com fábricas de tecidos, de produtos alimentícios, fundições e indústria mecânica. Blumenau, por sua vez, concentra a sua atividade nas indústrias têxtil, metalmecânica e na de softwares, além da recente eclosão de cervejarias artesanais.

O Nordeste do Estado (eixo Joinville-Jaraguá do Sul) destaca-se na produção de motocompressores, autopeças, refrigeradores, motores e componentes elétricos, máquinas industriais, tubos e conexões.

No Norte, a cidade de São Bento do Sul é o maior polo exportador de móveis do Brasil, sendo reconhecida como a capital nacional dos móveis.

A região Sul de Santa Catarina possui as principais indústrias de cerâmica de revestimento do País, tendo, ainda, importante produção de carvão, de vestuário e de descartáveis plásticos.

O Vale do Itajaí é reconhecido pela produção têxtil, de vestuário, naval e de cristais. De acordo com a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), o Estado é líder na América Latina em produção de cristais e ocupa a quarta posição no mundo em produção de cristal overlay.





O Nordeste de Santa Catarina é polo produtor de motores e outros materiais elétricos. No Sul do Estado destaca-se a produção de carvão Foto: Divulgação



A S P E C T O S E C O N Ô M I C O S

dos tanto à industrialização de madeira quanto ao beneficiamento de produtos agrícolas e pastoris.

As plantas industriais matrizes dos principais frigoríficos do País encontram-se

As plantas industriais matrizes dos principais frigoríficos do País encontram-se no Meio-Oeste e no Oeste do Estado. Nessas regiões, também estão as indústrias madeireiras que mais se destacam em Santa Catarina, as quais fazem com que o Estado seja o maior exportador nacional de portas e respectivos caixilhos, alizares e soleiras.

No interior do Estado, existem numerosos centros fabris de pequeno porte, liga-

A Grande Florianópolis sobressai-se nos setores de tecnologia, turismo, serviços e construção civil.

A indústria de base tecnológica também se destaca em Blumenau, Chapecó, Criciúma e Joinville.

O segmento alimentar é o mais representativo na economia industrial do Estado. Santa Catarina é o maior produtor de suínos, maçã e cebola. Possui destaque também na produção de frangos, ostras e mexilhões.

Na indústria têxtil e do vestuário é o segundo maior polo do País, bem como na indústria naval.

Produtos de maior valor agregado fazem parte do portfólio do Estado, entre os quais podem ser citados geradores, transformadores e motores elétricos, motocompressores, eletrodomésticos, soluções em telecomunicações, redes e segurança. As indústrias aeronáutica e automotiva se desenvolvem, atraindo novos investimentos para o Estado.

De acordo com a FIESC¹, Santa Catarina é líder no continente latino-americano na produção de troféus e medalhas, em matrizes para a indústria cerâmica, em produtos para telefonia, em construção de embarcações e rebocadoras, em vendas de impulsores de partida para veículos, na produção de tubos de PVC e conexões, em produtos de poliestireno expandido, em elementos de fixação (parafusos, porcas, etc.), em fechaduras eletromagnéticas e no processamento (corte e gravação) a laser de materiais orgânicos.

Em Santa Catarina está a segunda maior indústria do mundo na produção de etiquetas tecidas. Além disso, destaca-se no segmento de blocos e cabeçotes para

O Estado de Santa Catarina é líder latino-americano na produção de cristais e destaca-se também na produção de frango Foto: Divulgação





¹ Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina. Santa Catarina em Dados: 2013.



motor, panelas cerâmicas refratárias atóxicas, produtos voltados ao gerenciamento de imagens, centrais condominiais, segurança eletrônica, usinagem e tecnologia de ferro vermicular, assim como na produção de travesseiros.

O Estado possui uma das maiores e mais modernas indústrias gráficas da América Latina e também a única fabricante, do continente latino-americano, de óxido, hidróxido e carbonato de magnésio, bem como a segunda maior cerâmica do País em termos de faturamento.

Está em segundo lugar no Brasil na produção de caixas acústicas e amplificadas, papéis kraft e sacos industriais e descartáveis plásticos (copos, pratos, etc.). Ocupa o terceiro lugar na fabricação de alto-falantes e em tintas da linha moveleira.

Aliada à expressiva produção industrial, há uma forte estrutura portuária por onde escoa grande parte da produção catarinense: os portos de Itajaí, São Francisco do Sul, Imbituba, Navegantes, Itapoá e Laguna (voltado à produção pesqueira). Isso permite que Santa Catarina possua uma relevante competitividade nos mercados interno e externo.

A inovação e a tecnologia reforçam a competitividade das indústrias catarinenses. Distribuídos em várias regiões do Estado, estão sendo implantados sete institutos de tecnologia e três de inovação em áreas estratégicas. Segundo estudo do grupo *The Economist*, Santa Catarina ocupa a quarta posição no ranking nacional em inovação (2013-2014).

Outro ponto forte da economia catarinense é o turismo. O Estado foi considerado o melhor destino turístico do Brasil por diversas vezes pela imprensa especializada (Revista Viagem e Turismo, da Editora Abril). De acordo com a Santa Catarina Turismo S/A (Santur), o Estado recebe anualmente cerca de cinco milhões de visitantes, incluindo estrangeiros, brasileiros de outros estados e os próprios catarinenses. As belas praias distribuídas ao longo dos 560 km do litoral são as principais atrações do verão. Já no inverno, a Serra Catarinense é o destino mais concorrido, principalmente quando neva. Além disso, há destinos em Santa Catarina que atraem visitantes durante o ano inteiro, como o parque temático Beto Carrero World, em Penha, e o Santuário de Santa Paulina, em Nova Trento, esse último parte do que pode se chamar de "turismo religioso". O Estado também oferece diversas festas típicas e eventos culturais, como a Oktoberfest e o Festival de Dança de Joinville (maior do gênero na América Latina).





A ainda selvagem Lagoinha do Leste é uma das mais belas praias da Ilha de Santa Catarina. Já a Pedra Furada, em Urubici, é uma das atrações do turismo de inverno no Estado Foto: Divulgação



A S P E C T O S E C O N Ô M I C O S

Comércio Exterior

As exportações catarinenses alcançaram em 2014 o valor de US\$ 8,987 bilhões, representando um aumento de 3,44% quando comparado ao ano anterior (US\$ 8,689 bilhões). No total exportado pelo Brasil, em 2014, a queda foi 7% em relação ao ano de 2013. Os valores de Santa Catarina corresponderam a 4% das exportações brasileiras, e o Estado ocupa a décima posição no ranking nacional dos estados exportadores.

As importações catarinenses cresceram 8,39% em relação a 2013 e totalizaram US\$ 16,020 bilhões.

O resultado da balança comercial do Estado, no ano de 2014, foi negativo em US\$ 7,032 bilhões (US\$ 6,090 bilhões em 2013). Já o resultado nacional apresentou um déficit de US\$ 3,959 bilhões, conforme apresentado na Tabela 3.

Tabela 3 | Balança Comercial (US\$ milhares)

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)

	Exportações 2014	Variação 2014/2013	Importações 2014	Variação 2014/2013	Saldo da Balança Comercial
Santa Catarina	8.987.359	3,44%	16.019.844	8,39%	-7.032.485
Brasil	225.100.885	-7,00%	229.060.058	-4,46%	-3.959.173

■ Principais Empresas Exportadoras

A BRF S.A. foi a empresa do Estado que mais exportou em 2014, totalizando US\$ 1,018 bilhão, seguida pela Seara Alimentos Ltda., com US\$ 837,751 milhões, Weg Equipamentos Elétricos S.A., com US\$ 762,320 milhões, e Bunge Alimentos S.A., com US\$ 701,075 milhões. As exportações das dez principais empresas exportadoras de 2014 representam 60,4% das exportações totais do Estado, conforme demonstra a Tabela 4.



Tabela 4 | Principais Empresas Exportadoras Catarinenses – Anos 2013 e 2014

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)²

•	Empresa		2014		2013	Variação % 2014/2013
		US\$ F.O.B²	Participação no Total Exportado %	US\$ F.O.B.	Participação no Total Exportado %	
1	BRF S.A.	1.017.991.325	11,33	1.114.548.708	12,83	-8,66
2	Seara Alimentos Ltda.	837.751.454	9,32	673.102.606	7,75	24,46
3	Weg Equipamentos Elétricos S.A.	762.319.529	8,48	740.565.046	8,52	2,94
4	Bunge Alimentos S.A.	701.074.767	7,8	278.742.648	3,21	151,51
5	Cooperativa Central Aurora Alimentos	487.592.127	5,43	412.202.376	4,74	18,29
6	Tupy S.A.	477.774.990	5,32	441.725.585	5,08	8,16
7	Whirlpool S.A.	471.124.305	5,24	532.408.206	6,13	-11,51
8	Souza Cruz S.A.	323.298.649	3,6	396.985.040	4,57	-18,56
9	Pamplona Alimentos S.A.	177.803.249	1,98	141.702.508	1,63	25,48
10	JBS Aves Ltda.	171.185.471	1,9	115.700.674	1,33	47,96
	TOTAL DAS 10 MAIORES EXPORTADORAS DE SC	5.427.915.866	60,40	4.847.683.397	55,79	240,00
	TOTAL DAS EXPORTAÇÕES DO ESTADO	8.987.359.285	100,00	8.688.847.508	100,00	3,44

Em 2014, a Bunge Alimentos S.A destacou-se no setor de exportação, tendo um crescimento de 151,51% em relação a 2013, o que fez com que ela subisse para a quarta posição no ano (oitava em 2013). A JBS Aves Ltda. também apresentou um crescimento expressivo das suas exportações (47,96%), fazendo com que a empresa estreasse na lista das 10 maiores exportadoras do Estado.

■ Principais Produtos Exportados

Em 2014, o agronegócio manteve posição de destaque nas exportações catarinenses respondendo por seis dos dez principais produtos exportados, o que representa 41,52% do total. O principal produto exportado é o frango (pedaços e miudezas), com uma participação de 15,36% nas exportações (15,34% em 2013). A soja é o segundo produto mais exportado, com 9,26% do total. Os suínos detêm a terceira posição, com 5,81%.

Entre os dez principais produtos exportados, os que apresentaram as maiores variações de 2013 para 2014 foram: soja (+72,98%), suínos (+41,48%) e fumo (-37,95%), conforme apresenta a Tabela 5.

A sigla F.O.B significa free on board e em português pode ser traduzida por "livre a bordo". Neste tipo de frete, o comprador assume todos os riscos e custos com o transporte da mercadoria, assim que ela é colocada a bordo do navio. Por conta e risco do fornecedor fica a obrigação de colocar a mercadoria a bordo, no porto de embarque designado pelo importador.

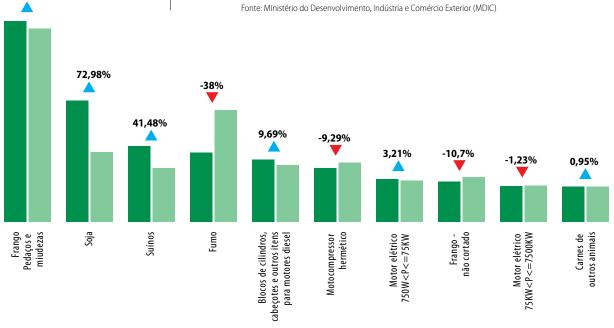


3,52%

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)

	Produto Exportado		2014		2013		
		US\$ F.O.B	Participação no Total Exportado %	US\$ F.O.B.	Participação no Total Exportado %		
1	Frango - Pedaços e miudezas	1.380.044.410	15,36	1.333.179.801	15,34	3,52	
2	Soja	832.176.991	9,26	481.082.448	5,54	72,98	
3	Suínos	522.406.964	5,81	369.233.082	4,25	41,48	
4	Fumo	476.619.608	5,3	768.106.660	8,84	-38	
5	Blocos de cilindros, cabeçotes e outros itens para motores diesel	429.436.021	4,78	391.511.804	4,51	9,69	
6	Motocompressor hermético	369.941.698	4,12	407.838.841	4,69	-9,29	
7	Motor elétrico 750W <p<=75kw< td=""><td>293.530.059</td><td>3,27</td><td>284.411.723</td><td>3,27</td><td>3,21</td></p<=75kw<>	293.530.059	3,27	284.411.723	3,27	3,21	
8	Frango - não cortado	276.305.580	3,07	309.530.141	3,56	-10,7	
9	Motor elétrico 75KW <p<=7500kw< td=""><td>245.722.352</td><td>2,73</td><td>248.778.881</td><td>2,86</td><td>-1,23</td></p<=7500kw<>	245.722.352	2,73	248.778.881	2,86	-1,23	
10	Carnes de outros animais	244.080.832	2,72	241.773.245	2,78	0,95	
	TOTAL DOS 10 PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS	5.070.264.515	56,41	4.835.446.626	55,65	4,86	
	TOTAL DOS PRODUTOS EXPORTADOS	8.987.359.285	100,00	8.688.847.508	100,00	3,44	



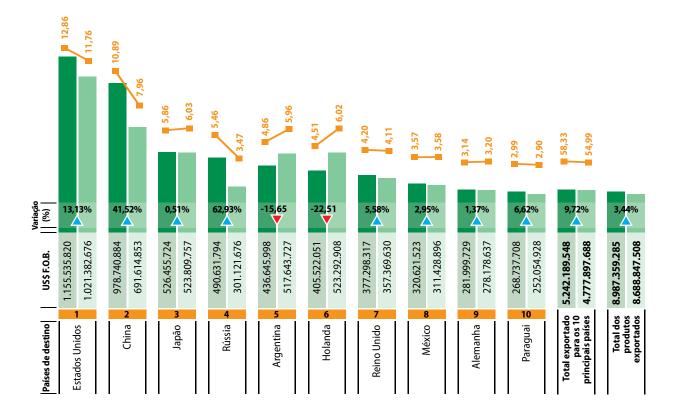


■ Principais Destinos das Exportações

Os Estados Unidos permaneceram como o principal parceiro nos negócios internacionais catarinenses, com uma participação de 12,86% (US\$ 1,156 bilhão) no total das exportações no ano de 2014. A China se manteve como a segunda maior compradora de produtos catarinenses, tendo adquirido US\$ 978,741 milhões em produtos, o que correspondeu a 10,89% do total exportado. O Japão permaneceu na terceira colocação, com US\$ 526,456 milhões em produtos comprados (5,86% do total exportado). A Rússia, que era a oitava nação que mais adquiriu produtos do Estado em 2013, avançou quatro posições, ocupando em 2014 o quarto lugar no ranking dos destinos das exportações catarinenses, com uma participação de 5,46% (US\$ 490,632 milhões). Dos dez principais países de destino, a Rússia foi a que obteve o maior incremento nas compras em relação ao ano de 2013 (62,93%), seguida pela China (41,52%) e pelos Estados Unidos (13,13%). Os principais destinos das exportações catarinenses de 2014 são apresentados na Figura 6.

O principal bloco econômico a operar comercialmente com Santa Catarina em 2014 foi a Ásia (excluindo-se os países do Oriente Médio), respondendo por 25,59% do total das exportações estaduais e um montante de US\$ 2,3 bilhões. A União Europeia foi o segundo maior bloco econômico importador do Estado, com 19,89% de participação, e os Estados Unidos (incluindo-se Porto Rico) foi o terceiro, com 13,05% de participação no total exportado por Santa Catarina.

Figura 6 | Principais Países de Destino das Exportações Catarinenses –
Anos 2014 () e 2013 () e participação destes no total exportado ()
Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)



A S P E C T O S E C O N Ô M I C O S

■ Principais Produtos Importados

O cátodo de cobre continua sendo o principal produto importado por Santa Catarina, respondendo por 5,09% do total das importações e um montante de US\$ 816,081 milhões. Em segundo lugar, se somadas as suas diferentes formas de apresentação (sem carga e linear), estão os polietilenos, que juntos representam 3,32% do total das importações e um montante de US\$ 531 milhões (isoladamente, o polietileno aparece na terceira, nona e vigésima segunda posição da lista dos produtos mais importados).

Em 2014, o destaque foi novamente para o crescimento das importações de automóveis, setor em que o valor de compras saltou de US\$ 213,698 milhões para US\$ 407,716 milhões, o que representa uma variação de 90,79%. Isso ocorreu desde que marcas importantes como a BMW trouxeram as suas operações para Santa Catarina. Desde setembro de 2013, a montadora alemã está importando a grande maioria dos seus veículos no Brasil pelo porto de Itapoá. Equipamentos e maquinários para a sua fábrica estão chegando pelos portos de Navegantes e Itajaí. A entrada dos automóveis da BMW por Santa Catarina foi um dos pontos do acordo firmado com o Governo Estadual para a instalação da fábrica em Araquari. Antes, os carros da marca chegavam pelo Porto de Santos.

A importação de ligas de alumínio também teve uma variação bastante significativa de 2013 para 2014 (157,35%), totalizando US\$ 174,163 milhões importados.

A Tabela 6 apresenta os dez principais produtos importados pelo Estado no ano de 2014, assim como a sua variação em relação ao ano de 2013.

Tabela 6 | Principais Produtos Importados por Santa Catarina – Anos 2014 e 2013 Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)

•	Produto Importado		2014		2013		
		US\$ F.O.B	Participação no Total Importado %	US\$ F.O.B.	Participação no Total Importado %		
1	Cátodo de Cobre	816.080.749	5,09	1.133.965.381	7,67	-28,03	
2	Automóveis	407.716.108	2,55	213.698.350	1,45	90,79	
3	Outros Polietilenos	277.764.527	1,73	192.270.436	1,3	44,47	
4	Polímeros de Etileno	229.147.970	1,43	186.301.983	1,26	23	
5	Fios de Fibras Artificiais	201.236.688	1,26	231.964.186	1,57	-13,25	
6	Polipropileno	179.737.349	1,12	115.002.154	0,78	56,29	
7	Ligas de Alumínio	174.162.648	1,09	67.674.690	0,46	157,35	
8	Fios Têxteis de Poliéster	171.387.330	1,07	151.299.184	1,02	13,28	
9	Polietileno	151.569.745	0,95	106.688.691	0,72	42,07	
10	Pneus Novos para Ônibus e Caminhões	149.097.153	0,93	155.498.452	1,05	-4,12	
	TOTAL DOS 10 PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS	2.757.900.267	17,22	2.554.363.507	17,28	7,97	
	TOTAL DOS PRODUTOS IMPORTADOS	16.019.844.043	100,00	14.779.464.296	100,00	8,39	



A Tabela 7 demonstra os dez principais produtos importados pelo Estado, considerando o agrupamento dos produtos de Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM).

Tabela 7 | Principais Produtos Importados por Santa Catarina Considerando o Agrupamento dos Produtos de Nomenclatura Comum do Mercosul – Anos 2014 e 2013

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC)

•	Produto Importado		2014		2013	Variação % 2014/2013
		US\$ F.O.B	Participação no Total Importado %	US\$ F.O.B.	Participação no Total Importado %	
1	Cátodos de cobre refinado e seus elementos	816.080.749	5,09	1.133.965.381	7,67	-28,03
2	Polietilenos sem carga e linear	531.353.875	3,32	370.164.024	2,50	43,55
3	Automóveis com motor de explosão até 6 passageiros	446.302.607	2,79	225.075.095	1,52	98,29
4	Laminados de ferro e aço	437.837.515	2,73	233.418.799	1,58	87,58
5	Fios de fibras de poliésteres, artificiais e acrílicas	368.813.116	2,30	399.365.471	2,70	-7,65
6	Peixes, crustáceos e moluscos	266.580.919	1,66	280.199.332	1,90	-4,86
7	Pneus novos para ônibus, caminhões e automóveis	256.895.970	1,60	248.664.502	1,68	3,31
8	Outros polímeros de etileno	229.147.970	1,43	186.301.983	1,26	23,00
9	Fios têxteis de poliésteres	192.186.566	1,20	173.322.325	1,17	10,88
10	Polipropileno sem carga, em forma primária	179.737.349	1,12	115.002.154	0,78	56,29
	TOTAL DOS 10 PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS	3.724.936.636	23,25	3.365.479.066	22,77	10,68
	TOTAL DOS PRODUTOS IMPORTADOS	16.019.844.043	100,00	14.779.464.296	100,00	8,39

■ Principais Empresas Importadoras

A BMW do Brasil Ltda. foi a empresa com atividades em Santa Catarina que mais importou em 2014, totalizando US\$ 481,703 milhões, o que representa 3% das importações do ano. Ela incrementou as suas importações em 189,54% de 2013 para 2014. Em segundo lugar, ficou a Sainte Marie Importaçõe e Exportação Ltda., com US\$ 459,418 milhões em importações (2,87% das importações), seguida pela Capital Trade Importação e Exportação Ltda., com US\$ 456,783 (2,85% das importações). Além dessas três empresas, estão entre as dez principais empresas importadoras de 2014: Copper Trading S.A., Dow Brasil Indústria e Comércio de Produtos, Columbia Trading S.A., Komport Comercial Importadora S.A., Ascensus Trading & Logística Ltda., Trop Comércio Exterior Ltda. e Sertrading Ltda.. Juntas, as dez empresas representaram 22,95% das importações estaduais no ano de 2014.



A S P E C T O S E C O N Ô M I C O S

■ Principais Origens das Importações

A China continua aumentando a sua participação nas importações, representando 32,56% das importações do Estado (30,66% em 2013) e totalizando US\$ 5,217 bilhões importados em 2014 (US\$ 685 milhões a mais que 2013). A importação de origem chinesa foi maior que a soma das importações da Argentina, dos Estados Unidos, da Alemanha, do Chile e da Índia (segundo, terceiro, quarto, quinto e sexto lugares, respectivamente, no ranking das importações catarinenses).

Santa Catarina possui um déficit na balança comercial com a China de US\$ 4,238 bilhões (importa US\$ 5,217 bilhões e exporta US\$ 979 milhões). Considerando-se que o saldo negativo total da balança comercial catarinense foi de US\$ 7,032 bilhões, o déficit com a China equivale a 60,26% do total do déficit estadual. A expansão chinesa tem contribuído para o processo da desindustrialização brasileira e de Santa Catarina, principalmente por atingir setores importantes para o Estado, como é o caso dos setores têxtil, cerâmico e de máquinas e equipamentos.

A Argentina aparece como segundo parceiro do Estado em comércio, com um volume de US\$ 1,327 bilhão e 8,29% de participação (20,24% a mais que em 2013) nas importações, tomando a posição do Chile. Os Estados Unidos subiram uma posição, estando em terceiro lugar em 2014, com um volume de importações efetuadas pelo Estado de US\$ 1,113 bilhão (6,95% do total).

Além disso, houve um aumento expressivo na importação de produtos da Alemanha (20,83%) e de Taiwan (16,50%), assim como uma retração nos negócios com o Chile (-17,42%) e com o Peru (-14,79%).

Tabela 8 | Principais Países de Origem das Importações Catarinenses – Anos 2013 e 2014 Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)

	Origem	2014		2013		Variação % 2014/2013
		US\$ F.O.B	Participação %	US\$ F.O.B.	Participação %	
1	China	5.216.673.616	32,56	4.531.881.653	30,66	15,11
2	Argentina	1.327.313.601	8,29	1.103.931.331	7,47	20,24
3	Estados Unidos	1.113.077.819	6,95	1.023.743.432	6,93	8,73
4	Alemanha	1.021.120.373	6,37	845.075.473	5,72	20,83
5	Chile	1.015.561.747	6,34	1.229.851.532	8,32	-17,42
6	Índia	470.329.430	2,94	434.545.711	2,94	8,23
7	Peru	388.361.697	2,42	455.775.426	3,08	-14,79
8	Coreia do Sul	370.763.173	2,31	371.598.351	2,51	-0,22
9	Itália	329.505.066	2,06	342.542.344	2,32	-3,81
10	Taiwan	325.363.988	2,03	279.287.746	1,89	16,5
	TOTAL DOS 10 PRINCIPAIS PAÍSES DE ORIGEM	11.578.070.510	72,27	10.618.232.999	71,84	9,04
	TOTAL DAS IMPORTAÇÕES	16.019.844.043	100,00	14.779.464.296	100,00	8,39

Mercado de Trabalho e Índice de Desenvolvimento Humano

Santa Catarina se destaca por ser uma das unidades da Federação em que o povo mais trabalha e estuda, conforme apontam os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O Estado alcançou o terceiro lugar entre os estados brasileiros e o primeiro na região Sul no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de 2010 (IDHM). Entre os estados dessa região, Santa Catarina obteve o maior crescimento (15,35%), passando de IDHM médio (0,671) no ano de 2000 para alto (0,774) em 2010.

Calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o IDHM é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano.

Segundo dados estatísticos do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), Santa Catarina foi o estado que mais cresceu no país, proporcionalmente, na geração de emprego em 2014. Foram criadas 53.887 vagas de empregos no Estado em 2014, o que corresponde a 13,57% das vagas criadas no País (396.993 postos de trabalho).

O setor de serviços da economia catarinense foi o que mais criou vagas de trabalho (+30.217 vagas), seguido pelos seguintes setores: comércio (+11.392 vagas); indústria de transformação (+5.084 vagas); construção civil (+4.812 vagas); administração pública (+1.253 vagas); serviços industriais de utilidade pública (+1.105 vagas); e extração mineral (95 vagas). O setor agropecuário foi o único em que houve retração na oferta de vagas (-71 vagas).

Produto Interno Bruto (PIB)

A força do trabalho dos catarinenses pode ser mensurada por diversos números. O principal deles, o Produto Interno Bruto (PIB), mede tudo o que foi produzido pela população. Segundo informações da FIESC, Santa Catarina possui o sexto maior PIB entre os estados brasileiros, mesmo sendo apenas o 11º em população e o 20.º em área. Em 2012, o PIB chegou a R\$ 177,276 bilhões (o PIB dos estados é divulgado com dois anos de atraso), o que representa um aumento de 16,26% em relação ao PIB de 2011 (R\$ 169,050 bilhões). O setor terciário foi o mais significativo, contando com 62% do PIB, seguido dos setores secundário (33,7%) e primário (4,3%).

Com isso, o Estado contribuiu com 4% no PIB do Brasil. Santa Catarina, o Distrito Federal e mais seis estados (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e Bahia) foram responsáveis por 76,6% do PIB brasileiro. O Estado possui a quinta colocação no PIB per capita, totalizando R\$ 27.771,85.



ASPECTOS FINANCEIROS

Resultados positivos

Os resultados alcançados nas contas públicas do Estado de Santa Catarina em 2014 foram positivos.

O Governo Estadual manteve a estabilidade fiscal num ambiente econômico de crescimento menos vigoroso, atuou para identificar e minimizar os riscos no âmbito de suas finanças, e assegurou o bom funcionamento de suas atividades.

Diferentes ações foram empreendidas pelo Governo do Estado não apenas em termos econômicos e financeiros, mas também na gestão administrativa e fiscal, o que desenvolveu uma dinâmica com reflexo direto no aumento das receitas, na transparência e no controle dos gastos públicos.

Impulsionada pelo planejamento e pela gestão da administração tributária estadual, a arrecadação conseguiu resultados positivos no ano, apesar da desaceleracão econômica.

O resultado da execução orçamentária de 2014 demonstra que, mesmo diante de dificuldades, o Estado pôde dar prosseguimento às suas políticas, em especial à continuidade de investimentos sem que isso acarretasse fragilização de suas contas, cujo detalhamento, a ser verificado nos balanços do ano findo, continua demonstrando rigores de solvência e liquidez apropriados.

O bom desempenho do Estado contribuiu para que ele obtivesse, no ano de 2014, rating BBB- (perspectiva estável) de duas agências internacionais de classificação de risco, a Fitch e a Standard & Poor's. O rating é uma análise feita por agências sobre a capacidade de um estado, país, município ou empresa de saldar os seus compromissos financeiros. Essa nota mostra uma perspectiva estável de condições de pagamento para Santa Catarina.

Tais resultados são razoáveis, haja vista o cenário de instabilidade econômica nacional e mundial no qual a administração estadual está inserida, e refletem o esforço constante de supervisão da administração, incorporando às suas práticas de planejamento o gerenciamento intensivo.

O detalhamento desses resultados e as explicações relativas ao comportamento das contas públicas no período em análise são apontados a seguir.



Orçamento

Aspectos Gerais e Lei Orçamentária Anual de 2014

O planejamento do setor público estadual é consolidado a partir de três instrumentos, conforme determina a Constituição Federal de 1988:

- 1) Plano Plurianual;
- 2) Lei de Diretrizes Orçamentárias; e
- 3) Lei Orçamentária Anual.

O Plano Plurianual (PPA) define as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública estadual para um período de quatro anos. Ele é a grande lei de planejamento do Estado e faz o vínculo entre o plano do Governo e os orçamentos de cada ano.

O PPA define, por exemplo, as rodovias a serem construídas, os aeroportos a serem reformados, os museus a serem restaurados. Define também diversas ações do Governo, tais como financiamentos aos agricultores, compra de equipamentos para os hospitais, escolas e delegacias, assim como muitas outras despesas.

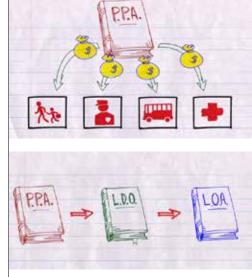
No Estado de Santa Catarina, o PPA do quadriênio 2012-2015 foi estabelecido pela Lei nº 15.722, de 22 de dezembro de 2011. Nela, estão dispostos os objetivos, as diretrizes e as metas da administração pública estadual para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

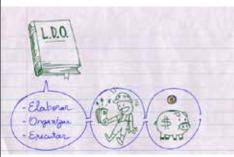
A ligação entre o plano de médio prazo estabelecido no PPA com o plano operacional de curto prazo representado pelo orçamento anual é feita pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

A LDO orienta a elaboração do orçamento anual definindo prioridades e metas na administração pública estadual. Inclui as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, dispõe sobre as alterações na legislação tributária e também estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Além de definir quais são as prioridades que deverão estar no orçamento anual, a LDO traz uma série de regras para elaborar, organizar e executar o orçamento. Ela ainda indica, por exemplo, quanto o Governo deverá poupar para pagar a sua dívida.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado de Santa Catarina, para o exercício de 2014, foi aprovada pela Lei nº 16.083, de 6 de agosto de 2013.





O planejamento do setor público estadual

Fonte: Vídeo Orçamento Fácil – Senado Federal



A S P E C T O S F I N A N C E I R O S



A LOA estima as receitas e fixa as despesas do Estado

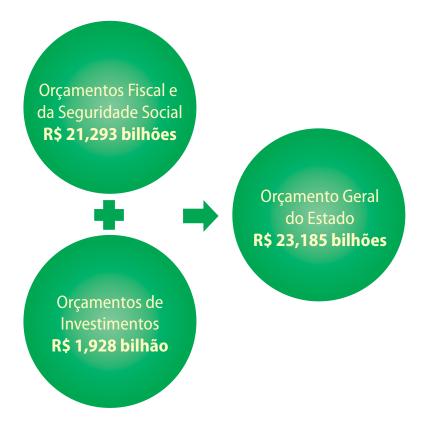
Fonte: Vídeo Orçamento Fácil – Senado Federal

A Lei Orçamentária Anual (LOA), por sua vez, instituída pela Lei Estadual nº 16.287, de 20 de dezembro de 2013, estimou as receitas e fixou as despesas do Estado de Santa Catarina para o exercício financeiro de 2014, de acordo com as prioridades do PPA e com as regras estabelecidas pela LDO.

A LOA compreende:

- I o Orçamento Fiscal referente aos três Poderes do Estado, seus fundos, seus órgãos, suas autarquias e suas fundações instituídas e mantidas pelo poder público, bem como as empresas estatais dependentes;
- II o Orçamento da Seguridade Social referente aos três Poderes do Estado, seus fundos, seus órgãos, suas autarquias e suas fundações instituídas e mantidas pelo poder público, bem como as empresas estatais dependentes, que se destinam a atender às ações de saúde, previdência e assistência social; e
- III o Orçamento de Investimento das empresas não dependentes das quais o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Para o ano de 2014, os valores das receitas estimadas e das despesas fixadas na LOA foram os seguintes:





Resumo da estruturação do sistema orçamentário do Estado

Fonte: Vídeo Orçamento Fácil – Senado Federal



Do ponto de vista legal, o sistema orçamentário do Estado está estruturado da seguinte forma:

PPA 2012 - 2015 Lei nº 15.722/2011

Definiu as diretrizes, os objetivos e as metas



LDO Lei nº 16.083/2013

Orientou a elaboração do orçamento de 2014, definindo prioridades e metas



LOA Lei Estadual nº 16.287/2013

Estimou a receita e fixou a despesa de 2014

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Receitas Previstas

A receita orçamentária líquida dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, estimada na Lei Orçamentária Anual, foi de R\$ 21,293 bilhões, abrangendo:

I – R\$ 19,022 bilhões do Orçamento Fiscal; e

II – R\$ 2,271 bilhões do Orçamento da Seguridade Social.

As receitas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, previstas e arrecadadas no ano de 2014, são apresentadas na Tabela 9.



	Recei	ta Prevista	Receita A	Arrecadada	Variação %
Descrição	Valor	%	Valor	%	Arrecadado/ Previsto
RECEITA BRUTA	28.773	100,00%	29.291	100,00%	1,80%
1 - Receitas Correntes	25.546	88,78%	26.168	89,34%	2,43%
1.1 - Receitas Tributárias	17.953	62,39%	18.687	63,80%	4,09%
1.1.1 - Impostos	17.467	60,70%	18.154	61,98%	3,93%
1.1.2 - Taxas	486	1,69%	533	1,82%	9,63%
1.2 - Receita de Contribuições	558	1,94%	630	2,15%	12,78%
1.3 - Receita Patrimonial	401	1,39%	621	2,12%	54,86%
1.4 - Receita Agropecuária	3	0,01%	1	0,00%	-51,58%
1.5 - Receita Industrial	15	0,05%	5	0,02%	-65,05%
1.6 - Receita de Serviços	466	1,62%	493	1,68%	5,80%
1.7 - Transferências Correntes	5.623	19,54%	5.062	17,28%	-9,97%
1.7.2 - Transferências Intergovernamentais	4.458	15,49%	4.123	14,08%	-7,51%
1.7.3 - Transferências de Instituições Privadas	969	3,37%	831	2,84%	-14,17%
1.7.5 - Transferências de Pessoas	0,4	0,00%	0,4	0,00%	6,53%
1.7.6 - Transferências de Convênios	196	0,68%	108	0,37%	-45,17%
1.9 - Outras Receitas Correntes	527	1,83%	668	2,28%	26,76%
1.9.1 - Multas e Juros de Mora	180	0,63%	274	0,94%	52,01%
1.9.2 - Indenizações e Restituições	100	0,35%	81	0,28%	-19,12%
1.9.3 - Receita da Dívida Ativa	17	0,06%	75	0,26%	334,75%
1.9.9 - Receitas Diversas	229	0,80%	238	0,81%	3,85%
2 - Receitas de Capital	2.042	7,10%	1.895	6,47%	-7,19%
2.1 - Operações de Crédito	1.928	6,70%	1.743	5,95%	-9,55%
2.2 - Alienação de Bens	10	0,04%	6	0,02%	-38,80%
2.3 - Amortização de Empréstimos	41	0,14%	20	0,07%	-51,54%
2.4 - Transferências de Capital	63	0,22%	27	0,09%	-57,00%
2.5 - Outras Receitas de Capital	0	0,00%	98	0,34%	_
7 - Receitas Intraorçamentárias Correntes	1.182	4,11%	1.219	4,16%	3,13%
8 - Receitas Intraorçamentárias de Capital	4	0,01%	9	0,03%	143,85%
9 - Deduções da Receita Corrente	-7.480	-26,00%	-7.678	-26,21%	2,65%
RECEITA LÍQUIDA	21.293	74,00%	21.612	73,79%	1,50%

Em 2014, a receita líquida arrecadada foi superior à receita prevista em R\$ 319 milhões, apesar da desaceleração econômica ocorrida no ano.

A conceituação e a análise das receitas (corrente, de capital, intraorçamentária corrente, intraorçamentária de capital e deduções) serão feitas posteriormente no detalhamento da receita.



Despesas Fixadas

A meta de despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, fixadas na LOA do exercício de 2014, foi de R\$ 21,293 bilhões, o que corresponde ao mesmo valor da receita prevista, atendendo ao princípio orçamentário do equilíbrio.

É importante lembrar que, além dos créditos orçamentários (recursos especificados na LOA para execução dos programas de trabalho do Governo), ao longo da execução do orçamento podem surgir necessidades de despesas não previstas ou insuficientemente orçadas. Para que tais necessidades sejam supridas, a administração vale-se dos créditos adicionais. Esses créditos podem ser: suplementares, quando uma dotação (verba consignada em orçamento) tornou-se insuficiente durante a execução do orçamento; especiais, para atender a despesas não previstas inicialmente; e extraordinários, quando surgem despesas imprevisíveis ou urgentes, tais como as decorrentes de casos de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

Além disso, a LOA pode sofrer alterações por remanejamentos, transposições ou transferências de recursos de uma categoria de programação para outra.

As despesas fixadas na LOA, os créditos adicionais e as despesas efetivamente executadas no exercício de 2014, observada a categoria econômica e o grupo de natureza, são demonstrados na Tabela 10:

Tabela 10 | Despesa Classificada em Nível de Grupo de Natureza em 2014 - Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (R\$ milhões)

Despesas	Fixada (a)	Créditos Adicionais (b)	Autorizada (c = a + b)	Executada (d)	% d /c
Correntes	17.271	2.410	19.681	18.402	93,50%
Pessoal e Encargos Sociais	10.359	2.038	12.397	12.252	98,83%
Juros e Encargos da Dívida	748	120	868	811	93,42%
Outras Despesas Correntes	6.164	252	6.416	5.339	83,22%
Capital	3.918	1.309	5.227	2.828	54,10%
Investimentos	3.325	1.218	4.544	2.191	48,22%
Inversões Financeiras	25	62	87	75	86,27%
Amortização da Dívida	568	29	597	562	94,14%
Correntes + Capital	21.190	3.719	24.908	21.230	85,23%
Reserva de Contingência	1	-1	0	0	-
Reserva de Contingência do RPPS	103	0	103	0	0,00%
TOTAL	21.293	3.718	25.011	21.230	84,88%

Os dados da tabela evidenciam que a despesa orçamentária executada¹ pelo Estado (R\$ 21,230 bilhões) representou 84,88% da despesa autorizada (R\$ 25,011 bilhões).



Despesa empenhada

Execução Orçamentária

A execução orçamentária trata da utilização das receitas orçamentárias arrecadadas no ano para o atendimento das despesas públicas que foram fixadas na Lei Orçamentária Anual, buscando suprir as demandas da sociedade.

Receita Orçamentária

A Receita Bruta, que é o valor integral da receita que ingressou nos cofres estaduais, totalizou R\$ 29,291 bilhões em 2014. Desse valor, deve-se subtrair as Deduções da Receita Bruta para se chegar à Receita Orçamentária Líquida, sobre a qual são executadas as Despesas Orçamentárias do exercício.

As Deduções da Receita Bruta são utilizadas, entre outras, nas seguintes situações:

- » restituição de tributos recebidos a maior ou indevidamente; e
- » recursos que o Estado tenha a competência de arrecadar, mas que pertencem a outro ente, de acordo com a legislação vigente.

Em Santa Catarina, o exemplo mais significativo dessas deduções diz respeito aos repasses constitucionais aos municípios, em decorrência da participação destes na arrecadação dos impostos do Estado (25% do ICMS e 50% do IPVA, por exemplo). Outro montante relevante das deduções refere-se ao repasse do Estado para a formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

A Receita Orçamentária Líquida – ou seja, já descontada de deduções – foi de R\$ 21,612 bilhões em 2014, apresentando um acréscimo de 9,98% em relação ao valor líquido arrecadado em 2013 (R\$ 19,650 bilhões), conforme a Tabela 11.

Tabela 11 | Receita Bruta e Deduções em 2014 e 2013 (R\$ milhões)

Posoita Overmontária	2014		2013		Variação %
Receita Orçamentária	Valor	%	Valor	%	2014/2013
Receita Bruta Arrecadada	29.291	100,00%	27.279	100,00%	7,37%
Receitas Correntes	26.168	89,34%	24.083	88,28%	8,66%
Receitas de Capital	1.895	6,47%	2.169	7,95%	-12,65%
Receitas Intraorçamentárias Correntes	1.219	4,16%	1.021	3,74%	19,40%
Receitas Intraorçamentárias de Capital	9	0,03%	6	0,02%	39,67%
Deduções da Receita	-7.678	-26,21%	-7.629	-27,97%	0,65%
Receita Orçamentária Líquida	21.612	73,79%	19.650	72,03%	9,98%

As deduções da receita totalizaram R\$ 7,678 bilhões em 2014. Desse valor, o Estado transferiu aos municípios catarinenses R\$ 4,831 bilhões (R\$ 4,340 bilhões em 2013), segregados conforme a Tabela 12. Ao Fundeb, foram transferidos R\$ 2,776 bilhões (R\$ 2,478 bilhões em 2013), divididos conforme a Tabela 13.

Tabela 12 | Valores Transferidos pelo Estado aos Municípios em 2014 e 2013 (R\$ milhões)

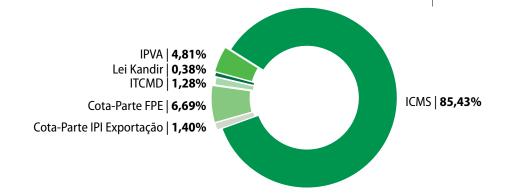
Transferências aos Municípios		2014			Variação %	
	Valor	%	Valor	%	2014/2013	
ICMS	3.953	81,82%	3.521	81,13%	12,25%	
IPVA	667	13,81%	602	13,86%	10,90%	
Cota-Parte IPI Exportação	65	1,34%	58	1,33%	12,24%	
Cota-Parte CIDE	1	0,02%	1	0,01%	102,48%	
FundoSocial	106	2,19%	111	2,56%	-4,77%	
SEITEC	39	0,82%	48	1,10%	-17,84%	
TOTAL	4.831	100,00%	4.340	100,00%	11,30%	

IPVA | 13,81%

Seitec | 0,82%
FundoSocial | 2,19%
Cota-Parte CIDE | 0,02%
Cota-Parte IPI Exportação | 1,34%

Tabela 13 | Valores Transferidos pelo Estado ao Fundeb em 2014 e 2013 (R\$ milhões)

Dostinosii o o Francisk		2014			Variação %	
Destinação ao Fundeb	Valor	%	Valor	%	2014/2013	
ICMS	2.372	85,43%	2.114	85,31%	12,20%	
IPVA	133	4,81%	120	4,86%	10,90%	
ITCMD	36	1,28%	28	1,13%	27,42%	
Cota-Parte FPE	186	6,69%	171	6,88%	8,97%	
Cota-Parte IPI Exportação	39	1,40%	35	1,40%	12,24%	
Lei Kandir	11	0,38%	11	0,42%	0,00%	
TOTAL	2.776	100,00%	2.478	100,00%	12,04%	



Evolução da Receita Orçamentária por Categoria Econômica e Origem

Analisando-se a receita orçamentária bruta por categoria econômica, verifica-se que as receitas correntes (incluindo as receitas intraorçamentárias correntes) representam 93,50% da receita total, enquanto as receitas de capital respondem apenas por 6,50%.

Considerando-se a origem da receita, as receitas tributárias são as mais significativas, já que representam 63,80% da receita bruta total, seguidas pelas transferências correntes, com 17,28%.

O comparativo da receita orçamentária bruta arrecadada nos anos de 2014 e 2013 é apresentado na Tabela 14.

Tabela 14 | Receita Orçamentária Bruta por Categoria Econômica e Origem em 2014 e 2013 (R\$ milhões)

Paraita Ourana atária Banta		2014		2013	Variação % 2014/2013
Receita Orçamentária Bruta —	Valor	%	Valor	%	
Receitas Correntes	27.387	93,50%	25.104	92,03%	9,09%
Receitas Tributárias	18.687	63,80%	16.564	60,72%	12,81%
Receitas de Contribuições	630	2,15%	535	1,96%	17,80%
Receita Patrimonial	621	2,12%	517	1,89%	20,29%
Receita Agropecuária	1	0,01%	1	0,00%	-2,21%
Receita Industrial	5	0,02%	10	0,04%	-48,93%
Receita de Serviços	493	1,68%	437	1,60%	12,99%
Transferências Correntes	5.062	17,28%	5.375	19,70%	-5,81%
Outras Receitas Correntes	668	2,28%	645	2,36%	3,57%
Receitas Intraorçamentárias Correntes	1.219	4,16%	1.021	3,74%	19,40%
Receitas de Capital	1.904	6,50%	2.176	7,97%	-12,50%
Operações de Crédito	1.743	5,95%	2.058	7,54%	-15,28%
Alienação de Bens	6	0,02%	5	0,02%	17,30%
Amortização de Empréstimos	20	0,07%	16	0,06%	22,57%
Transferências de Capital	27	0,09%	90	0,33%	-69,93%
Outras Receitas de Capital	98	0,34%	0	0,00%	0,00%
Receitas Intraorçamentárias de Capital	9	0,03%	6	0,02%	39,67%
TOTAL	29.291	100,00%	27.279	100,00%	7,37%

As receitas orçamentárias arrecadadas nos exercícios de 2014 e de 2013, livres de suas deduções, são apresentadas por categoria econômica e origem na Tabela 15.

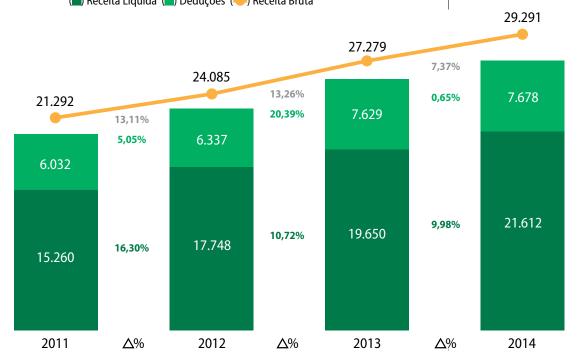
Tabela 15 | Receita Orçamentária Líquida por Categoria Econômica e Origem em 2014 e 2013 (R\$ milhões)

	±	2014	-	2013	Variação %
Receita Orçamentária Líquida	Valor	%	Valor	%	2014/2013
Receitas Correntes	19.708	91,19%	17.475	88,93%	12,78%
Receitas Tributárias	11.613	53,73%	10.243	52,13%	13,37%
Receitas de Contribuições	627	2,90%	529	2,69%	18,52%
Receita Patrimonial	591	2,74%	485	2,47%	21,86%
Receita Agropecuária	1	0,01%	1	0,01%	-2,30%
Receita Industrial	5	0,02%	10	0,05%	-48,93%
Receita de Serviços	493	2,28%	436	2,22%	13,01%
Transferências Correntes	4.615	21,36%	4.278	21,77%	7,88%
Outras Receitas Correntes	544	2,52%	471	2,40%	15,57%
Receitas Intraorçamentárias Correntes	1.219	5,64%	1.021	5,20%	19,40%
Receitas de Capital	1.904	8,81%	2.175	11,07%	-12,49%
Operações de Crédito	1.743	8,07%	2.058	10,47%	-15,28%
Alienação de Bens	6	0,03%	5	0,03%	19,19%
Amortização de Empréstimos	20	0,09%	16	0,08%	22,57%
Transferências de Capital	27	0,12%	90	0,46%	-69,93%
Outras Receitas de Capital	98	0,45%	0	0,00%	0,00%
Receitas Intraorçamentárias de Capital	9	0,04%	6	0,03%	39,67%
TOTAL	21.612	100,00%	19.650	100,00%	9,98%

O comportamento da arrecadação nos últimos quatro anos é apresentado no Gráfico 10.

Gráfico 10 | Arrecadação Bruta e Líquida de 2011 a 2014 (R\$ milhões)

(■) Receita Líquida (■) Deduções (→) Receita Bruta



A seguir, apresenta-se a análise das receitas por categoria econômica.

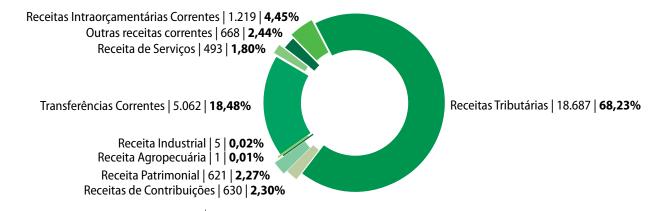
Receitas Correntes

Receitas correntes são os ingressos tributários, de contribuições, patrimoniais, agropecuários, industriais, de serviços, de transferências correntes e de outras receitas correntes, arrecadados no exercício financeiro, com efeito positivo sobre o patrimônio público. Essas receitas constituem-se em instrumento para financiar os objetivos definidos nas ações e nos programas orçamentários, com vistas a satisfazer as finalidades públicas.

A receita corrente bruta de 2014 totalizou R\$ 27,387 bilhões. Desse valor, R\$ 1,219 bilhão (4,16%) refere-se às receitas correntes intraorçamentárias brutas, que representam as receitas auferidas por órgãos ou entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social pagas por outros órgãos ou entidades integrantes desses orçamentos.

O gráfico seguinte ilustra a participação de cada origem da receita corrente.

Gráfico 11 | Receita Corrente Bruta por Origem em 2014 (R\$ milhões)



mais detalhada dessas duas origens de receita.

Analisando-se as receitas orçamentárias por origem, verifica-se que as receitas tributárias brutas foram as mais representativas no ano, o que totaliza R\$ 18,687 bilhões em 2014, o equivalente a 63,80% da receita orçamentária e 68,23% das receitas correntes.

As transferências correntes brutas, por sua vez, totalizaram R\$ 5,062 bilhões (18,48% da receita corrente bruta) e representam o segundo maior valor por origem.

As demais receitas correntes juntas representam 13,29% da receita corrente bruta. Dada a representatividade das receitas tributárias e das transferências correntes no que tange à receita orçamentária e à receita corrente, faz-se a seguir uma análise



Receita Tributária

O Governo do Estado auferiu uma receita tributária bruta de R\$ 18,687 bilhões em 2014, correspondendo a um crescimento de 12,81% em comparação ao ano anterior.

A receita tributária líquida, que representa a receita tributária disponível após os repasses aos municípios e ao Fundeb, e as devoluções aos contribuintes, foi de R\$ 11,613 bilhões (crescimento de 13,37% em relação a 2013), representando R\$ 1,369 bilhão a mais nos cofres públicos, em relação ao ano de 2013.

O bom desempenho na arrecadação está diretamente ligado à modernização do fisco catarinense, que tem permitido ampliar a cada ano os controles sobre os contribuintes. Em 2014, a Secretaria de Estado da Fazenda realizou 140 operações de fiscalização, quase o dobro de 2013, quando foram registradas 77 operações.

O saldo inclui operações presenciais no varejo, no trânsito e nos correios, bem como auditorias fiscais a partir do cruzamento de dados disponíveis nos sistemas da Fazenda. Mais de 190 mil contribuintes foram fiscalizados em Santa Catarina e em outros estados durante o exercício de 2014.

Os impostos e as taxas que compuseram a receita tributária bruta de 2014 e 2013 podem ser visualizados na Tabela 16.

Tabela 16 | Composição da Receita Tributária Bruta em 2014 e 2013 (R\$ milhões)

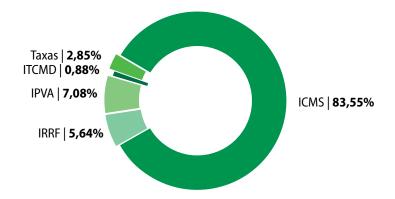
Receita Tributária Bruta -		2014		2013		
Receita iributaria Bruta —	Valor	%	Valor	%	2014/2013	
Impostos	18.154	97,15%	16.102	97,21%	12,74%	
ICMS	15.613	83,55%	13.940	84,16%	12,01%	
IRRF	1.054	5,64%	837	5,05%	25,95%	
IPVA	1.322	7,08%	1.193	7,20%	10,82%	
ITCMD	164	0,88%	132	0,80%	24,19%	
Taxas	533	2,85%	462	2,79%	15,30%	
Exercício do Poder de Polícia	489	2,61%	442	2,67%	10,63%	
Prestação de Serviços	44	0,24%	21	0,12%	115,92%	
TOTAL	18.687	100,00%	16.564	100,00%	12,81%	

A arrecadação bruta² com o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) cresceu 12,01% e fechou o ano em R\$ 15,613 bilhões, mostrando que o Estado depende cada vez mais de recursos próprios para atender às demandas da sociedade catarinense. Entre as receitas tributárias, o ICMS é a receita mais representativa, correspondendo a 83,55% da receita tributária bruta, conforme demonstra o Gráfico 12.



² Arrecadação bruta com ICMS, sem considerar a arrecadação com multa, juros e dívida ativa.

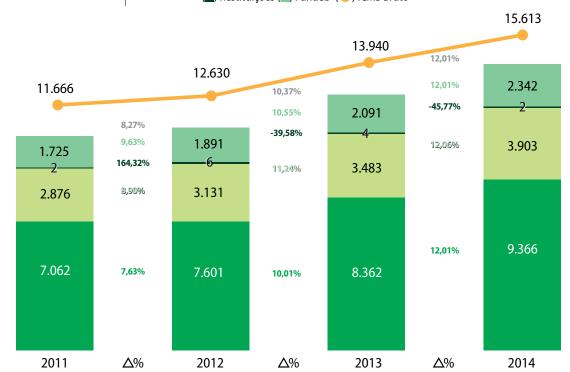
Gráfico 12 | Receitas Tributárias Brutas em 2014



A evolução da arrecadação do ICMS dos últimos quatro anos, em valores nominais e sem considerar a arrecadação de multas, juros e dívida ativa, é apresentada no Gráfico 13. Na ilustração, também é possível visualizar quanto do valor bruto arrecadado foi distribuído aos municípios, ao Fundeb, quanto foi restituído aos contribuintes e quanto sobrou ao Estado após as deduções (ICMS líquido).

Gráfico 13 | Arrecadação de ICMS de 2011 a 2014 (R\$ milhões)

☐ ICMS Líquido ☐ 25% - Municípios
☐ Restituições ☐ Fundeb ☐ ICMS Bruto



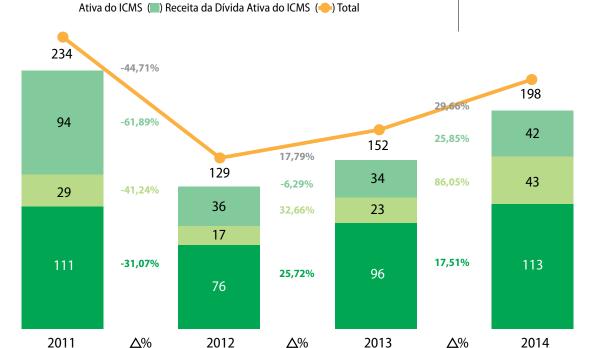
A arrecadação orçamentária do ICMS, em 2014, em relação ao ano de 2011, configurou um aumento nominal de 34%.

Além dos valores apresentados no Gráfico 13, também foram auferidas pelo Estado receitas com multas, juros e dívida ativa de ICMS, conforme demonstra o Gráfico 14.



Gráfico 14 | Arrecadação com Multas, Juros e Dívida Ativa de ICMS de 2011 a 2014 (R\$ milhões)

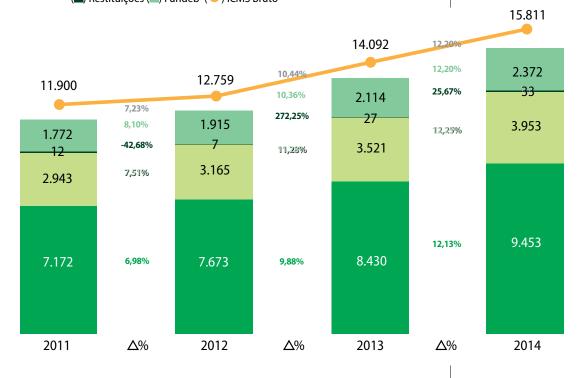
(■) Multas e Juros de Mora de ICMS (■) Multas e Juros de Mora da Dívida



Se as receitas da dívida ativa tributária de ICMS, incluindo multas e juros, forem somadas à receita bruta de ICMS do ano de 2014, tem-se um total de R\$ 15,811 bilhões de arrecadação com esse imposto no ano, conforme o Gráfico 15.

Gráfico 15 | Arrecadação de ICMS de 2011 a 2014, Incluindo Multas, Juros e Dívida Ativa, (R\$ milhões)

() ICMS Líquido () 25% - Municípios () Restituições () Fundeb () ICMS Bruto

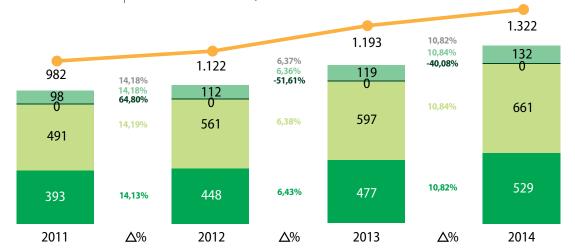


O segundo imposto com a maior arrecadação, no ano de 2014, foi o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). A receita com o IPVA cresceu 10,82% em relação a 2013, e a arrecadação bruta do tributo, em 2014, chegou a R\$ 1,322 bilhão. Contribuíram para o incremento da receita o aumento da frota, a melhoria no padrão dos veículos e as campanhas de recuperação de créditos.

A arrecadação líquida do IPVA, após as transferências aos municípios e ao Fundeb, e após as restituições aos contribuintes, foi de R\$ 529 milhões. O Gráfico 16 demonstra a divisão da receita do IPVA, os valores brutos e líquidos dos anos de 2011, 2012, 2013 e 2014.

Gráfico 16 | Arrecadação de IPVA de 2011 a 2014 (R\$ milhões) (■) IPVA Líquido (■) 50% - Municípios

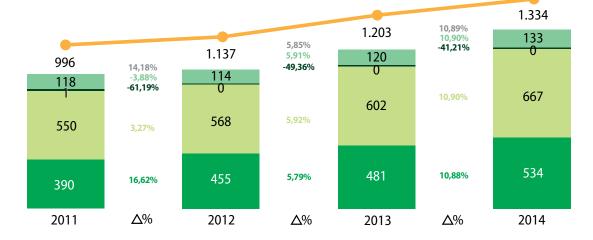
Restituições () Fundeb () IPVA Bruto



No ano de 2014, foram arrecadados R\$ 12 milhões referentes a multas, juros e dívida ativa de IPVA. A arrecadação do IPVA, considerando multas, juros e dívida ativa, a distribuição aos municípios e ao Fundeb, bem como as restituições aos contribuintes, é apresentada no Gráfico 17.

Gráfico 17 | Arrecadação de IPVA de 2011 a 2014, Considerando Multas,

Juros e Dívida Ativa (R\$ milhões)





O terceiro imposto mais representativo, em 2014, foi o Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IRRF), que, por força do artigo 157, I, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, pertence ao Estado quando incidente na fonte sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por ele, suas autarquias e pelas fundações que instituir e mantiver. No ano de 2014, a arrecadação do IRRF foi de R\$ 1,054 bilhão, o que representa 5,64% das receitas tributárias brutas e caracteriza um aumento de 25,95% em relação ao ano anterior.

A arrecadação bruta com o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD) cresceu 24,19%, batendo novo recorde de desempenho em 2014. O total arrecadado chegou a R\$ 164 milhões. Desse valor, R\$ 33 milhões referem-se às deduções que representam os repasses ao Fundeb e as restituições aos contribuintes. Os valores brutos, as deduções e os valores líquidos de ITCMD, arrecadados nos anos de 2011 a 2014, são apresentados no Gráfico 18.

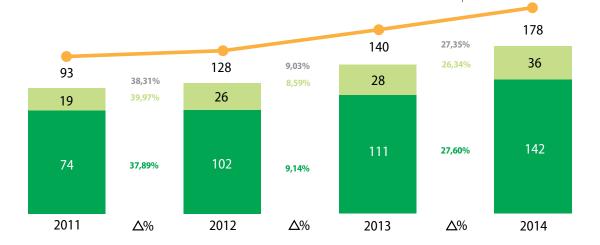
Gráfico 18 | Arrecadação de ITCMD de 2011 a 2014 (R\$ milhões)

(I) ITCMD Líquido (I) Dedução ITCMD (I) ITCMD Bruto



O intenso trabalho de fiscalização, aliado à automatização do recolhimento do ITCMD, impulsionou a arrecadação do tributo em Santa Catarina. A arrecadação do ITCMD, considerando os valores cobrados de multas, juros e dívida ativa, é apresentada no Gráfico 19.

Gráfico 19 | Arrecadação de ITCMD de 2011 a 2014, Considerando Multas, Juros e Dívida Ativa (R\$ milhões) (■) ITCMD Líquido (■) Dedução ITCMD (◆) ITCMD Bruto





A arrecadação das taxas pelo exercício do poder de polícia e pela prestação de serviços totalizou 533 milhões em 2014, representando 2,85% da receita tributária bruta.

Transferências Correntes

As transferências correntes são recursos financeiros recebidos de pessoas físicas ou jurídicas, independentes de contraprestação direta em bens ou serviços e que serão aplicados no atendimento de despesas correntes.

Em 2014, as transferências correntes representaram 17,28% da receita orçamentária bruta, perfazendo um montante de R\$ 5,062 bilhões, conforme demonstrado anteriormente na Tabela 14 – Receita Orçamentária Bruta por Categoria Econômica e Origem em 2014 e 2013.

As principais transferências correntes recebidas pelo Estado são as intergovernamentais, merecendo destaque aquelas provenientes da União (43,49%), como o Fundo de Participação dos Estados (FPE) (18,36%), as Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) (12,02%), a Cota-Parte IPI (5,13%) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) (4,69%). Também as multigovernamentais são relevantes em função das transferências de recursos do Fundeb (37,95%). A Tabela 17 demonstra os valores recebidos pelo Estado em 2014 e 2013 por meio de transferências.

Tabela 17 | Transferências Correntes Brutas em 2014 e 2013 (R\$ milhões)

Transferância Comunita Dunto		2014		2013	Variação %
Transferências Correntes Brutas	Valor	%	Valor	%	2014/2013
Intergovernamentais	4.123	81,44%	4.373	81,36%	-5,72%
União	2.202	43,49%	1.977	36,78%	11,36%
Cota-Parte FPE	929	18,36%	853	15,87%	8,97%
Cota-Parte IPI	260	5,13%	231	4,31%	12,24%
Cota-Parte CIDE	4	0,08%	2	0,04%	102,48%
Compensação Financeira para Exploração de Recursos Naturais	51	1,01%	39	0,73%	29,73%
Transferências de Recursos - Sistema Único de Saúde - SUS	608	12,02%	495	9,21%	22,90%
Transferências de Recursos - Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	2	0,04%	1	0,01%	193,23%
Transferências de Recursos - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	238	4,69%	270	5,02%	-11,87%
ICMS - Desoneração	53	1,04%	53	0,98%	0,00%
Outras Transferências	57	1,12%	34	0,62%	68,71%
Multigovernamentais	1.921	37,95%	2.396	44,58%	-19,81%
Fundeb	1.921	37,95%	2.396	44,58%	-19,81%
Instituições Privadas	831	16,42%	871	16,21%	-4,60%
Pessoas	0,4	0,01%	0,4	0,01%	6,10%
Convênios	108	2,13%	130	2,42%	-17,04%
União	85	1,67%	113	2,10%	-25,01%
Municípios	7	0,14%	1	0,02%	628,25%
Instituições Privadas	16	0,31%	16	0,29%	-1,22%
TOTAL	5.062	100,00%	5.375	100,00%	-5,81%

Do valor bruto total recebido por meio das transferências correntes, restaram ao Estado R\$ 4,615 bilhões após as deduções legais (transferências aos municípios e ao Fundeb), que totalizaram 447 milhões.

Gráfico 20 | Composição das Transferências Correntes Brutas em 2014 (R\$ milhões)



Receitas de Capital

Receitas de capital são os ingressos de operações de crédito, de alienação de bens, de amortização de empréstimos, de transferências de capital e de outras receitas de capital que aumentam as disponibilidades financeiras, constituindo-se em instrumento de financiamento dos programas de ações orçamentárias, a fim de atingir as finalidades públicas.

As receitas de capital responderam por 6,50% das receitas orçamentárias brutas contabilizadas em 2014 (vide Tabela 14).

A composição das receitas brutas de capital, nos anos de 2014 e 2013, é demonstrada na Tabela 18.

Tabela 18 | Receitas Brutas de Capital por Origem em 2014 e 2013 (R\$ milhões)

Descites Duntes de Conital		2014		2013	Variação %
Receitas Brutas de Capital	Valor	%	Valor	%	2014/2013
Operações de Crédito	1.743	91,58%	2.058	94,59%	-15,28%
Alienação de Bens	6	0,34%	5	0,25%	17,30%
Amortização de Empréstimos	20	1,05%	16	0,75%	22,57%
Transferências de Capital	27	1,42%	90	4,12%	-69,93%
Outras Receitas de Capital	98	5,16%	0	0,00%	-
Receitas Intraorçamentárias de Capital	9	0,45%	6	0,28%	39,67%
TOTAL	1.904	100,00%	2.176	100,00%	-12,50%

Analisando-se a receita bruta de capital por origem, verifica-se que a parcela mais significativa das receitas de capital advém de operações de crédito (91,58%). Essas operações representam a contratação de empréstimos e financiamentos com entidades estatais, instituições financeiras e fundos, e geralmente são utilizadas para financiar investimentos públicos de interesse da população.

A Tabela 19 evidencia os valores de operações de crédito liberados em 2014 por programa. Do total recebido, 66% (ou seja, R\$ 1,16 bilhão) correspondem às liberações dos contratos com o BNDES.



Tabela 19 | Operações de Crédito em 2014 (R\$ milhões)

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF) e Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública (DICD)

Operação	Finalidade	Valor	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		1.617,948	
Financiamento PMAE	Modernização da administração das receitas e da administração estadual.	4,921	
BB - Caminhos Estratégicos da Produção e Prevenção de Desastres - Lei nº 15.941/2012	Prevenção de desastres naturais, obras de implantação, adequação e ampliação da capacidade de rodovias estaduais e obras estruturantes para aumentar a capacidade de operação dos portos catarinenses.	363,718	
BNDES - Programa Caminhos do Desenvolvimento - Lei nº 15.830 e Lei nº 15.882/2012	Investimentos em infraestrutura, justiça e cidadania, educação, saúde e prevenção de desastres contra as secas.	194,009	
BNDES - Programa Acelera Santa Catarina - Lei nº 15.855 e Lei nº 15.883/2012	Investimentos em saúde, segurança pública, educação, justiça e cidadania, prevenção de desastres naturais, assistência social, trabalho e habitação, infraestrutura e saneamento básico.	954,485	
BNDES - Sistema de Transporte de Joinville - Lei nº 14.739/2009	Atender ao Programa de Modernização do Sistema Integrado de Transporte Coletivo de Joinville.	10,713	
BB II - Pacto por Santa Catarina - Lei nº 16.129/2013	Atender ao Programa Pacto por Santa Catarina para viabilizar investimentos nas áreas de educação, saúde, infraestrutura, segurança pública, justiça e cidadania, defesa civil, agricultura, proteção social, inovação, saneamento e desenvolvimento econômico sustentável.	90,101	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS		125,480	
BIRD - Microbacias	Aumentar a competitividade das organizações dos agricultores familiares.	2,285	
BIRD - Programa Santa Catarina Rural - Microbacias III	Aumentar a competitividade das organizações dos agricultores familiares.	21,527	
BID - VI - Lei nº 14.532/2008	Pavimentação e reabilitação de rodovias.	87,294	
BID - PROFISCO - Lei nº 14.529/2008 e alterações	Modernização da gestão fiscal e financeira da administração estadual.	14,374	
TOTAL		1.743,428	

Receita Líquida Disponível

A Receita Líquida Disponível³ (RLD) constitui a base de cálculo sobre a qual são repassados pelo Poder Executivo os recursos a serem aplicados pela Assembleia Legislativa (ALESC), pelo Tribunal de Justiça (TJSC), pelo Ministério Público (MPSC), pelo Tribunal de Contas do Estado (TCESC) e pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

A Receita Líquida Disponível apurada no exercício de 2014 foi de R\$ 12,173 bilhões, e a sua distribuição, definida na Lei de Diretrizes Orçamentárias, deu-se conforme ilustra a Tabela 20.

³ Vide nota explicativa sobre as demonstrações contábeis nº 2, k



Tabela 20 | Percentuais de Distribuição da Receita Líquida Disponível em 2014

Entidade	% da RLD
ALESC	4,51
TCESC	1,66
TJSC	9,31
MPSC	3,91
UDESC	2,49
Total	21,88

Além dos percentuais sobre a Receita Líquida Disponível definidos na LDO, parte dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Social (FundoSocial) e dos Fundos do Sistema Estadual de Incentivo à Cultura, ao Turismo e ao Esporte (SEITEC) também são repassados aos Poderes e Órgãos, conforme dispositivos legais.

Os valores totais repassados aos Poderes e Órgãos no ano de 2014, considerando a Receita Líquida Disponível de dezembro de 2013 a novembro de 2014 (R\$ 12,075 bilhões), são detalhados na Tabela 21.

Tabela 21 | Repasses aos Poderes e Órgãos em 2014 (R\$ milhões)

Recursos	Assembleia Legislativa	Tribunal de Contas	Tribunal de Justiça	Ministério Público	UDESC	TOTAL
Participação na RLD	545	200	1.124	472	301	2.642
Repasse FundoSocial	14	5	29	12	8	69
Repasse SEITEC	5	2	11	5	3	26
Total	564	208	1.165	489	311	2.737

Do total recebido no ano de 2014, como consta na Tabela 21, a Assembleia Legislativa e o Tribunal de Contas restituíram ao Estado, respectivamente, R\$ 30 milhões e R\$ 50 milhões até o encerramento do balanço de 2014.

Despesas

A execução da despesa orçamentária alcançou o montante de R\$ 21,230 bilhões, representando 84,88% do total da despesa autorizada para o período (R\$ 25,011 bilhões). O valor total executado, que corresponde às despesas empenhadas, teve um crescimento nominal de 10,26% em relação a 2013.

Tabela 22 | Despesa Realizada por Categoria Econômica e Grupos de Natureza em 2014 e 2013 (R\$ milhões)

Desmana		2014		2013		
Despesas	Valor	%	Valor	%	2014/2013	
3 - Despesas Correntes	18.402	86,68%	16.175	84,01%	13,77%	
1 - Pessoal e Encargos Sociais	12.252	57,71%	10.559	54,84%	16,03%	
2 - Juros e Encargos da Dívida	811	3,82%	668	3,47%	21,33%	
3 - Outras Despesas Correntes	5.339	25,15%	4.948	25,70%	7,91%	
4 - Despesas de Capital	2.828	13,32%	3.079	15,99%	-8,15%	
4 - Investimentos	2.191	10,32%	1.251	6,50%	75,14%	
5 - Inversões Financeiras	75	0,35%	245	1,27%	-69,39%	
6 - Amortização da Dívida	562	2,65%	1.583	8,22%	-64,50%	
TOTAL	21.230	100,00%	19.254	100,00%	10,26%	

No total executado, cabe destaque aos gastos com pessoal e encargos sociais e às outras despesas correntes que, juntos, corresponderam a 82,86% do total de despesas do ano de 2014 (57,71% e 25,15% do total de despesas, respectivamente). Também merecem ênfase os investimentos e as inversões financeiras, que juntos, em 2014, foram 51,5% superiores a 2013, representando 10,67% das despesas totais em 2014 e 7,77% em 2013.

Despesa por Modalidade de Aplicação

Outra forma de observar os gastos do Governo Estadual é por meio da modalidade de aplicação que revela o quanto do orçamento foi diretamente gasto pelo Estado ou por outras entidades federativas, multigovernamentais ou mesmo instituições privadas. Tal observação pode ser constatada a partir da Tabela 23.

Tabela 23 | Despesas por Modalidade de Aplicação em 2014 (R\$ milhões)

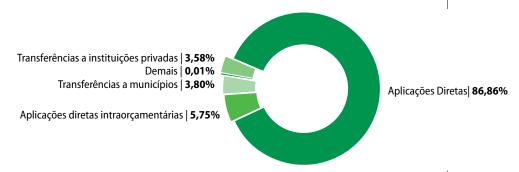
Modalidade de Aplicação		2014		2013	Variação %
		%	Valor	%	2014/2013
20 - Transferências à União	0	0,00%	1	0,00%	
22 - Execução Orçamentária Delegada à União	3	0,01%	1	0,00%	444,03%
40 - Transferências a Municípios	564	2,66%	146	0,76%	285,27%
41 - Transferências a Municípios Fundo a Fundo	160	0,76%	157	0,81%	2,36%
42 - Execução Orçamentária Delegada aos Municípios	82	0,39%	75	0,39%	9,51%
50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	735	3,46%	663	3,44%	10,88%
60 - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos	24	0,11%	15	0,08%	66,44%
90 - Aplicações Diretas	18.441	86,86%	17.153	89,09%	7,50%
91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades	1.220	5,75%	1.043	5,42%	16,91%
TOTAL	21.230	100,00%	19.254	100,00%	10,26%



Conforme a Tabela 23, em 2014 os valores diretamente gastos pelo Estado atingiram 92,61% do orçamento (modalidades 90 e 91), totalizando R\$ 19,661 bilhões.

Dos gastos realizados indiretamente, grande parte foi destinada aos municípios (modalidades 40, 41 e 42) por meio de transferências legais e voluntárias, correspondendo a 3,80% do total das despesas, conforme demonstra o Gráfico 21.

Gráfico 21 | Despesas por Modalidade de Aplicação em 2014



■ Classificação Funcional

A classificação funcional busca responder basicamente à indagação 'Em que área de ação governamental a despesa foi realizada?'. A Tabela 24 demonstra a despesa empenhada em cada função, em ordem decrescente de valores, com base em 2014.

Tabela 24 | Despesas por Função em 2014 e 2013 (R\$ milhões)

D		2014	•	2013	Variação %
Despesas por Função	Valor	%	Valor	%	2014/2013
09 - Previdência Social	4.192	19,75%	3.564	18,51%	17,63%
12 - Educação	3.128	14,74%	2.791	14,50%	12,07%
10 - Saúde	2.642	12,44%	2.653	13,78%	-0,42%
06 - Segurança Pública	2.263	10,66%	1.794	9,32%	26,12%
04 - Administração	1.992	9,38%	1.182	6,14%	68,57%
28 - Encargos Especiais	1.517	7,14%	2.354	12,23%	-35,58%
02 - Judiciária	1.478	6,96%	1.346	6,99%	9,77%
26 - Transporte	1.035	4,87%	709	3,68%	46,04%
14 - Direitos da Cidadania	647	3,05%	472	2,45%	37,22%
20 - Agricultura	605	2,85%	543	2,82%	11,44%
01 - Legislativa		2,73%	520	2,70%	11,63%
03 - Essencial à Justiça	538	2,53%	570	2,96%	-5,65%
18 - Gestão Ambiental	151	0,71%	107	0,56%	41,42%
08 - Assistência Social	91	0,43%	97	0,50%	-6,71%
27 - Desporto e Lazer	95	0,45%	72	0,37%	31,65%
19 - Ciência e Tecnologia	68	0,32%	47	0,25%	44,00%
23 - Comércio e Serviços	58	0,27%	74	0,38%	-21,55%
24 - Comunicações	51	0,24%	79	0,41%	-35,72%
11 - Trabalho	33	0,16%	10	0,05%	223,06%
13 - Cultura	31	0,15%	40	0,21%	-21,63%
16 - Habitação	27	0,13%	24	0,12%	13,51%
17 - Saneamento	5	0,02%	4	0,02%	33,09%
15 - Urbanismo		0,01%	1	0,01%	39,27%
25 - Energia	0,1	0,00%	0,1	0,00%	-6,53%
TOTAL	21.230	100,00%	19.254	100,00%	10,26%



Em nível de função, o maior gasto do Estado em 2014 ocorreu com a Previdência Social (R\$ 4,192 bilhões), o que representa 19,75% da despesa total de 2014. A função Previdência Social agrega os pagamentos a servidores inativos e pensionistas do Estado, e aumentou 17,63% em relação ao ano de 2013.

Na educação, foram aplicados R\$ 3,128 bilhões, o equivalente a 14,74% da despesa total. Isso representa um acréscimo de 12,07% em relação ao ano de 2013.

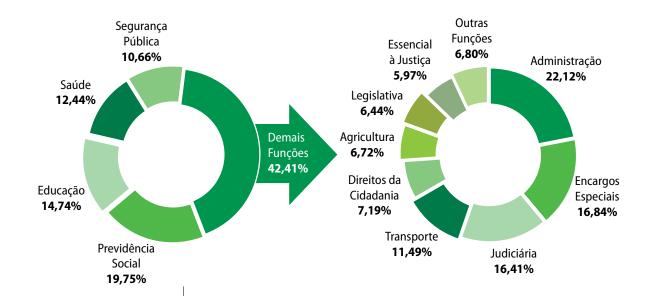
Já na função Saúde, as despesas totalizaram R\$ 2,642 bilhões (12,44% da despesa total).

A função Segurança Pública recebeu R\$ 2,263 bilhões, que representam 10,66% da despesa total e 26,12% a mais do que em 2013.

As demais funções juntas somaram R\$ 9,005 bilhões e representam 42,41% da despesa, conforme mostra o Gráfico 22 .

Gráfico 22 | Distribuição Geral das Despesas por Função em 2014

Gráfico 23 | Demais Despesas por Função em 2014



Despesas Correntes

As despesas correntes referem-se aos gastos com pessoal e encargos sociais, juros e encargos da dívida, assim como outras despesas correntes.

No ano de 2014, as despesas correntes totalizaram R\$ 18,402 bilhões (R\$ 16,175 bilhões em 2013), representando um acréscimo de 13,77% em relação ao ano anterior. A Tabela 25 demonstra a composição das despesas correntes, por grupo de despesa, nos anos de 2014 e 2013.

Tabela 25 | Composição das Despesas Correntes em 2014 e 2013 (R\$ milhões)

Despess Correntes	2014			2013	Variação %
Despesas Correntes	Valor	%	Valor	%	2014/2013
1 - Pessoal e Encargos Sociais	12.252	66,58%	10.559	65,28%	16,03%
2 - Juros e Encargos da Dívida	811	4,41%	668	4,13%	21,33%
3 - Outras Despesas Correntes	5.339	29,02%	4.948	30,59%	7,91%
TOTAL	18.402	100,00%	16.175	100,00%	13,77%



As despesas com pessoal e encargos sociais, que são despesas orçamentárias com pessoal ativo, inativo e pensionistas, cresceram nominalmente 16,03% de 2013 para 2014 e totalizaram R\$ 12,252 bilhões nesse último ano.

Analisando os gastos com pessoal por função, verifica-se que a Previdência Social responde por 34% das despesas com pessoal e encargos sociais, seguida pela Educação (17,45%) e pela Segurança Pública (13,95%). Essas três funções tiveram um aumento de valor significativo em 2014 (Previdência Social – 17,66%; Educação – 13,72%; e Segurança Pública – 29,76%). O incremento de valores foi motivado principalmente pelo aumento das despesas com inativos, implementação do piso nacional de salários, e aumento da remuneração e do efetivo policial, respectivamente.

Os juros e os encargos da dívida, que representam as despesas orçamentárias com o pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas e externas contratadas, bem como da dívida pública mobiliária, alcançaram o montante de R\$ 811 milhões, representando um aumento de R\$ 143 milhões em relação ao ano anterior. Do aumento total de pagamento de juros e encargos da dívida contratual, cerca de R\$ 123,541 milhões (86% do total) representam a soma dos valores da variação dos seguintes contratos: (1) União - Lei nº 9.496/97⁴ – R\$ 47,559 milhões; (2) BNDES Acelera Santa Catarina⁵ (descontado o valor referente ao refinanciamento do contrato BNDES - Celesc) – R\$ 35,977 milhões; e (3) Pacto por Santa Catarina⁶ – R\$ 40,005 milhões.

As outras despesas correntes compreendem os demais gastos com custeio que não dizem respeito à folha de pagamento nem à dívida pública, tais como material de consumo, diárias, água, luz, telefone, aluguel, terceirizações, subvenções, etc., e em 2014 representaram 29,02% das despesas correntes, totalizando R\$ 5,339 bilhões. Esse grupo foi o que menos aumentou em 2014, tendo uma variação de 7,91% no que se refere a 2013.

Despesas de Capital

As despesas de capital, que representaram 13,32% do montante total das despesas do Estado, estão estruturadas nos grupos de despesas de Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida. Os valores das despesas de capital em cada grupo de despesa, nos anos de 2014 e 2013, são demonstrados na Tabela 26.

Tabela 26 | Composição das Despesas de Capital em 2014 e 2013 (R\$ milhões)

Despessed Conital		2014		2013	Variação %
Despesas de Capital	Valor	%	Valor	%	2014/2013
4 - Investimentos	2.191	77,48%	1.251	40,63%	75,14%
5 - Inversões Financeiras	75	2,65%	245	7,95%	-69,39%
6 - Amortização da Dívida	562	19,87%	1.583	51,42%	-64,50%
TOTAL	2.828	100,00%	3.079	100,00%	-8,15%

⁴ União - Lei nº 9.496/97: a partir de 2013, com o refinanciamento de resíduo do contrato em dezembro de 2012, o crescimento nominal do valor referente ao pagamento de juros e encargos, apesar de positivo, passou a ser menor que em anos anteriores. Entre 2011 e 2012, esse crescimento foi de cerca de R\$ 578 milhões.

⁶ Pacto por Santa Catarina: o início do pagamento de juros e encargos ocorreu em 2014, não havendo qualquer pagamento nos anos anteriores.



⁵ BNDES Acelera Santa Catarina: contrato com pagamento trimestral de juros e encargos. Em 2013, ano da assinatura do contrato, houve apenas dois pagamentos de juros e encargos – nos meses de julho e outubro. Já em 2014, houve o pagamento de quatro parcelas de juros e encargos, nos meses de janeiro, abril, julho e outubro. Assim, a diferença entre 2013 e 2014 se explica, em grande parte, pelo aumento do número de parcelas pagas.

Nas despesas de capital, o grupo Investimentos foi o que apresentou maior crescimento em relação a 2013 – de R\$ 1,251 bilhão para R\$ 2,191 bilhões em 2014 –, o que representa um aumento de 75,14%.

O grupo das Inversões Financeiras⁷ alcançou o montante de R\$ 75 milhões em 2014, correspondendo a uma redução de 69,39% em relação ao ano anterior.

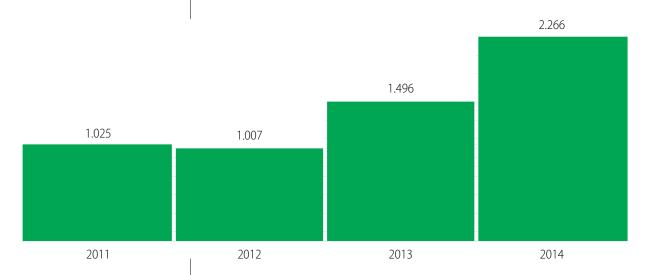
Como as inversões financeiras também representam investimentos do Estado⁸, a análise de investimentos a seguir apresentada incluirá esse grupo de despesa (investimentos = grupo investimentos + grupo inversões financeiras).

Dessa forma, dos investimentos realizados pelo Estado em 2014 e que totalizaram R\$ 2,266 bilhões, a parcela mais significativa (36,23%) foi direcionada para a função Transporte, somando R\$ 821 milhões investidos. O valor foi destinado, quase que em sua totalidade, à ampliação e à revitalização das rodovias estaduais, de modo a melhorar a malha viária do Estado.

Também receberam grandes investimentos as funções Educação (R\$ 200 milhões), Segurança Pública (R\$ 152 milhões) e Saúde (R\$ 143 milhões). Os investimentos significativos nessas funções representam a intenção do Governo de fazer com que os serviços de saúde estejam mais próximos das pessoas, que a rede de ensino público seja incrementada e que seja ampliado o sistema prisional.

Analisando-se os investimentos realizados pelo Estado entre 2011 e 2014 e considerando-se as inversões financeiras, verifica-se que o valor aplicado em 2014 (R\$ 2,266 bilhões) mais que dobrou em relação a 2011 (R\$ 1,025 bilhão). A variação de 2011 para 2014 foi de 121% e demonstra uma evolução positiva dos investimentos do Estado, conforme apresenta o Gráfico 24.

Gráfico 24 | Investimentos no Período de 2011 a 2014 (R\$ milhões)



⁷ Classificam-se como inversões financeiras as dotações destinadas a:

⁹ Investimentos mais inversões financeiras



I - aquisições de imóveis ou de bens de capital já em utilização;

II - aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe o aumento de capital; e

III - constituição ou aumento de capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.

Conforme Machado Jr. e Reis (2001), a distinção entre inversões financeiras e investimentos é meramente econômica, sendo que investimento seria toda aquela despesa de capital que geraria serviços e, em consequência, acréscimo ao Produto Interno Bruto. A inversão financeira, por sua vez, seria a despesa de capital que, ao contrário de investimentos, não geraria serviços e incremento ao Produto Interno Bruto. Como se vê, são noções técnicas de Economia. Portanto, a fusão das duas classificações é perfeitamente possível e desejável, sem trazer prejuízo à análise econômica.

Sob o ângulo da Administração patrimonial, tanto os investimentos como as inversões financeiras produzem alterações qualitativas e quantitativas no patrimônio público.

O aumento do valor investido evidencia que o Governo do Estado de Santa Catarina buscou, ao longo dos anos, desenvolver políticas públicas de investimentos que assegurem o desenvolvimento regional e promovam a redução de desigualdades, o incremento do trabalho e da renda, e a melhoria da cobertura e da qualidade dos serviços públicos ofertados à sociedade.

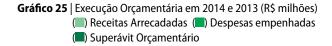
A amortização da dívida de 2014, por sua vez, foi de R\$ 562 milhões, caracterizando uma redução de 64,5% no tocante ao valor amortizado em 2013. Desse valor, R\$ 464 milhões referem-se à dívida interna e R\$ 98 milhões à dívida externa.

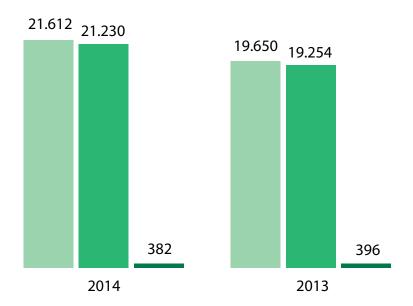
Resultado Orçamentário

A execução orçamentária demonstra os valores da arrecadação da receita e da execução da despesa empenhada em determinado período. O confronto desses valores origina o resultado orçamentário, que pode ser positivo (superávit) quando as receitas arrecadadas forem superiores às despesas empenhadas, ou negativo (déficit) quando ocorrer o inverso.

Em 2014, o resultado orçamentário apurado foi de **R\$ 382 milhões**, ocorrendo, assim, um superávit no ano, conforme apresenta o Gráfico 25.







Do total de despesas realizadas em 2014, R\$ 1,596 bilhão foi custeado com recursos do superávit financeiro de anos anteriores. Assim, se esse valor fosse suprimido e se fossem considerados apenas os recursos arrecadados no ano de 2014 e as despesas financiadas com esses recursos, o Estado apresentaria um superávit orçamentário de R\$ 1,978 bilhão.



Cumprimento dos Limites Legais e Constitucionais

Em 2014, o Estado de Santa Catarina cumpriu os limites mínimos constitucionais de aplicação em saúde e educação, os limites fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal para as despesas com pessoal, dívida pública, operações de crédito, garantias e contragarantias, assim como inscrição dos restos a pagar.

Para fins de verificação da aplicação dos mínimos constitucionais em saúde e educação, utiliza-se como base a Receita Líquida de Impostos (RLI), que agrega todas as receitas de impostos e transferências constitucionais, deduzidos os repasses aos municípios. Em 2014, a RLI foi de **R\$ 15,217 bilhões** (R\$ 13,533 bilhões em 2013).

Já para a verificação dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o parâmetro é a Receita Corrente Líquida (RCL), que compreende todas as receitas correntes do Estado, tais como: receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes, deduzidas as transferências constitucionais e legais aos municípios e ao Fundeb, bem como as contribuições dos servidores ao regime próprio de previdência, a compensação financeira entre os regimes geral e próprio de previdência, e as restituições de receitas. Em 2014, a RCL totalizou R\$ 17,836 bilhões (R\$ 15,893 bilhões em 2013), o que representou um incremento de 12% em relação a 2013.

RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS R\$15,217BILHÕES

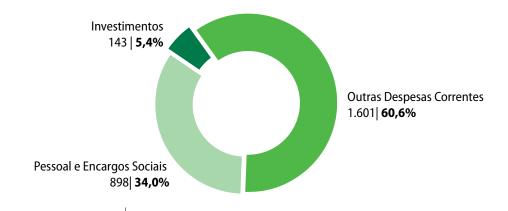
R\$17,836BILHOES

Saúde

Em 2014, foram aplicados mais de R\$ 2,642 bilhões (R\$ 2,239 bilhões em 2013) em equipamentos, obras, manutenção de hospitais públicos e convênios com hospitais terceirizados, municipais e filantrópicos, além de organizações sociais.

Os gastos com manutenção dos serviços públicos em saúde totalizaram R\$ 2,499 bilhões (R\$ 2,161 bilhões em 2013), sendo que a folha de pagamento dos servidores ativos consumiu R\$ 898 milhões (R\$ 769 milhões em 2013), e as outras despesas correntes totalizaram R\$ 1,601 bilhão (R\$ 1,393 bilhão em 2013). Os investimentos em saúde foram de R\$ 143 milhões (R\$ 77 milhões em 2013), representando um aumento de 85% em relação ao ano anterior. A distribuição desses recursos pode ser visualizada no Gráfico 26.

Gráfico 26 | Despesas na Função Saúde em 2014 (R\$ milhões)





Para fins de verificação da aplicação do mínimo constitucional ¹⁰, que tem em conta basicamente as despesas custeadas com recursos de impostos, em 2014 foram consideradas despesas no valor de R\$ 1,843 bilhão (R\$ 1,627 bilhão em 2013), representando 12,11% da receita líquida de impostos (12,02% em 2013). Esse percentual aplicado em saúde é 0,11 ponto percentual superior ao mínimo constitucional exigido.

Atendendo às ressalvas e às recomendações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCESC), desde 2011 não estão sendo consideradas as despesas com o pagamento dos inativos da Saúde no cálculo do mínimo constitucional. Além disso, a partir de 2013, foram considerados na base de cálculo da Receita Líquida de Impostos os valores arrecadados pelo Fundo de Desenvolvimento Social (FundoSocial), originários de receita tributária, em cumprimento ao disposto na decisão emanada pelo TCESC, constante no Acórdão nº 892/2010.

Tabela 27 | Aplicação do Mínimo Constitucional em Saúde em 2014 e 2013 (R\$ milhões)
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orcamentária (RREO)

SAÚDE		2014		2013
SAUDE	Valor	% RLI	Valor	% RLI
Mínimo Constitucional a ser aplicado (art. 77, ADCT, CF/88)	1.826	12	1.624	12
Despesas consideradas	1.843	12,11	1.627	12,02

■ Educação

Em 2014, o Governo Estadual aplicou R\$ 3,128 bilhões (R\$ 2,791 bilhões em 2013) na construção, na ampliação, na reforma e na manutenção de unidades escolares, centros de educação de jovens e adultos, espaços esportivos, alimentação e transporte escolar, bolsas de estudo, materiais, mobiliário, equipamentos de informática e também na remuneração do magistério. Esse montante beneficiou, aproximadamente, 560 mil alunos.

Os investimentos na educação em 2014 foram 53,74% superiores aos do ano de 2013, totalizando R\$ 200 milhões (R\$ 130 milhões em 2013). Os gastos com custeio e manutenção dos serviços públicos em educação somaram R\$ 2,928 bilhões (R\$ 2,661 bilhões em 2013), sendo que os gastos com Pessoal e Encargos Sociais totalizaram R\$ 2,138 bilhões (1,880 bilhão em 2013) e as outras despesas correntes somaram R\$ 790 milhões (R\$ 781 milhões em 2013), conforme apresenta a Tabela 28.

Tabela 28 | Despesas na Função Educação em 2014 e 2013 (R\$ milhões)

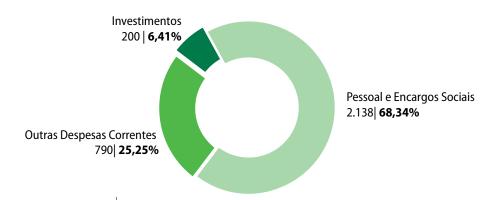
Domesta na Funcia Educação		2014		2013	Variação %
Despesas na Função Educação	Valor	%	Valor	%	2014/2013
Pessoal e Encargos Sociais	2.138	68,34%	1.880	67,36%	13,72%
Outras Despesas Correntes	790	25,25%	781	27,97%	1,15%
Investimentos	200	6,41%	130	4,67%	53,74%
TOTAL	3.128	100,00%	2.791	100,00%	12,07%

O percentual mínimo exigido pela Constituição Federal é de 12% da Receita Líquida de Impostos (RLI) (nota explicativa nº 2, m).



O Gráfico 27 ilustra a participação das despesas na função Educação no ano de 2014.

Gráfico 27 | Despesas na Função Educação em 2014 (R\$ milhões)

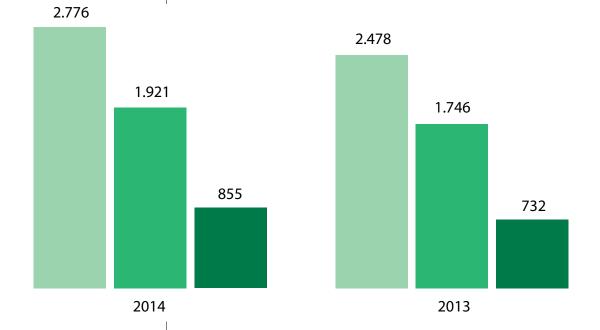


Em 2013, o Estado de Santa Catarina repassou ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) R\$ 2,776 bilhões (R\$ 2,478 bilhões em 2013). No entanto, retornou para o Tesouro do Estado apenas R\$ 1,921 bilhão (R\$ 1,746 bilhão em 2013), ocasionando uma perda de R\$ 855 milhões (R\$ 732 milhões em 2013), conforme ilustra o Gráfico 28.

Gráfico 28 | Repasses x Retorno do Fundeb em 2014 e 2013 (R\$ milhões)

☐ Repasse ao Fundeb ☐ Retorno ao Fundeb ☐ Perda

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)



Cabe destacar que os recursos do Fundeb que não retornam ao Tesouro do Estado são distribuídos entre os municípios catarinenses, pois o Fundo é formado com recursos do Estado e dos municípios, e a redistribuição desses recursos ocorre de forma proporcional ao número de alunos matriculados nas respectivas redes de ensino.

Dos recursos do retorno do Fundeb, 82,32% foram aplicados na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica (81,77% em 2013), atendendo assim ao disposto no artigo 60, XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, que determina que o percentual não pode ser inferior a 60%.



Tabela 29 | Aplicação na Remuneração do Magistério da Educação Básica em 2014 e 2013 (R\$ milhões)

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)

EDUCAÇÃO		2014		2013
Fundeb - Remuneração do Magistério	Valor	% Fundeb	Valor	% Fundeb
Mínimo Constitucional a ser aplicado (art. 60, ADCT, CF/88)	1.163	60	1.053	60
Despesas consideradas	1.596	82,32	1.435	81,77

Na apuração do mínimo constitucional, são considerados os recursos provenientes dos impostos aplicados em manutenção e desenvolvimento do ensino mais a perda que o Estado tem na transferência dos recursos do Fundeb. Além disso, foram considerados 60% (65% em 2013) das despesas com o pagamento dos inativos da Educação no valor de R\$ 782 milhões (R\$ 731 milhões em 2013). Dessa forma, para fins do limite constitucional, foram levadas em conta despesas no valor de R\$ 4,320 bilhões (R\$ 3,829 bilhões em 2013), perfazendo um total de 28,39% da receita líquida de impostos (28,30% em 2013).

Tabela 30 | Aplicação na Manutenção e no Desenvolvimento do Ensino em 2014 e 2013 (R\$ milhões)

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)

EDUCAÇÃO		2014	2013	
Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE	Valor	% RLI	Valor	% RLI
Mínimo Constitucional a ser aplicado (art. 212, CF/88)	3.804	25	3.383	25
Despesas consideradas	4.320	28,39	3.829	28,30

■ Ciência e Tecnologia

O artigo 193 da Constituição Estadual estabelece que pelo menos 2% das receitas correntes arrecadadas pelo Estado devem ser aplicadas em pesquisa científica e tecnológica, de forma conjunta¹¹, pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. (Epagri) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC).

Na apuração do mínimo constitucional, foram considerados os valores empenhados pela Epagri e pela FAPESC, bem como os valores descentralizados pela FAPESC e empenhados por Epagri, UDESC, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS), SDR de Joinville e SDR de Lages nas fontes de recursos do exercício corrente, deduzidos os restos a pagar cancelados.

Na Tabela 31, são apresentados os valores aplicados nos anos de 2014 e 2013 em ciência e tecnologia.

¹¹ Conforme os artigos 100, I, e 112, §§ 1° e 2° da Lei Complementar n° 381, de 7 de maio de 2007, com a nova redação dada pela Lei Complementar n° 534, de 20 de abril de 2011.



Especificação	2014	2013
BASE DE CÁLCULO		
Receitas Correntes	27.386.905	25.103.852
(-) Deduções da Receita Corrente	-7.678.434	-7.629.083
Total da Base de Cálculo	19.708.471	17.474.769
Valor a ser aplicado (2%)	394.169	349.495
APLICAÇÕES		
Epagri		
Função 20 - Agricultura		
Despesas Empenhadas	323.746	278.002
(-) Restos a Pagar Cancelados no Exercício	-645	-401
Total Aplicado – Epagri	323.101	277.601
FAPESC		
Função 19 - Ciência e Tecnologia		
Despesas Empenhadas pela FAPESC	30.560	33.344
(-) Restos a Pagar Cancelados no Exercício	-581	-10
Despesas Empenhadas por Descentralização:		
Na Epagri	1.857	1.531
(-) Restos a Pagar Cancelados no Exercício	-1	-1
Na UDESC	0	485
Na SDS	0	3.000
Na SDR de Joinville	5	0
Na SDR de Lages	550	0
Total Aplicado - FAPESC	32.389	38.349
Total Aplicado em Ciência e Tecnologia	355.490	315.950
Percentual Aplicado	1,80%	1,81%
Aplicação abaixo do mínimo constitucional	-38.679	-33.545

- Notas: (1) Na apuração do mínimo constitucional, foram considerados os valores empenhados por Epagri e FAPESC, bem como os valores descentralizados também por Epagri e FAPESC, e empenhados por Epagri, UDESC, Secretaria de $Estado\ do\ Desenvolvimento\ Econ\^omico\ Sustent\'avel\ (SDS),\ SDR\ de\ Joinville\ e\ SDR\ de\ Lages,\ nas\ fontes\ de\ recursos$ do exercício corrente (x1xx e x2xx, exceto x191, x198, x291 e x298), deduzidos os restos a pagar cancelados.
 - (2) Na dedução das receitas correntes, não foram consideradas as deduções da Conta 493009902 Dedução de $Amortização \ de \ Financiamentos \ Diversos, por serem \ deduções \ da \ Receita \ de \ Capital.$



Despesa com Pessoal

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 169, determinou que a "despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar".

A Lei Complementar nº 101/2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal, em seus artigos 19, 20, 22 e 59, versa sobre os limites de despesa com pessoal, previstos na Constituição Federal, e estabelece os limites de despesas com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida.

A Tabela 32 demonstra que, em 2014 e em 2013, o Estado de Santa Catarina cumpriu o limite legal estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal para as Despesas com Pessoal no tocante à Receita Corrente Líquida.

Tabela 32 | Representatividade das Despesas com Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida em 2014 e 2013

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal (RGF)

Especificação	2014	2013	Variação 2014/2013	Limite Legal	Limite Prudencial	Limite de Alerta
Poder Executivo	47,93%	46,70%	2,63%	49,00%	46,55%	44,10%
Consolidado Geral	57,55%	56,20%	2,40%	60,00%	57,00%	54,00%

Em 2014, as despesas com pessoal consolidadas do Estado de Santa Catarina, para fins da LRF, representaram 57,55% da Receita Corrente Líquida e ultrapassaram o limite prudencial (57%). Sua variação de 2013 para 2014 foi positiva, representando um aumento de 2,40%.

Da mesma forma, as despesas com pessoal do Poder Executivo representaram 47,93% da RCL e também ultrapassaram o limite prudencial. Em termos de representatividade no que diz respeito à RCL, as despesas aumentaram a sua participação em 2,63% no ano de 2014.

Analisando-se detalhadamente os itens que compõem as despesas com pessoal, constata-se que as despesas brutas com pessoal, as quais representam quase a totalidade do desembolso financeiro da folha de pagamento, cresceram 14,65% em 2014 no consolidado geral do Estado e 15,16% no Poder Executivo, enquanto a Receita Corrente Líquida cresceu 12,22%. O valor e a variação de cada item que compõe o cálculo das despesas com pessoal, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal, são demonstrados na Tabela 33.



ASPECTOS FINANCEIROS

Tabela 33 | Despesas com Pessoal conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal em 2014 e 2013 (R\$ milhões)

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal (RGF)

Especificação	2014	2013	Variação % 2014/2013
CONSOLIDADO		-	
Despesa Bruta com Pessoal (I)	12.081	10.537	14,65%
Pessoal Ativo	7.909	6.941	13,94%
Pessoal Inativo e Pensionistas	4.147	3.570	16,16%
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização	25	26	-5,38%
Despesas Não Computadas (art. 19, § 1º da LRF) (II)	1.816	1.605	13,11%
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	158	82	93,25%
Decorrentes de Decisão Judicial	140	130	7,36%
Despesas de Exercícios Anteriores	90	123	-26,68%
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.427	1.270	12,38%
Despesa Líquida com Pessoal (I - II)	10.265	8.932	14,92%
PODER EXECUTIVO			
Especificação	2014	2013	Variação % 2014/2013
Despesa Bruta com Pessoal (I)	9.857	8.560	15,16%
Pessoal Ativo	6.126	5.362	14,25%
Pessoal Inativo e Pensionistas	3.707	3.172	16,88%
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização	25	26	-5,38%
Despesas Não Computadas (art. 19, § 1º da LRF) (II)	1.309	1.137	15,05%
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	60	24	153,60%
Decorrentes de Decisão Judicial	59	36	64,71%
Despesas de Exercícios Anteriores	55	85	-35,26%
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.135	993	14,26%
Despesa Líquida com Pessoal (I - II)	8.549	7.422	15,18%
Receita Corrente Líquida	17.836	15.893	12,22%

- Notas: (1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.
 - (2) Conforme o artigo 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal, a despesa total com pessoal compreende o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, inativos e os pensionistas com quaisquer espécies remuneratórias. Dessa forma, não foram incluídos no cálculo os valores referentes a verbas indenizatórias, como diárias, auxílioalimentação e auxílio-moradia. Também não foram consideradas as despesas empenhadas no item orçamentário 3.3.90.37 - locação de mão de obra - serviços terceirizados e as pensões especiais.
 - $(3) \ \ As \ despesas \ com \ verbas \ indenizat\'orias, decorrentes \ da \ aplicação \ das \ Leis \ Complementares \ Estaduais \ n^{os} \ 609, 611$ $e\ 614/2013\ e\ da\ Lei\ Estadual\ n^{o}\ 16.160/2013, n\~{a}o\ foram\ consideradas\ no\ c\'{a}lculo\ das\ despesas\ com\ pessoal\ por$ não estarem enquadradas no conceito do artigo 18 da LRF.
 - (4) Nas despesas com pessoal consolidadas, foram considerados os valores publicados pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e pelo Ministério Público, bem como as despesas com pessoal da Defensoria Pública e da Procuradoria-Geral junto ao Tribunal de Contas.
 - (5) Nas despesas com pessoal do Poder Executivo, não foram consideradas as despesas com pessoal da Defensoria Pública Estadual e da Procuradoria-Geral junto ao Tribunal de Contas, em virtude de suas autonomias orçamentária e financeira, conforme dispõem o artigo 134 da Constituição Federal (com redação dada pelas Emendas $Constitucionais\,n^{os}\,45/2004\,e\,80/2014)\,e\,o\,artigo\,107\,da\,Lei\,Complementar\,Estadual\,n^{o}\,202/2000, respectivamente.$



■ Dívida Consolidada Líquida

A Dívida Consolidada Líquida corresponde ao valor da Dívida Pública Consolidada menos as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros, que são valores a receber líquidos e certos.

Os limites da dívida são definidos pela Resolução nº 40/2001, do Senado Federal, conforme estabelecido no artigo 52 da Constituição Federal de 1988.

De acordo com a Resolução do Senado, até o final de 2017 (quinze anos após a Resolução ser sancionada), o montante da Dívida Consolidada Líquida dos Estados deve estar limitado a duas vezes a Receita Corrente Líquida anual.

A Tabela 34 apresenta o resumo do Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida, nos exercícios de 2014 e 2013, o qual expõe que, em 2014, a Dívida Consolidada Líquida totalizou R\$ 8,051 bilhões, correspondendo ao percentual de 45,14% da RCL (47,92% em 2013) e atendendo ao limite estabelecido pela Resolução do Senado Federal.

O Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida abrange todos os Poderes do Estado e compõe o Relatório de Gestão Fiscal, com o objetivo de assegurar a transparência das obrigações contraídas pelos entes da Federação e verificar os limites de endividamento de que trata a legislação, além de outras informações relevantes sobre o tema.

Tabela 34 | Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida em 2014 e 2013 (R\$ milhões) Fonte: Relatório de Gestão Fiscal (RGF)

Dívido Consolidado Líquido		2014		2013
Dívida Consolidada Líquida	Valor	% RCL	Valor	% RCL
Limite definido por Resolução do Senado Federal	35.671	200	31.786	200
Dívida Consolidada Líquida	8.051	45,14	7.615	47,92

Operações de Crédito

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (artigo 29, inciso III), a Operação de Crédito corresponde ao compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.

Conforme a Resolução nº 43/2001, artigo 7º, inciso I, do Senado Federal, o limite para operações de crédito internas e externas é de 16% sobre a Receita Corrente Líquida, e o limite para operação de crédito por antecipação da receita é de 7% sobre a RCL.

Em 2014, foi liberado um montante de R\$ 1,743 bilhão em recursos de Operações de Crédito Internas e Externas. Desse total, aproximadamente 98% dos recursos liberados foram provenientes das Operações de Crédito Internas, com destaque para as liberações dos contratos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que representaram 66% dos valores totais recebidos.

As operações de crédito internas e externas do Estado, consideradas para fins de verificação do limite acima citado, totalizaram R\$ 1,530 bilhão em 2014 (R\$ 961,31 milhões em 2013) e representaram 8,58% da Receita Corrente Líquida (6,05% em 2013). No ano, não houve operações de crédito por antecipação da receita.



Vale lembrar que, conforme estabelece a referida resolução, não são consideradas, para fins de verificação do limite, as operações de crédito contratadas pelos estados, com a União, organismos multilaterais de crédito ou instituições oficiais federais de crédito ou de fomento, com a finalidade de financiar projetos de investimento para a melhoria da administração das receitas e da gestão fiscal, financeira e patrimonial, no âmbito de programa proposto pelo Poder Executivo Federal.

A Tabela 35 demonstra que no percentual de comprometimento das receitas de operações de crédito realizadas, em relação à Receita Corrente Líquida, o Estado atendeu ao disposto na Resolução nº 43/2001, ficando abaixo do limite estabelecido.

Tabela 35 | Operações de Crédito em 2014 e 2013 (R\$ milhões)

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal (RGF)

On any affine de Cuédite	2014			2013	
Operações de Crédito —	Valor	% RCL	Valor	% RCL	
Limite definido pelo Senado Federal para Operações Internas e Externas	2.854	16	2.543	16	
Operações de Crédito Internas e Externas	1.530	8,58	961	6,05	
Limite definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação de Receita	1.248	7	1.113	7	
Operações de Crédito por Antecipação de Receita	-	-	-	-	

■ Garantias e Contragarantias

O saldo de garantias concedidas pelo Governo do Estado, ao final de dezembro de 2014, foi de R\$ 620 milhões (R\$ 787 milhões em 2013), representando 3,48% da RCL (4,95% em 2013) e atendendo ao limite máximo de 22%, estabelecido pelo artigo 9º da Resolução do Senado nº 43/2001.

As contragarantias recebidas pelo Estado totalizaram R\$ 620 milhões ao final do ano de 2014 (756 milhões em 2013), em decorrência de contratos de financiamentos firmados entre a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN) e a Caixa Econômica Federal (CEF), e um contrato de financiamento entre a CASAN e a Agence Française de Développement (AFD). Todos os contratos referem-se às intervenções em abastecimento de água e esgotamento sanitário em municípios do Estado.

Tabela 36 | Garantias concedidas em 2014 e 2013 (R\$ milhões)

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal (RGF)

Carantina Canacadidae		2014		2013
Garantias Concedidas —	Valor	% RCL	Valor	% RCL
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	3.924	22	3.496	22
Total de Garantias	620	3,48	787	4,95

lotas: (1) O Estado assinou dois contratos de garantia com a Caixa Econômica Federal (CEF) e dois contratos de contragarantia com a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN), em decorrência de 18 contratos de financiamentos firmados entre a CEF e a CASAN, no valor total de R\$ 302.002.093,35, referentes a intervenções

em abastecimento de água e esgotamento sanitário em alguns municípios do Estado.

(2) O Estado assinou um contrato de garantia com a Agence Française de Développement (AFD) e um contrato de contragarantia com a CASAN em decorrência do financiamento firmado, no valor total de 99.756.455,08 €, destinado à implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário Coletivo no Estado de Santa Catarina.



Inscrição dos Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa

Os restos a pagar são as despesas empenhadas e não pagas até o término do exercício. Dividem-se em restos a pagar processados (despesas liquidadas e não pagas) e restos a pagar não processados (despesas empenhadas e não liquidadas).

Para a inscrição de despesas em restos a pagar, o ente público deve comprovar que possui recursos disponíveis para honrar os compromissos e observar se os recursos são legalmente vinculados à finalidade específica para a qual serão utilizados.

Em 2014, o Estado de Santa Catarina inscreveu em restos a pagar o montante de R\$ 494,981 milhões (R\$ 675 milhões em 2013), sendo R\$ 57,233 milhões processados e R\$ 437,748 milhões não processados.

A disponibilidade de caixa bruta menos as obrigações financeiras¹² totalizou, em 2014, R\$ 3,324 bilhões (após a inscrição dos restos a pagar processados e antes da inscrição dos restos a pagar não processados). Após a inscrição dos restos a pagar não processados, a disponibilidade financeira restante foi de R\$ 2,887 bilhões (R\$ 2,245 bilhões em 2013), representando o superávit financeiro do exercício¹³.

Disponibilidade de Caixa Líquida – Restos a Pagar Não Processados – R\$ 438 milhões – R\$ 2,887 bilhões

Tabela 37 | Disponibilidades Financeiras x Restos a Pagar – Consolidado Geral (R\$ milhões) Fonte: Relatório de Gestão Fiscal (RGF)

Destinação dos Recursos	•	onibilidade Obrigações Restos a Pagar Financeira Financeiras ¹⁴ Não Processados Inscritos		essados	Disponibilidade após a Inscrição de Restos a Pagar			
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Recursos Vinculados	6.823	5.494	4.422	3.685	272	376	2.128	1.433
Recursos Vinculados à Saúde	254	213	33	49	135	145	86	19
Recursos Vinculados à Educação	143	224	2	8	21	26	120	190
Recursos Destinados ao RPPS/SC	529	350	1	1	2	2	526	347
Demais Recursos Vinculados	5.896	4.707	4.385	3.627	115	204	1.396	876
Recursos Não Vinculados	946	1.025	22	14	165	199	758	812
TOTAL	7.769	6.520	4.444	3.699	438	576	2.887	2.245

Resultado Primário

O resultado primário é a diferença entre a receita primária (receita total deduzidas as receitas financeiras) e a despesa primária (despesa total deduzidas as despesas financeiras). De forma simples, pode-se considerar que as receitas e as despesas primárias são aquelas típicas de operações do Governo, não sendo inclusas aí as receitas de



¹² As obrigações financeiras são compostas pelas consignações, pelos depósitos de diversas origens e por outras obrigações financeiras resultantes de operações realizadas com terceiros, independentemente da execução orçamentária. No montante, já estão inclusos os valores inscritos em restos a pagar processados.

¹³ O relatório de cálculo do superávit financeiro é apresentado no Volume II do Balanço Geral.

aplicações financeiras, de operações de crédito, de amortização de empréstimos, nem de alienação de bens. Do lado da despesa, não são consideradas as despesas com juros e amortização da dívida, bem como as concessões de empréstimos.

Portanto, do lado das receitas não são considerados recursos de empréstimos obtidos, por exemplo. Porém, ao se utilizar esses recursos para o financiamento de investimentos importantes para o Estado, o resultado primário do período poderá ser deficitário, uma vez que os investimentos são despesas de capital (despesas primárias). Já as operações de crédito caracterizam-se como receitas financeiras, ou seja, não são receitas primárias. Dessa forma, é gerado o desequilíbrio do resultado primário.

Além disso, é importante destacar que uma parcela das despesas executadas é custeada com recursos de sobras de caixa de exercícios anteriores (superávit financeiro). Essas sobras são consideradas como receitas no exercício em que foram arrecadadas, por isso, quando utilizadas para custear despesas em exercícios subsequentes à sua arrecadação, geram déficits primários.

No ano de 2014, o Estado de Santa Catarina apresentou um déficit primário de **R\$ 555,788 milhões**, não atingindo a meta da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que fixou um superávit primário de R\$ 498,382 milhões.

O resultado primário do ano de 2014 foi afetado, principalmente, pelas despesas custeadas com sobras de caixa do ano anterior, que somaram R\$ 1,596 bilhão, bem como pelos investimentos realizados com recursos provenientes de operações de crédito, que somaram R\$ 882,008 milhões. As principais operações de crédito dizem respeito à instituição do Programa Pacto por SC, que prevê a realização de investimentos na ordem de R\$ 10 bilhões. Enquanto as obras do Pacto forem realizadas, o resultado primário do período será afetado.

O resultado primário continuará sendo afetado negativamente sempre que forem utilizados recursos de superávits de exercícios anteriores e que forem realizados investimentos tendo como fonte receitas de operações de crédito, pois as despesas primárias serão maiores que as receitas primárias, gerando assim um desequilíbrio no resultado primário.

O resultado primário negativo do Estado de Santa Catarina também foi verificado em nível nacional. Segundo o Banco Central, a União, os estados e os municípios fecharam 2014 com déficit de 32,5 bilhões. Esse é o primeiro resultado negativo registrado pelo Banco Central na série histórica iniciada em dezembro de 2001.

■ Resultado Nominal

O objetivo do Resultado Nominal é medir a evolução da Dívida Fiscal Líquida entre o exercício anterior e o exercício atual.

De acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais, editado pela Secretaria do Tesouro Nacional, a dívida fiscal líquida corresponde à dívida consolidada líquida, somada às receitas de privatização, deduzidos os passivos reconhecidos, decorrentes de déficits ocorridos em exercícios anteriores. Já a dívida consolidada líquida (DCL) corresponde ao saldo da dívida consolidada, deduzida do ativo disponível (disponibilidade de caixa bruta) e dos haveres financeiros, sendo esses últimos líquidos dos restos a pagar processados.

Dessa forma, a diferença entre a Dívida Fiscal Líquida de 2013, que totalizou R\$ 5,359 bilhões, e a Dívida Fiscal Líquida de 2014, que totalizou R\$ 5,875 bilhões, gerou um Resultado Nominal positivo de **R\$ 516 milhões**, ou seja, um acréscimo da Dívida Fiscal Líquida.





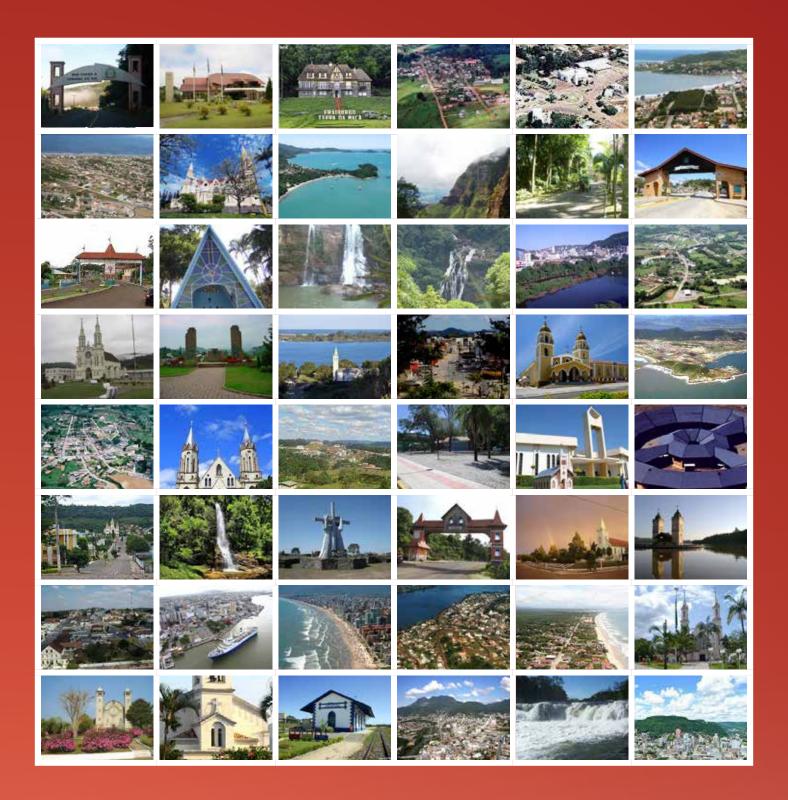


Na Tabela 38, apresenta-se um resumo dos principais indicadores e resultados do Estado de Santa Catarina nos anos de 2014 e 2013.

Tabela 38 | Resumo do Resultado do Estado de Santa Catarina em 2014 e 2013 (R\$ milhões)

		2014		2013
SAÚDE	VALOR	% RLI	VALOR	% RLI
Mínimo Constitucional a ser aplicado (art. 77, ADCT, CF/88)	1.826	12	1.624	12
Despesas consideradas	1.843	12,11	1.627	12,02
EDUCAÇÃO - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE	VALOR	% RLI	VALOR	% RLI
Mínimo Constitucional a ser aplicado (art. 212, CF/88)	3.804	25	3.383	25
Despesas consideradas	4.320	28,39	3.829	28,30
EDUCAÇÃO - Fundeb - Remuneração do Magistério	VALOR	% Fundeb	VALOR	% Fundeb
Mínimo Constitucional a ser aplicado (art. 60, ADCT, CF/88)	1.163	60	1.053	60
Despesas consideradas	1.596	82,32	1.435	81,77
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	VALOR	% Receita Corrente	VALOR	% Receita Corrente
Mínimo Constitucional a ser aplicado (art. 193, CE/89)	394	2	349	2
Despesas consideradas	355	1,80	316	1,81
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		17.836		15.893
RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS		15.217		13.533
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% RCL	VALOR	% RCL
Limite Máximo (art. 20, inc. I, II e III, LRF)	10.701	60	9.536	60
Limite Prudencial (art. 22, parágrafo único, LRF)	10.166	57	9.059	57
Despesa Total com Pessoal	10.265	57,55	8.932	56,2
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	VALOR	% RCL	VALOR	% RCL
Limite definido por Resolução do Senado Federal	35.671	200	31.786	200
Dívida Consolidada Líquida	8.051	45,14	7.615	47,92
GARANTIAS CONCEDIDAS	VALOR	% RCL	VALOR	% RCL
Limite definido por Resolução do Senado Federal	3.924	22	3.496	22
Total de Garantias	620	3,48	787	4,95
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% RCL	VALOR	% RCL
Limite definido pelo Senado Federal para Operações Internas e Externas	2.854	16	2.543	16
Operações de Crédito Internas e Externas	1.530	8,58	961	6,05
Limite definido pelo Senado Federal para Operações Antecipação de Receitas	1.248	7	1.113	7
Operações de Crédito por Antecipação de Receita	_		-	-
RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR		VALOR	
Meta Estabelecida na LDO	498		1.523	
Resultado Apurado	-556		296	
RESULTADO NOMINAL	VALOR		VALOR	
Meta Estabelecida na LDO	-35		-138	
Resultado Apurado	516		1.370	
RESTOS A PAGAR	VALOR		VALOR	
Disponibilidade de Caixa Líquida antes da Inscrição de Restos a Pagar	3.382		2.920	
Inscrição de Restos Processados	57		99	
Disponibilidade de Caixa Líquida antes da Inscrição de Restos Não Processados	3.324		2.821	
Inscrição de Restos Não Processados	438		576	







BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - CONSOLIDADO GERAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2014

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c = (b - a)
RECEITAS CORRENTES	19.248.1 63	19.248.163	19.708.473	460.310
RECEITA TRIBUTÁRIA	11.026.934	11.026.934	11.612.600	585.666
Impostos	10.540.779	10.540.779	11.079.674	538.895
Taxas	486.155	486.155	532.926	46.771
Contribuição de Melhoria	0	0	0	0
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.462.657	1.462.657	1.533.140	70.482
Contribuições Sociais	1.462.657	1.462.657	1.533.140	70.482
Contribuições Econômicas	-	_	-	-
RECEITA PATRIMONIAL	402.198	402.198	592.641	190.443
Receitas Imobiliárias	6.434	6.434	6.498	65
Receitas de Valores Mobiliários	382.657	382.657	566.983	184.326
Receitas de Concessões e Permissões	12.093	12.093	7.839	-4.254
Receita de Cessão de Direitos	0	0	10.019	10.019
Outras Receitas Patrimoniais	1.014	1.014	1.302	287
receita agropecuária	2.522	2.522	1.220	-1.302
Receita da Produção Vegetal	1.237	1.237	740	-497
Receita da Produção Animal e Derivados	1.277	1.277	480	-796
Outras Receitas Agropecuárias	9	9	0	-9
RECEITA INDUSTRIAL	19.524	19.524	5.076	-14.448
Receita da Indústria de Transformação	10.946	10.946	72	-10.875
Receita da Indústria de Construção	8.577	8.577	5.004	-3.573
Outras Receitas Industriais	0	0	0	0
RECEITA DE SERVIÇOS	629.195	629.195	674.060	44.865
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.131.178	5.131.178	4.615.268	-515.910
Transferências Intragovernamentais (nota explicativa nº 25)	4.125.415	4.125.415	3.821.403	-304.012
Transferências de Instituições Privadas	808.960	808.960	685.954	-123.006
Transferências do Exterior	0	0	0	0
Transferências de Pessoas	400	400	426	26
Transferências de Convênios	196.403	196.403	107.485	-88.918
Transferências para o Combate à Fome	-		-	-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	573.954	573.954	674.468	100.514
Multas e Juros de Mora	134.453	134.453	172.342	37.888
Indenizações e Restituições	191.476	191.476	211.351	19.874
Receita da Dívida Ativa	12.149	12.149	54.469	42.319
Receitas Correntes Diversas	235.875	235.875	236.307	433

Continua na página 107



Continuação da pagina 100				Ny minare
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c = (b - a)
RECEITAS DE CAPITAL	2.045.173	2.045.173	1.903.638	-141.536
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.927.570	1.927.570	1.743.428	-184.142
Operações de Crédito Internas	1.584.240	1.584.240	1.617.948	33.708
Operações de Crédito Externas	343.330	343.330	125.480	-217.850
ALIENAÇÃO DE BENS	10.212	10.212	6.391	-3.821
Alienação de Bens Móveis	5.019	5.019	5.879	860
Alienação de Bens Imóveis	5.193	5.193	512	-4.682
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	41.113	41.113	19.923	-21.189
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	62.743	62.743	26.981	-35.762
Transferências Intergovernamentais	11.234	11.234	3.632	-7.603
Transferências de Instituições Privadas	0	0	0	0
Transferências do Exterior	0	0	0	0
Transferências de Pessoas	0	0	0	0
Transferências de Outras Instituições Públicas	0	0	0	0
Transferências de Convênios	51.509	51.509	23.349	-28.160
Transferências para o Combate à Fome				-
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	3.535	3.535	106.915	103.379
Integralização do Capital Social	0	0	8.621	8.621
Dív. Ativa Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.				-
Restituições		_	_	-
Receitas de Capital Diversas	3.535	3.535	98.293	94.758
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	21.293.336	21.293.336	21.612.111	318.775
REFINANCIAMENTO (II)	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-			-
Contratual	-		-	-
Operações de Crédito Externas	-			-
Mobiliária	-	-		-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I + II)	21.293.336	21.293.336	21.612.111	318.775
DÉFICIT (IV)	-	-	-	-
Total (V) = (III) + (IV)	21.293.336	21.293.336	21.612.111	318.775
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PAR	A CRÉDITOS ADIC	IONAIS)		
Superávit Financeiro		2.032.856	1.596.005	
Reabertura de Créditos Adicionais				
			Cantinua	na nágina 100

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - CONSOLIDADO GERAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2014

Continuação da página 107

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	
DESPESAS CORRENTES	17.271.081	19.680.744	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.358.877	12.397.002	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	748.493	868.011	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.163.710	6.415.730	
DESPESAS DE CAPITAL	3.918.469	5.227.377	
INVESTIMENTOS	3.325.328	4.543.546	
INVERSÕES FINANCEIRAS	25.141	86.866	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	568.000	596.965	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.000	-	
RESERVA DO RPPS	102.786	102.786	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	21.293.336	25.010.907	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (VII)	-	-	
Amortização da Dívida Interna	-	-	
Dívida Mobiliária	-	-	
Outras Dívidas	-	-	
Amortização da Dívida Externa	-	-	
Dívida Mobiliária	-	-	
Outras Dívidas	-	-	
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) = (VI + VII)	21.293.336	25.010.907	
SUPERÁVIT (IX)	-	-	
TOTAL(X) = (VIII + IX)	21.293.336	25.010.907	

R\$ milhares

			TQ TITITICS
DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i) = (e - f)
18.402.189	18.096.441	18.049.747	1.278.555
12.251.875	12.236.979	12.230.896	145.127
810.888	810.888	810.888	57.123
5.339.426	5.048.575	5.007.963	1.076.304
2.827.924	2.695.924	2.685.385	2.399.453
2.191.033	2.059.033	2.048.494	2.352.513
74.936	74.936	74.936	11.929
561.955	561.955	561.955	35.011
-	-	-	-
-	-	-	102.786
21.230.114	20.792.365	20.735.132	3.780.793
-	-	-	-
-	-	-	-
-	-	-	-
-	-	-	-
-	-	-	-
-	-	-	-
-	-	-	-
21.230.114	20.792.365	20.735.132	3.780.793
381.997	-	-	-
21.612.111	20.792.365	20.735.132	3.780.793

Anexo 1

Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar Não Processados

R\$ milhares

		INSCRITOS				SALDO (f)=(a+b-c-e)
Restos a Pagar Não Processados	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício de 2013 (b)	LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	
Despesas Correntes	0	363.030	184.611	184.598	178.419	0
Pessoal e Encargos Sociais	0	9.135	7.563	7.563	1.572	0
Juros e Encargos da Dívida	0	0	0	0	0	0
Outras Despesas Correntes	0	353.895	177.048	177.035	176.847	0
Despesas de Capital	0	212.688	124.272	124.272	88.416	0
Investimentos	0	212.128	124.169	124.169	87.959	0
Inversões Financeiras	0	560	102	102	458	0
Amortização da Dívida	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	575.718	308.883	308.870	266.835	0

Anexo 2

Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados

R\$ milhares

		INSCRITOS			
Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício de 2013 (b)	PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e)=(a+b-c-d)
Despesas Correntes	0	59.772	56.068	3.704	0
Pessoal e Encargos Sociais	0	2.937	2.937	0	0
Juros e Encargos da Dívida	0	0	0	0	0
Outras Despesas Correntes	0	56.835	53.132	3.704	0
Despesas de Capital	0	39.649	38.820	829	0
Investimentos	0	39.649	38.820	829	0
Inversões Financeiras	0	0	0	0	0
Amortização da Dívida	0	0	0	0	0
TOTAL	0	99.421	94.888	4.533	0

BALANÇO FINANCEIRO - CONSOLIDADO GERAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2014 e de 2013

INGRESSOS			
SPECIFICAÇÃO	2014	2013	
eceita Orçamentária (I)	21.612.111	19.650.193	
Receita	29.290.544	27.279.363	
Receitas Correntes	26.167.766	24.082.819	
Receitas Tributárias	18.686.678	16.564.139	
Receita de Contribuições	629.805	534.641	
Receita Patrimonial	621.305	516.508	
Receita Agropecuária	1.221	1.249	
Receita Industrial	5.076	9.939	
Receita de Serviços	493.352	436.651	
Transferências Correntes	5.062.353	5.374.739	
Outras Receitas Correntes	667.975	644.952	
Receitas de Capital	1.895.017	2.169.338	
Operações de Crédito	1.743.428	2.057.900	
Alienação de Bens	6.391	5.449	
Amortização de Empréstimos	19.924	16.255	
Transferências de Capital	26.981	89.734	
Outras Receitas de Capital	98.293	0	
Receitas Intraorçamentárias Correntes	1.219.140	1.021.033	
Receita de Contribuições	906.550	800.919	
Receita Patrimonial	1.423	1.197	
Receita Industrial	0	280	
Receita de Serviços	180.895	155.923	
Outras Receitas Correntes	130.272	62.714	
Receitas Intraorçamentárias de Capital	8.621	6.172	
Outras Receitas de Capital	8.621	6.172	
Deduções	7.678.434	7.629.170	
Deduções da Receita Corrente	7.678.433	7.629.083	
Deduções da Receita Tributária	7.074.078	6.320.974	
Dedução das Contribuições Sociais	3.216	5.942	
Dedução da Receita Patrimonial	30.087	31.351	
Dedução da Receita Agropecuária	1	0	
Dedução da Receita de Serviços	187	251	
Transferências Correntes	447.085	1.096.508	
Outras Deduções	123.779	174.058	
Deduções da Receita de Capital	1	87	
Dedução da Alienação de Outros Bens Móveis	0	87	
Dedução da Amortização de Empréstimos	1	0	
ansferências Financeiras Recebidas (II)	59.890.826	53.972.036	
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	16.816.761	14.856.643	
Transferências Recebidas Independentes da Execução Orçamentária	40.382.456	36.849.910	
Transferências Recebidas - Aportes RPPS	2.691.609	2.265.482	
ecebimentos Extraorçamentários (III)	13.402.954	12.061.827	
Inscrição de Restos a Pagar Processados	57.233	99.421	
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	437.748	575.718	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	8.848.298	7.689.327	
Aplicações do RPPS	4.059.655	3.692.486	
VPA Cancelamento de Retenção	20	16	
•	0	0	
VPA Compensação de Créditos		1.050	
VPA Compensação de Créditos Incorporação de Saldos Financeiros	0.1	4 859	
Incorporação de Saldos Financeiros	6.175.639	4.859 4.667.396	
1 3	0,1 6.175.639 6.175.639	4.859 4.667.396 4.667.396	

R\$ milhares

	DISPÊNDIOS		
	ESPECIFICAÇÃO	2014	2013
	Despesa Orçamentária (VI)	21.230.114	19.254.340
	Despesas Correntes	18.402.189	16.175.396
	Pessoal e Encargos Sociais	12.251.875	10.558.885
	Juros e Encargos da Dívida	810.888	668.313
	Outras Despesas Correntes	5.339.426	4.948.197
	Despesas de Capital	2.827.924	3.078.944
	Investimentos	2.191.033	1.251.048
	Inversões Financeiras	74.936	244.798
	Amortização da Dívida	561.955	1.583.099
_			
		_	
_		_	
_			
	•		
	Transferências Financeiras Concedidas (VII)	59.882.547	53.984.527
	Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	16.808.482	14.864.923
	Transferências Concedidas Independentes da Execução Orçamentária	40.382.456	36.854.122
	Transferências Concedidas - Aportes RPPS	2.691.609	2.265.482
	Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	12.729.562	10.936.945
	Pagamento de Restos a Pagar Processados	94.888	44.363
	Pagamento de Restos a Pagar Não Processados	308.870	166.279
	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	8.076.450	6.931.493
	Aplicações do RPPS	4.244.768	3.780.262
	Restos a Pagar Não Processados - Retenções a Pagar	13	320
	Perda da Aplicação Financeira RPPS	3.931	14.209
	Desincorporação de Saldos Financeiros	642	18
	Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)	7.239.307	6.175.639
	Caixa e Equivalente de Caixa	7.239.307	6.175.639
	TOTAL(X) = (VI+VII+VIII+IX)	101.081.530	90.351.451



BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL

em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013

A T I V O	NOTA	24/42/2044	24/42/2242	
ESPECIFICAÇÃO	EXPLICATIVA	31/12/2014	31/12/2013	
ATIVO CIRCULANTE		12.395.049	10.170.836	
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	9.039.326	7.500.538	
Créditos a Curto Prazo		1.206.568	1.386.255	
Clientes	4	62.041	66.824	
Créditos Tributários a Receber	5	1.131.410	1.306.286	
Dívida Ativa Tributária	6_	387	414	
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	7	12.730	12.730	
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	8	1.273.110	686.460	
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	9	529.435	344.737	
Estoques	10	343.182	249.166	
VPDs Pagas Antecipadamente	11	3.427	3.678	
ATIVO NÃO CIRCULANTE		16.768.934	10.671.498	
Ativo Realizável a Longo Prazo		2.569.647	1.941.927	
Créditos a Longo Prazo		2.300.455	1.805.410	
Créditos Tributários a Receber	5	1.956.022	1.427.668	
Dívida Ativa Tributária	6	53.500	77.559	
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	7	290.933	300.182	
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	8	146.433	118.574	
Estoques	10	16.604	16.589	
VPDs Pagas Antecipadamente	11	106.154	1.354	
Investimentos	12	3.226.098	3.190.399	
<u>Imobilizado</u>	13	10.810.933	5.432.284	
<u>Intangível</u>	14	162.256	106.887	
TOTAL		29.163.983	20.842.333	
TOTAL		27.103.703	20.042.333	
ATIVO FINANCEIRO		9.623.934	7.887.088	
ATIVO PERMANENTE		19.540.049	12.955.245	
SALDO PATRIMONIAL				
SALDO DOS ATOS POTENCIA	AIS ATIVOS			
		31/12/2014	31/12/2013	
Garantias e Contragarantias Recebidas		846.143	990.634	
Responsabilidades de Terceiros por Valores, Títulos e Bens		47.006	270.700	
Responsáveis em Apuração		85.763	79.460	
TOTAL		978.912	1.340.794	

R\$ milhares

		P	ASSIVO
ESPECIFICAÇÃO	NOTA EXPLICATIVA	31/12/2014	31/12/2013
PASSIVO CIRCULANTE		8.015.032	6.737.870
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar	15	149.279	144.379
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	16	753.561	570.265
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	17	196.314	207.106
Obrigações Fiscais	18	16.453	10.490
Provisões a Curto Prazo	19	504.724	611.074
Demais Obrigações a Curto Prazo	20	6.394.701	5.194.557
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		18.751.255	16.322.265
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	15	732.578	837.853
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	16	14.613.508	12.660.682
 Fornecedores a Longo Prazo	17	1.359.086	1.307.708
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	18	242.426	241.200
Provisões a Longo Prazo	19	816.184	378.821
Demais Obrigações a Longo Prazo	20	469.780	521.165
Resultado Diferido	21	517.693	374.836
TOTAL DO PASSIVO		26.766.287	23.060.136
 DATDIMÂNIO I ÍOUDO		2 207 606	(2.247.002)
 PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.397.696	(2.217.802)
 Patrimônio Social e Capital Social		198.097	189.476
 Reservas de Capital		368	368
 Demais Reservas		8.088	8.088
Resultados Acumulados		2.191.143	(2.415.735)
TOTAL		29.163.983	20.842.333
PASSIVO FINANCEIRO		6.681.996	5.024.028
PASSIVO PERMANENTE		20.521.975	18.036.108
		1.960.012	(2.217.802)
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PA	SSIVOS		
	'	31/12/2014	31/12/2013
Garantias e Contragarantias Concedidas		620.249	787.080
Outros Instrumentos Congêneres a Liberar		466.491	-
 Obrigações Contratuais a Executar		16.005.140	-
Responsabilidades com Terceiros por Valores, Títulos e Bens		90.420	83.409
Controle de Riscos Fiscais e Passivos Contingentes	23	9.147.871	8.007.381
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres		-	690.433
Outros Atos Potenciais Passivos	-		
TOTAL		26.330.171	9.568.303



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2014 e de 2013

R\$ milhares

	NOTA EXPLICATIVA	2014	2013
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	LAFEICATIVA		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		121.381.913	85.838.802
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	26	19.905.343	19.778.128
Impostos sobre o Patrimônio e a Renda - Consolidação		2.518.237	2.332.589
Impostos sobre a Produção e a Circulação - Consolidação		16.645.435	16.784.846
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia - Consolidação		488.609	441.662
Taxas pela Prestação de Serviços - Consolidação	-	253.062	219.031
Contribuições		1.515.351	1.309.442
Contribuições Sociais - RPPS - Consolidação		626.424	530.030
Contribuições Sociais - RPPS - Intra OFSS		888.927	779.402
Contribuição sobre Receita de Concurso de Prognóstico - Consolidação		-	10
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		808.299	726.927
Venda Bruta de Mercadorias - Consolidação		17.123	17.018
Venda Bruta de Mercadorias - Intra OFSS			710
Venda Bruta de Produtos - Consolidação		6.784	11.299
Venda Bruta de Produtos - Intra OFSS			683
Valor Bruto de Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços - Consolidação		611.820	609.866
Valor Bruto de Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços - Intra OFSS	-	172.794	88.947
Dedução Valor Bruto de Explor. de Bens, Direitos e Prest. de Serviços - Consolidação		(221)	(1.596)
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		1.647.254	1.220.649
Transferências e Delegações Recebidas	26	68.587.794	61.525.339
Valorização e Ganhos com Ativos		923.142	44.883
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		27.994.730	1.233.433
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		120.070.646	86.115.381
Pessoal e Encargos		8.488.171	7.528.988
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		4.236.446	3.631.066
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		3.465.532	2.900.880
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		2.394.039	1.937.942
Transferências e Delegações Concedidas		71.655.932	64.241.123
Desvalorização e Perda de Ativos		1.730.839	2.135.928
Tributárias		175.462	151.568
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		27.924.225	3.587.885
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	27	1.311.266	(276.579)
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (DECORRENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA)			
Incorporação de ativo		1.562.459	1.130.382
Desincorporação de Passivo		561.955	1.583.099
Incorporação de Passivo		1.743.428	2.064.073
Desincorporação de Ativo		26.315	21.705



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - CONSOLIDADO GERAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2014 e de 2013

r chodol sameno a secembro de 2011 e de 2015			R\$ milhare
	NOTA EXPLICATIVA	2014	2013
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	EXT EXCITION		
INGRESSOS		79.610.633	51.778.680
RECEITAS DERIVADAS		13.333.275	11.656.190
Receitas Tributárias		11.612.600	10.243.165
Receitas de Contribuições		1.533.140	1.329.532
Outras Receitas Derivadas		187.535	83.494
RECEITAS ORIGINÁRIAS		1.759.931	1.540.261
Receita Patrimonial		43.310	206.688
Receita Agropecuária		1.220	1.249
Receita Industrial		5.076	10.220
Receita de Serviços		674.060	592.323
Outras Receitas Originárias		486.933	450.115
Remuneração das Disponibilidades		549.331	279.666
TRANSFERÊNCIAS		64.506.094	38.546.793
Intergovernamentais	25	3.821.403	3.448.468
Intragovernamentais		59.890.826	34.268.562
Convênios		107.485	129.788
Outras Transferências		686.380	699.975
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS		11.334	35.435
DESEMBOLSOS		78.775.992	50.369.123
PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO		16.563.822	14.478.504
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		810.888	668.313
TRANSFERÊNCIAS		61.373.866	35.211.961
Intergovernamentais		726.175	288.744
Intragovernamentais		59.882.547	34.281.081
Multigovernamentais		0	
Instituições Privadas		765.144	642.136
Outros Desembolsos Operacionais		27.416	10.345
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		834.641	1.409.557
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
INGRESSOS		53.295	111.438
Alienação de Bens		6.391	5.449
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		19.923	16.255
Transferências de Capital		26.981	89.734
DESEMBOLSOS		1.719.757	1.137.122
Aquisição de Ativo Não Circulante		1.707.278	1.115.733
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		8.549	7.181
Perdas com Aplicações do RPPS		3.931	14.209
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-1.666.462	-1.025.684
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
INGRESSOS		1.850.342	2.064.073
Operações de Crédito		1.743.428	2.057.900
Outras Receitas		98.293	
Integralização de Capital		8.621	6.172
DESEMBOLSOS		561.955	1.583.099
Amortização/Refinanciamento da Dívida		561.955	1.583.099
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		1.288.388	480.974
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	24		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (1+2+3)		456.567	864.846
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL		2.927.762	2.062.916
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		3.384.329	2.927.762



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONSOLIDADO GERAL Valores em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013

ESPECIFICAÇÃO	NOTA Explicativa	PATRIMÔNIO SOCIAL/ CAPITAL SOCIAL	ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR		179.775	8.510	0	5.815
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			_		
REDUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL			-8.510		
AUMENTO DE CAPITAL		9.701			
Com Reservas e Lucros		3.529			
Com Subscrição de Novas Ações		6.172			
RESULTADO DO EXERCÍCIO		-			
CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DE RESERVAS		-		368	
DIVIDENDOS PROPOSTOS					
SALDO FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO ATUAL		189.476	0	368	5.815
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	22				
AUMENTO DE CAPITAL		8.621			
Com Reservas e Lucros					
Com Subscrição de Novas Ações		8.621			
RESULTADO DO EXERCÍCIO	27				
CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DE RESERVAS					
DIVIDENDOS PROPOSTOS					
SALDO FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL		198.097	0	368	5.815

R\$ milhares

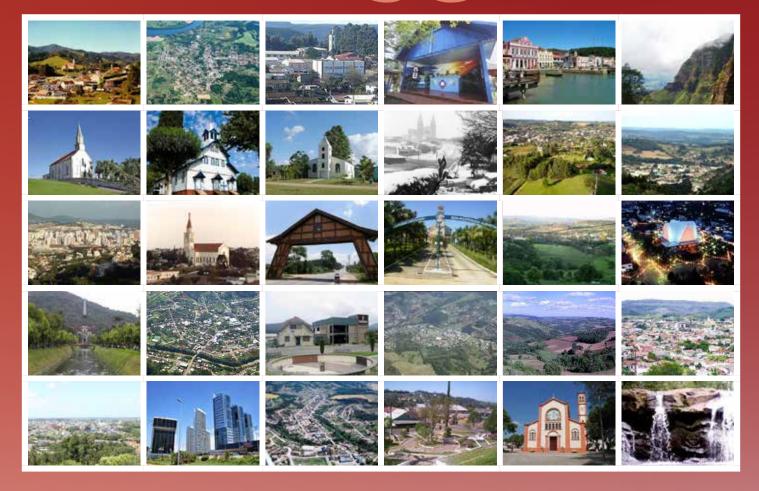
AÇÕES EM TESOURARIA	RESULTADOS ACUMULADOS COM OS AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES DO ANO	AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESULTADOS ACUMULADOS SEM OS AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES DO ANO	DEMAIS RESERVAS	RESERVAS DE LUCROS	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	
	-2.222.415	425.309	-2.647.724	2.274			
	78.646	60.853	17.793				
	8.510		8.510				
	-3.529	-3.529					
	-3.529	-3.529					
	-276.579		-276.579				
	-368	-368					
0	-2.424.245	482.265	-2.898.000	2.274	0	0	
	3.295.611	2.813.346	482.265				
	1.311.266		1.311.266				
0	2,191,143	3.295.611	-1.104.469	2.274	0	_0	
	TESOURARIA	ACUMULADOS COM OS AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES DO ANO -2.222.415 78.646 8.510 -3.529 -276.579 -368 -2.424.245 0 3.295.611	AJUSTES DE EXERCÍCIOS COM OS AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES DO ANO 425.309 -2.222.415 60.853 78.646 8.510 -3.529 -3.529 -3.529 -3.529 -276.579 -368 -368 482.265 -2.424.245 0 2.813.346 3.295.611	ACUMULADOS SEMOS AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES DO ANO -2.647.724	ACUMULADOS SEMOS AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES DO ANO ANTERIORES ACOMOS ANTERIORES DO ANO ANTERIORES DO ANO ANTERIORES ANTERIORES ANTERIORES DO ANO ANTERIORES ANTERIORES ANTERIORES DO ANO ANTERIORES ANTERIORES ANTERIORES ANTERIORES DO ANO ANTERIORES ANTERIORES ANTERIORES ANTERIORES ANTERIORES ANTERIORES DO ANO ANTERIORES ANTE	ACUMULADOS SEMOS AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES DO ANO ANTERIORES DO ANTERIORES DO ANO ANTERIORES DO	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL DE LUCROS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES DE







Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis



1. Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis consolidadas deste Relatório Técnico foram elaboradas com base nos dados extraídos do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF) e incluem os dados consolidados de todos os poderes e órgãos do Estado. São compostas pelo Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Balanço Patrimonial, e também pela Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

Essas demonstrações foram elaboradas de acordo com as orientações da Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 5ª edição, aprovado pela Portaria STN nº 437, de 12 de julho de 2012, que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000 e, também, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade relativas aos Princípios de Contabilidade, assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T 16).

Outra preocupação foi o cumprimento da Portaria nº 634, de 19 de dezembro de 2013, editada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), a qual estabelece o término do ano de 2014 como prazo-limite para adequação ao Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

Com a implantação do novo PCASP, em 2013, muitos roteiros contábeis foram alterados, o que demandou um grande esforço na adaptação do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF). Em 2014, os trabalhos foram intensificados para a apresentação de demonstrativos consolidados do ente, destacando-se as operações entre os órgãos e as entidades integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Além do PCASP, o Estado de Santa Catarina já implementou uma série de outras ações relacionadas à convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Entre elas, estão: o reconhecimento pelo regime de competência dos créditos tributários a receber de ICMS (Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação) e IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores); a reavaliação patrimonial (bens móveis, imóveis e intangíveis); o reconhecimento de ativos de infraestrutura; e a implantação de um projeto experimental de apuração dos custos do serviço de educação do Estado.

O Balanço Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais estão consolidados considerando as operações entre órgãos e entidades, denominada de "intra". Para fins de análise, sem considerar essas operações, é necessário excluir o grupo de contas com essa denominação.

Ressalta-se que as demonstrações contábeis e as suas respectivas Notas Explicativas estão apresentadas com <u>valores</u> <u>expressos em milhares de reais</u>, exceto quando indicado de maneira diferente. Os seus totais poderão, eventualmente, divergir do somatório das partes em função dos arredondamentos.

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis e contêm informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis. Nas Notas Explicativas estão incluídos os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, as informações de naturezas patrimonial, orçamentária, legal e de desempenho, bem como outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.



2. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, uma vez feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original e atualizadas até a data do Balanço Patrimonial.

As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

b) Créditos e Dívidas

Os direitos, as obrigações e os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original, uma vez feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

Os riscos de recebimento de dívidas são reconhecidos em conta de ajuste, a qual será reduzida ou anulada quando os motivos que a originaram deixarem de existir.

Os direitos, as obrigações e os títulos de crédito prefixados são ajustados a valor presente.

Os direitos, as obrigações e os títulos de crédito pós-fixados são ajustados considerando-se todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço.

As provisões são constituídas com base em estimativas pelos prováveis valores de realização para os ativos e de reconhecimento para os passivos.

As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

c) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de produção, aquisição ou valor de mercado, entre esses o menor.

d) Investimentos Permanentes

As participações em empresas sobre as quais o Estado tenha influência significativa na administração são mensuradas ou avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. As demais participações são mensuradas ou avaliadas de acordo com o custo de aquisição. Os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado. A equivalência patrimonial é baseada nas demonstrações financeiras do terceiro trimestre de 2014 das empresas públicas e sociedades de economia mista.

e) Imobilizado

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado, inicialmente, com base no valor de aquisição, produção ou construção e, em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação.

f) Intangível

O ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade e é mensurado ou avaliado, inicialmente, com base no valor de aquisição ou de produção, e em se tratando de ativos intangíveis obtidos a título gratuito, o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação.

g) Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável

De acordo com o Decreto nº 3.486/2010, todos os bens adquiridos anteriormente a 1º/1/2010, necessariamente, deveriam passar pelo procedimento de reavaliação ou redução ao valor recuperável dos ativos. Procedeu-se, dessa forma, a um corte temporal.



A partir disso, estabeleceu-se um cronograma de reavaliação/redução ao valor recuperável para os bens registrados no patrimônio anteriormente a 1º/1/2010. Por outro lado, garantiu-se a possibilidade de reconhecimento da perda de valor dos bens adquiridos e postos em operação após aquela data, considerando tratar-se de bens com valor objetivamente mensurados a partir da transação que levou à sua incorporação ao patrimônio estatal. A solução adotada pelo Estado de Santa Catarina, nesse sentido, buscou atender à norma contábil aplicável à matéria, bem como mobilizar as estruturas envolvidas para a tarefa de avaliar adequadamente o patrimônio do Estado.

A primeira avaliação do bem é registrada no Patrimônio Líquido na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores e, da segunda em diante, diretamente em contas de resultado.

h) Depreciação, amortização e exaustão

A depreciação/amortização/exaustão de bens adquiridos e postos em operação até 31/12/2009 foi realizada de acordo com a vida útil definida no laudo de reavaliação, conforme cronograma estabelecido na Instrução Normativa Conjunta SEA/SEF nº 001/2011.

A depreciação/amortização/exaustão de bens adquiridos e postos em operação a partir de 1º/1/2010 utiliza o método das cotas constantes e de acordo com a tabela definida pela Secretaria de Estado da Administração, com base na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 162/1998.

i) Precatórios

Os precatórios são requisições de pagamento emitidas pelo Poder Judiciário determinando a importância em que a Fazenda Pública (nas esferas federal, estadual e municipal) foi condenada a desembolsar, ou seja, é a cobrança do resultado de uma ação que reconheceu a determinada pessoa física ou jurídica o direito constitucional de receber uma dívida que o poder público tem para com ela. O pagamento será determinado pelo Tribunal de Justiça, de acordo com a ordem cronológica de requisição, ressalvados aqueles oriundos de verbas de natureza alimentícia (Emenda Constitucional - EC nº 62/2009).

A segregação dos precatórios por período anterior e posterior a 5/5/2000 decorre da Resolução do Senado Federal nº 40/2001 que, em seu artigo 1º, §1º, inciso III, determinou que os precatórios judiciais emitidos a partir daquela data e não pagos durante a execução do orçamento no qual foram incluídos fazem parte da dívida pública consolidada para fins de cumprimento dos limites de endividamento.

Por meio do Decreto Estadual nº 3.061, de 8 de março de 2010, o Estado de Santa Catarina optou pelo regime especial de pagamento dos seus precatórios (prazo de pagamento de até 15 anos), incluídos os da administração direta e indireta. Nesse regime constam os precatórios que se encontravam pendentes de pagamento e os que viessem a ser emitidos durante a sua vigência.

De acordo com o Decreto nº 2.057, de 26 de fevereiro de 2014, para o pagamento dos precatórios vencidos e a vencer será depositado, anualmente, em conta própria, o montante correspondente ao saldo dos precatórios devidos dividido pelo número de anos restantes no regime especial de pagamento, na forma do inciso II do § 1º do artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. O montante anual devido será repassado em uma ou mais parcelas, até o mês de outubro do respectivo exercício, ou em parcelas mensais de 1/12 avos.

Dos recursos depositados em conta própria para pagamento de precatórios judiciários, são utilizados:

- I 50% (cinquenta por cento) para o pagamento de precatórios em ordem cronológica de apresentação, observadas as preferências definidas no § 1º do artigo 100 da Constituição Federal, para os precatórios do mesmo ano, e no § 2º daquele mesmo artigo, para os precatórios em geral;
- II 50% (cinquenta por cento) para pagamento de precatórios por meio de leilão, de ordem única e crescente de valor por precatório e de acordo direto com os credores, conforme definido em legislação estadual específica¹.

Em março de 2013, a Emenda Constitucional 62/2009 foi declarada parcialmente inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade nºs 4.357 e 4.425, ficando pendente a apreciação da questão de seus efeitos – modulação da decisão no tempo.

Decreto Estadual nº 3.061, de 8 de março de 2010; Decreto Estadual nº 3.379, de 14 de julho de 2010; Decreto nº 228, de 13 de maio de 2011; Lei Estadual nº 15.300, de 13 setembro de 2010; e Lei nº 15.693, de 21 de dezembro de 2011.



Por cautela, em 11 de abril de 2013, o STF determinou que os Tribunais de Justiça de todos os Estados e do Distrito Federal dessem continuidade aos pagamentos de precatórios, na forma como já vinham realizando, até que a Corte Máxima decida sobre a modulação da decisão proferida. Portanto, no exercício de 2014, foram mantidas as regras de pagamento de precatórios adotadas com a publicação da EC nº 62/2009.

Do valor total repassado pelo Governo do Estado ao Tribunal de Justiça para pagamento de precatórios em 2014, aproximadamente, 74% foi proveniente de depósitos judiciais tributários. A utilização de depósitos judiciais tributários, para pagamento de precatórios, é respaldada pela Lei Federal nº 11.429, de 26 de dezembro de 2006, que autoriza os estados a utilizarem parte dos depósitos tributários para pagamento de precatórios mediante instituição de um fundo garantidor.

j) Apuração do Resultado

Os resultados orçamentário e patrimonial foram apurados de acordo com as práticas contábeis vigentes.

k) Receita Líquida Disponível (RLD)

O conceito da RLD é ditado pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e serve de base de cálculo para a definição dos valores a serem repassados pelo Poder Executivo à Assembleia Legislativa, ao Tribunal de Justiça, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas do Estado e à Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

A RLD consiste no total das receitas correntes do Tesouro do Estado, deduzidos os recursos vinculados provenientes de taxas que, por legislação específica, devem ser alocados a determinados órgãos ou entidades; de receitas patrimoniais; de indenizações e restituições do Tesouro do Estado; de transferências voluntárias ou doações recebidas; da compensação previdenciária entre o regime geral e o regime próprio de previdência dos servidores; da cota-parte do Salário Educação; da cota-parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE); da cota-parte da compensação financeira dos recursos hídricos; e dos recursos recebidos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

I) Receita Corrente Líquida (RCL)

O conceito de Receita Corrente Líquida (RCL) foi estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu artigo 2º, inciso IV, como o total das receitas correntes deduzidas as transferências constitucionais e legais aos municípios e ao Fundeb, as receitas de contribuições dos servidores estaduais ao RPPS/SC, a compensação financeira entre os regimes geral e próprio de previdência, e as restituições de receitas. Esse conceito foi instituído para servir de parâmetro para o cálculo da reserva de contingência e para a apuração dos limites da despesa total com pessoal, da dívida pública, das garantias e contragarantias e das operações de crédito.

m) Receita Líquida de Impostos (RLI)

Conceito de receita que serve de base para a verificação do cumprimento dos valores mínimos previstos na Constituição Federal para aplicação de recursos nas áreas de saúde e educação. Integram a RLI os impostos arrecadados pelo Estado (ICMS, IPVA, ITCMD e IRRF) e as transferências constitucionais e legais recebidas da União (FPE, cota-parte IPI, ICMS desoneração e cota-parte IOF ouro), deduzidos os repasses aos municípios e as restituições aos contribuintes. A partir de 2013, foram incluídos também os valores arrecadados pelo FundoSocial, originários de receita tributária, em cumprimento ao disposto na decisão emanada do Tribunal de Contas do Estado, constante no Acórdão nº 892/2010.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa

R\$ milhares

		K\$ milnares	
ÍTULOS	31/12/2014	31/12/2013	
Conta Única - Tesouro	288	240	
Banco do Brasil	1.800.019	1.324.899	
(-) Aplicações Financeiras da Conta Única	(1.799.730)	(1.324.660)	
Conta Única - RPPS	-	5.524	
Bancos Conta Movimento - Plano Financeiro	2	41.796	
Bancos Conta Movimento - RPPS	31.610	-	
Bancos Conta Movimento - Plano Previdenciário	495.488	290.817	
Bancos Conta Movimento - Taxa de Administração	2.118	17.018	
(-) Aplicações Financeiras - RPPS	(2)	-	
(-) Aplicações Financeiras - Fundo Financeiro	(31.610)	(36.273)	
(-) Aplicações Financeiras - Fundo Previdenciário	(495.488)	(290.817)	
(-) Aplicações Financeiras - Taxa de Administração	(2.118)	(17.016)	
Outras Contas	10.455	95.814	
Banco do Brasil - Outras Contas	1.238.166	1.448.840	
Bradesco	24	376	
Caixa Econômica Federal	4.178.377	3.364.242	
Demais Contas Bancárias	-	3.437	
(-) Aplicações Financeiras de Outros Bancos	(5.406.112)	(4.721.081)	
Arrecadação Indireta	22.721	28.320	
Aplicações Financeiras	7.205.842	6.045.741	
CDB/RDB	1.837.484	1.548.501	
Poupança	95.191	90.204	
Fundos	5.216.102	4.307.577	
Outras Aplicações	57.066	99.459	
Limite de Saque	1.800.019	1.324.899	
OTAL	9.039.326	7.500.538	

■ Conta Única - Tesouro

Em observância ao princípio da Unidade de Tesouraria, a administração financeira do Estado é realizada mediante a utilização do Sistema Financeiro de Conta Única, com o intuito de otimizar a administração dos recursos financeiros, buscando-se maiores rendimentos para os recursos depositados na conta única. Esses recursos são aplicados no mercado financeiro, conforme o disposto no artigo 128, § 6º, da Lei Complementar Estadual nº 381/2007, a qual estabelece que as disponibilidades financeiras dos órgãos e das entidades da administração pública estadual poderão ser aplicadas em títulos federais, em instituições financeiras que apresentarem maior rentabilidade e segurança, respeitadas as cláusulas vigentes em contratos.

Dessa forma, para a operacionalização dos registros contábeis das aplicações financeiras da conta única, utilizam-se as rubricas credoras "(-) Aplicações financeiras da conta única". O saldo devedor das aplicações financeiras é apresentado no subgrupo "Aplicações Financeiras".

■ Conta Única - RPPS

Compreende o somatório dos valores disponíveis na conta única do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS). Da mesma forma que a sistemática da conta única do Tesouro, as rubricas credoras "(-) Aplicações Financeiras -



Fundo Financeiro", "(-) Aplicações Financeiras - Fundo Previdenciário" e "(-) Aplicações Financeiras - Taxa de Administração" demonstram os recursos financeiros aplicados do Regime Próprio de Previdência dos Servidores. Contudo, o grupo de contas que apresenta o saldo devedor das aplicações financeiras do RPPS está segregado do grupo Caixa e Equivalentes de Caixa, conforme a nota explicativa nº 9.

Outras Contas

Este item demonstra as disponibilidades existentes em outras contas bancárias que não pertencem ao Sistema Financeiro de Conta Única, em virtude da vinculação de recursos, conforme dispositivos legais como, por exemplo, os recursos recebidos por meio de convênios.

Arrecadação Indireta

Representa os valores de receita arrecadada pelos agentes financeiros e ainda não recolhidos a nenhum dos domicílios bancários de titularidade das unidades gestoras do Estado.

Aplicações Financeiras

Abrangem os valores depositados na conta única e nos demais bancos que estão aplicados no mercado financeiro conforme o disposto no artigo 128, § 6°, da Lei Complementar Estadual nº 381/07. Os recursos recebidos por meio de transferências (convênios) são aplicados de acordo com as legislações específicas dos concedentes.

A seguir, apresenta-se a composição das aplicações financeiras por Poder e Órgão.

R\$ milhares

					31/12/2014
TÍTULOS	CDB/RDB	Poupança	Fundos	Outras Aplicações	TOTAL
Executivo	1.491.639	94.058	877.396	2.382	2.465.475
Legislativo		-	76.556	-	76.556
Judiciário	345.845	1.133	4.135.513	-	4.482.491
Tribunal de Contas do Estado		-	-	54.685	54.685
Ministério Público		-	126.636	-	126.636
TOTAL	1.837.484	95.191	5.216.102	57.066	7.205.843

Ressalta-se que, no Poder Judiciário, do valor de R\$ 4,136 bilhões aplicados em fundos, R\$ 4,097 bilhões não se constituem de uma disponibilidade de fato, tendo em vista que, por força da Lei Estadual nº 15.327/2010, os recursos provenientes de depósitos sob aviso à disposição da justiça em geral – depósitos judiciais – são aplicados no mercado financeiro enquanto não autorizados os pagamentos aos interessados pelo juízo competente. Sendo assim, a contrapartida desses valores é contabilizada no passivo circulante do Tribunal de Justiça, na conta dos depósitos recebidos por determinação judicial e, consequentemente, no passivo circulante do Estado.

Portanto, para fins de análise das demonstrações contábeis, o valor de R\$ 4,097 bilhões é desconsiderado tanto no ativo quanto no passivo, pois não constitui disponibilidade/obrigação financeira efetiva (vide nota explicativa nº 20 – Depósitos Judiciais).

■ Limite de Saque

A utilização da conta limite de saque nas unidades gestoras do Poder Executivo está fundamentada na sistemática de operacionalização da conta única, a qual é registrada de forma centralizada na Unidade Gestora da Diretoria do Tesouro Estadual, na conta contábil 1.1.1.1.1.02.01.00 (Conta Única – Tesouro – Banco do Brasil).

Dessa forma, todos os valores depositados nas contas de arrecadação (conta contábil 1.1.1.1.03.01.01 Conta Arrecadação - Banco do Brasil) dos órgãos e das entidades do Estado são, automaticamente, transferidos para a conta única do Tesouro, gerando a baixa desses valores na conta arrecadação e a incorporação de um direito no órgão, com a correspondente obrigação no Tesouro pela centralização da arrecadação. Esse direito-Órgãos e obrigação-Tesouro é denominado de limite

de saque. No ativo dos órgãos e das entidades, o limite de saque é representado pela conta contábil 1.1.1.1.2.40.01.01 (Limite de Saque) e, no passivo do Tesouro, pela conta 2.1.8.9.2.40.01.00 (Recursos a Liberar – Limite de Saque (F)).

Para melhor compreensão da sistemática das contas de limite de saque, apresenta-se a seguir o esquema contábil de contabilização da arrecadação de valores nos órgãos e nas entidades, e centralização na conta única:

■ No órgão arrecadador:

D – 1.1.1.1.03.01.01 (Conta Arrecadação – Banco do Brasil)

C – Conta de Receita, Conta de Passivo ou Conta de Direito

■ Pela Transferência do Recurso para a Conta Única:

■ No órgão arrecadador:

D – 3.5.1.2.2.01.06.00 (Correspondência de Créditos – Limite de Saque)

C – 1.1.1.1.03.01.01 (Conta Arrecadação – Banco do Brasil)

D – 1.1.1.1.2.40.01.01 (Limite de Sague)

C - 4.5.1.2.2.01.06.00 (Correspondência de Débitos – Limite de Saque)

■ No órgão centralizador – Tesouro:

D – 1.1.1.1.1.02.01.00 (Conta Única – Tesouro – Banco do Brasil)

C – 4.5.1.2.2.01.06.00 (Correspondência de Débitos – Limite de Saque)

D - 3.5.1.2.2.01.06.00 (Correspondência de Créditos – Limite de Saque)

C – 2.1.8.9.2.40.01.00 (Recursos a Liberar – Limite de Saque (F))

Como consequência do tratamento contábil da centralização da arrecadação pela conta única, ressalta-se que, para fins de análise das demonstrações contábeis e consolidação geral das contas, o valor do limite de saque deverá ser desconsiderado tanto no ativo quanto no passivo, pois ambos não constituem disponibilidades/obrigações financeiras efetivas.

4. Clientes

R\$ milhares

UNIDADE GESTORA	31/12/2014	31/12/2013
Fundação Catarinense de Cultura	26	-
Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina	453	-
Fundação do Meio Ambiente	3	-
Junta Comercial do Estado de Santa Catarina	1	-
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina S.A.	2.256	2.598
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina	2.018	1.834
Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais		62.623
Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural	-	593
Fundo Rotativo da Penitenciária Industrial de Joinville	38	-
Fundo Rotativo da Penitenciária de Florianópolis	8	17
Fundo Rotativo da Penitenciária de Chapecó	120	47
Fundo Rotativo do Complexo Penitenciário da Grande Florianópolis	50	-
Ajuste de Perdas de Devedores Duvidosos	(902)	(888)
TOTAL	62.041	66.824

Esta conta apresenta os valores a receber por vendas, prestação de serviços ou ressarcimentos de despesas entre os diversos órgãos do Estado.



5. Créditos Tributários a Receber

R\$ milhares

			31/12/2014			31/12/2013
TÍTULOS	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Impostos	539.970		539.970	794.150	-	794.150
Contribuições Sociais	67	_	-		-	
Créditos Tributários Parcelados	578.292		578.292	512.110	-	512.110
Créditos Tributários PRODEC	-	1.956.022	1.956.022	-	1.427.668	1.427.668
Créditos Previdenciários Parcelados	13.081	-	13.081	27	-	27
TOTAL	1.131.410	1.956.022	3.087.365	1.306.286	1.427.668	2.733.955

Impostos

A partir do exercício de 2012, em observância ao regime de competência previsto nas normas brasileiras de contabilidade e nas Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público 23 (*International Public Sector Accounting Standards - IPSAS*), foram reconhecidos os valores de crédito tributário a receber do ICMS, IPVA e ITCMD.

Em atendimento às orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público², foram reconhecidos os parcelamentos das notificações fiscais emitidas e a estimativa de valores declarados de ICMS no Ativo Circulante da Unidade Gestora da Diretoria do Tesouro Estadual. Durante o exercício de 2014, os valores foram atualizados, conforme as estimativas mensais de recebimento dos impostos.

Créditos Tributários Parcelados

Essa conta registra os valores dos parcelamentos de créditos tributários, realizados pela Secretaria de Estado da Fazenda mediante processos administrativos, conforme acordado com os contribuintes. Esses valores a receber são contabilizados na Unidade Gestora da Diretoria do Tesouro Estadual.

Créditos Tributários PRODEC

Essa conta registra os valores decorrentes dos contratos relativos ao Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC), que tem por objetivo promover o desenvolvimento socioeconômico catarinense por intermédio da concessão de financiamentos de incentivo ao investimento e à operação ou da participação no capital de empresas instaladas em Santa Catarina. Esses valores estão contabilizados no Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina (FADESC), que é a unidade gestora responsável pela estrutura financeira do PRODEC.

Créditos Previdenciários Parcelados

Essa conta registra o valor a receber, a partir de 2013, pelo Fundo Financeiro do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPREV) referente ao Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários entre o IPREV, o Ministério Público e a Secretaria de Estado da Fazenda.

O acréscimo nessa conta, em relação ao exercício anterior, deve-se à transferência do valor do ativo não circulante para o ativo circulante.

No ativo não circulante, esses créditos estão contabilizados no grupo Outros Créditos da Dívida Ativa Tributária, no valor de R\$ 17,683 milhões (nota explicativa nº 6 – outros créditos).

² Portaria Secretaria do Tesouro Nacional nº 406, de 20 de junho de 2011.



6. Dívida Ativa Tributária

R\$ milhares

			31/12/2014			31/12/2013
TÍTULOS	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
ICMS	355.115	9.678.343	10.033.459	417.274	8.680.141	9.097.415
IPVA	3.635	174.512	178.147	2.934	132.800	135.734
ITCMD	7.439	36.439	43.878	2.193	28.339	30.532
Outros Créditos	25	77.874	77.899	2.179	98.521	100.700
Ajuste de Perdas de Dívida Ativa Tributária	(365.827)	(9.913.669)	(10.279.495)	(424.166)	(8.862.241)	(9.286.407)
TOTAL	387	53.500	53.887	414	77.559	77.973

■ Cobrança da Dívida Ativa

R\$ milhares

TÍTULOS	31/12/2014	31/12/2013
Estoque de Dívida Ativa Tributária	10.333.382	9.364.381
Cobrança no Exercício	96.764	64.173

Outros Créditos

Entre outros créditos, estão registrados neste grupo, no ativo não circulante, os valores a receber pelo Fundo Financeiro do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPREV) — R\$ 17,683 milhões —, referentes aos créditos previdenciários parcelados conforme Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários entre o IPREV, o Ministério Público e a Secretaria de Estado da Fazenda (nota explicativa nº 5 — créditos previdenciários parcelados).

Ajuste de Perdas de Dívida Ativa Tributária

A provisão para perdas da dívida ativa é calculada com base na metodologia de cálculo prevista na Parte III – Procedimentos Contábeis Específicos, da 5ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), conforme a Portaria STN nº 437/2012.

Essa metodologia de cálculo da provisão utiliza-se de duas variáveis principais:

- 1. média percentual de recebimentos passados; e
- 2. saldo atualizado da conta de créditos inscritos em dívida ativa.

A média percentual de recebimentos passados é calculada pela divisão entre a média ponderada dos recebimentos, que utiliza valores inscritos nos três últimos exercícios, pelo número de meses correspondentes ao exercício orçamentário.



7. Empréstimos e Financiamentos Concedidos

R\$ milhares

						113 11111111111123
			31/12/2014			31/12/2013
TÍTULOS	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina	28.892	21.965	50.857	28.892	21.906	50.798
Fundo de Habitação Popular do Estado de Santa Catarina	-	0	0	-	22.951	22.951
Fundo de Água e Esgoto	-	66.843	66.843		66.843	66.843
Fundo de Terras do Estado de Santa Catarina	-	8.166	8.166	-	7.725	7.725
Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural	-	73.959	73.959	-	78.985	78.985
Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina	-	14.493	14.493	-	14.493	14.493
Encargos Gerais	-	105.507	105.507	-	87.279	87.279
Ajuste para Perdas de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	(16.162)	-	(16.162)	(16.162)	-	(16.162)
TOTAL	12.730	290.933	303.663	12.730	300.182	312.912

8. Demais Créditos e Valores

R\$ milhares

			31/12/2014			31/12/2013
TÍTULOS	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
Adiantamentos Concedidos a Pessoal	5.035		5.035	3.106		3.106
Suprimento de Fundos/Diárias	15.136		15.136	18.890	_	18.890
Adiantamentos de Transferências Voluntárias (Convênios e Outros)	958.778	-	958.778	399.574	-	399.574
Adiantamento para Pagamento de Precatórios Regime Especial	11.369	-	11.369	12.770	_	12.770
Tributos a Recuperar/Compensar	5.758	-	5.758	8.252		8.252
Créditos por Danos ao Patrimônio	156.412	-	156.412	140.870	-	140.870
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	44.589	48.120	92.709	30.527	11.956	42.483
Dívida Ativa Não Tributária	28	10.594	10.622	26	11.464	11.490
Principal	949	173.729	174.678	885	143.376	144.261
(-) Ajuste de Perdas	(921)	(163.135)	(164.056)	(859)	(131.913)	(132.772)
Créditos Oriundos de Concessões de Direitos de Uso e de Exploração de Bens - Líquido	3.501	2.521	6.022	1.139	9.957	11.096
Principal	314.705	2.655	317.360	278.832	10.012	288.844
(-) Ajuste de Perdas	(311.204)	(134)	(311.338)	(277.693)	(55)	(277.749)
Outros Créditos e Valores a Receber	72.504	85.198	157.702	71.307	85.198	156.505
TOTAL	1.273.110	146.433	1.419.544	686.460	118.574	805.035



Adiantamentos Concedidos a Pessoal

Essa conta registra valores de adiantamentos concedidos a pessoal referente a 13º salário e 1/3 de férias, o que ocorre principalmente com adiantamentos de 13º salário de empresas estatais dependentes, por convenção coletiva de trabalho.

Suprimento de Fundos/Diárias

A partir da implantação do novo PCASP, em 2013, os adiantamentos concedidos pelo ente a título de suprimento de fundos/diárias são contabilizados no ativo, pois se tratam de valores que não seguem o trâmite normal da despesa (valores de despesas de pequeno vulto e pronto atendimento; diárias). A baixa desses valores ocorrerá somente após a devida prestação de contas por aquele que recebeu o recurso.

Adiantamentos de Transferências Voluntárias (Convênios e Outros)

Os adiantamentos concedidos a título de transferências voluntárias também passaram a ser registrados no ativo até a devida prestação de contas, com a implantação do novo PCASP, em 2013. A seguir, a discriminação das transferências efetuadas e que ainda se encontram pendentes de prestação de contas:

R\$ milhares

TÍTULOS	31/12/2014	31/12/2013
Convênios	776.002	262.631
Subvenções Sociais	22.437	28.151
Contrato de Apoio Financeiro – PF e PJ	61.338	52.901
Contratos de Gestão	40.561	7.570
Contrato de Apoio à Pesquisa	38.208	44.171
Subvenções Econômicas	20.234	4.150
TOTAL	958.778	399.574

■ Adiantamento para Pagamento de Precatórios – Regime Especial

Apresenta os valores repassados ao Tribunal de Justiça do Estado (TJSC) para pagamento de precatórios. A baixa desse valor ocorre com a confirmação do pagamento do precatório pelo TJSC.

■ Tributos a Recuperar/Compensar

Registra os créditos tributários a compensar, tais como IRRF, IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, entre outros, nas seguintes unidades gestoras:

R\$ milhares

		,
UNIDADES GESTORAS	31/12/2014	31/12/2013
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina S.A.	677	3.484
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina	5.079	4.767
Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais	1	1
TOTAL	5.758	8.252

Créditos por Danos ao Patrimônio

Registra os valores dos recursos antecipados que tiveram o prazo expirado para prestação de contas e os montantes dos potenciais danos ao erário apurados nas prestações de contas consideradas irregulares pela unidade de controle interno, conforme estabelecido na Instrução Normativa Conjunta DIAG/DCOG nº 001/2008.



R\$ milhares

CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	31/12/2014	31/12/2013
Créditos a Receber Decorrentes de Omissão no Dever de Prestar Contas	76.110	84.788
Créditos a Receber Decorrentes de Irregularidade/llegalidade na Aplicação de Recursos Antecipados	35.791	17.579
Créditos a Receber Decorrentes de Pagamentos sem Respaldo Orçamentário	219	91
Outros Créditos a Receber Decorrentes de Créditos Administrativos	1.117	1.249
Créditos a Receber Decorrentes de Irregularidade/llegalidade na Aplicação de Recursos Antecipados - TCE	12.149	-
Outros Créditos a Receber Apurados em Tomada de Contas Especial - TCE	31.026	37.162
TOTAL	156.412	140.870

Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados

Registra os valores decorrentes de depósitos judiciais ou recursais e de mandados judiciais de sequestros na conta única e em outras contas bancárias por conta de litígios judiciais e pagamentos de precatórios.

R\$ milhares

						1/3 11111119162
			31/12/2014			31/12/2013
TÍTULOS	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina	2.735	642	3.376	1.832	695	2.527
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina S.A.	34	8.205	8.239	34	6.317	6.351
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina	-	5.096	5.096	0	4.225	4.225
Diretoria do Tesouro Estadual	40.951	-	40.951	27.779	0	27.779
Demais Unidades Gestoras	869	34.177	35.046	882	719	1.601
TOTAL	44.589	48.120	92.709	30.527	11.956	42.483

■ Dívida Ativa Não Tributária

Registra valores provenientes de fatos geradores não tributários (como, por exemplo, aplicação de multas), ocorridos em determinadas entidades públicas como FATMA, DETER, DEINFRA, CIDASC em função de suas atividades-fins.

■ Créditos Oriundos de Concessões de Direitos de Uso e de Exploração de Bens

R\$ milhares

						TQ TTIIITIGES
			31/12/2014			31/12/2013
TÍTULOS	Principal	Ajuste de Perdas	Valor Líquido	Principal	Ajuste de Perdas	Valor Líquido
Diretoria do Tesouro Estadual	476	-	476	476	-	476
Fundação Catarinense de Cultura	40	-	40	9	-	9
Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais	3	-	3	0	-	0
Fundo Patrimonial	11	-	11	0		0
Departamento Estadual de Infraestrutura	316.830	(311.204)	5.626	288.359	(277.749)	10.610
TOTAL	317.360	(311.204)	6.156	288.844	(277.749)	11.096



Registra os direitos a receber relativos a concessões das áreas de faixas de domínio. A exploração da utilização e da comercialização, a título oneroso, das faixas de domínio e das áreas adjacentes às rodovias estaduais e federais está disposta na Lei Estadual nº 13.516/05, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 3.930/06.

A "Provisão para Perdas" está sendo reconhecida pelo Departamento Estadual de Infraestrutura (DEINFRA) e é composta pelos valores vencidos há mais de 30 dias, com exceção dos direitos contra as Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc), que possuem a totalidade dos valores provisionados em decorrência de discussão judicial (ação judicial nº 023.09.028623-8).

Na sequência, é demonstrada a composição dos direitos da Unidade Gestora DEINFRA, em 2014, por devedor:

R\$ milhares

						31/12/2014
			Circulante		Não	Circulante
TÍTULOS	Direitos	Provisão Perdas	Subtotal	Direitos	Provisão Perdas	Subtotal
CASAN	1.395	(1.395)	0	0	-	0
Casa de Pedra Energia S.A.	360	(360)		109	(109)	
Celesc	307.970	(307.970)	0	0	-	0
Claro S.A.	0	-	0	0	-	0
Embratel	1.747	-	1.747	1.747	-	1.747
SC GAS	1.674	-	1.674	0	-	0
Vivo S.A.	0	-	0	0		0
Demais devedores	1.029	(637)	392	799	(25)	774
TOTAL	314.175	(310.362)	3.813	2.655	(134)	2.521

9. Investimentos e Aplicações Temporárias

Abrangem os valores depositados na conta única do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS) que estão aplicados no mercado financeiro.

R\$ milhares

		I (\$ IIIIII al C3
TÍTULOS	31/12/2014	31/12/2013
Fundos de Investimento em Renda Fixa	527.101	327.090
Aplicações com a Taxa de Administração do RPPS	2.118	17.016
Ações Passíveis de Alienação	216	631
TOTAL	529.435	344.737

10. Estoques

R\$ milhares

	31/12/2014				3	1/12/2013
TÍTULOS	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
Mercadorias para Revenda	1.140	-	1.140	1.527	-	1.527
Matérias-Primas	1.636	-	1.636	2.229	-	2.229
Almoxarifado	329.912	-	329.912	240.771	-	240.771
Outros Estoques	10.494		10.494	4.638	-	4.638
Terrenos	-	15.608	15.608	-	15.608	15.608
Obras em Andamento	-	981	981	-	981	981
Estoque de Bens Móveis Inservíveis	-	15	15	-		-
TOTAL	343.182	16.604	359.786	249.166	16.589	265.755



11. Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs) Pagas Antecipadamente

Representam o valor registrado a título de despesas antecipadas que serão apropriadas nos exercícios subsequentes pelo seu fato gerador, de acordo com o que preceitua a aplicação do princípio da competência. Basicamente, são os registros de seguros a vencer e as assinaturas/anuidades a apropriar. Inclui no Ativo Não Circulante os valores de subvenção econômica realizada com recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina (FADESC), que serão reconhecidos orçamentariamente no final dos contratos como prevê a legislação.

R\$ milhares

			31/12/2014			31/12/2013
TÍTULOS	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	3.427	106.154	109.581	3.678	1.354	5.033

12. Investimentos

R\$ milhares

TÍTULOS	31/12/2014	31/12/2013
Participações Societárias – Método da Equivalência Patrimonial	3.225.726	3.181.132
Participação em Empresas	2.567.617	2.779.268
Adiantamento para Aumento de Capital	658.110	401.864
Participação – Método do Custo	370	9.266
Demais Investimentos Permanentes	2	2
TOTAL	3.226.098	3.190.399

Participações Societárias

As participações societárias do Estado englobam tanto aquelas em empresas estatais superavitárias quanto em empresas estatais dependentes³, além das participações em outras empresas.

As participações em empresas sobre as quais o Estado tenha influência significativa na administração são mensuradas ou avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. As demais são mensuradas ou avaliadas de acordo com o custo de aquisição

Na consolidação das contas, os valores das empresas estatais dependentes, que totalizam R\$ 21,808 milhões, devem ser desconsiderados para evitar duplicidade dos saldos. Dessa forma, o PCASP identifica essas participações no 5º nível (código "2" – intra), representando uma operação entre unidades integrantes do mesmo Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Essa sistemática inibe a duplicidade dos registros sem a necessidade de se adotar uma conta redutora. Considerando a consolidação, o valor das participações societárias soma R\$ 3,204 bilhões.

Destaca-se, no exercício de 2014, o lançamento no valor de R\$ 8,896 milhões como perdas para valor realizável líquido referente à Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (CODESC), registrado na Unidade Gestora Fundo Previdenciário, conforme parecer emitido pelos Conselhos Fiscal e Administrativo do IPREV.

³ Epagri, Santur, COHAB e CIDASC.



	L			31/12/2014
	Participações	Societárias		
DISCRIMINAÇÃO	Método da Equivalência Patrimonial	Método do Custo	Adiantamento para Aumento de Capital	TOTAL
SC Participações	69.073	-	411.539	480.612
Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN)	799.687	-	36.931	836.619
Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina (BADESC)	268.433	-	-	268.433
Companhia de Distritos Industriais de SC (CODISC)	2.328	6	-	2.334
Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina (CIASC)	39	-	4.543	4.582
Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (CODESC)	396.925	8.896	5.097	410.918
Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina (CEASA)	5.464	-	-	5.464
Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc)	426.893	-	-	426.893
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE)	577.030	-	200.000	777.030
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de SC (Epagri)	4.858	65	-	4.923
Santa Catarina Turismo S.A. (Santur)	2.463	-	-	2.463
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de SC (CIDASC)	4.376	-	-	4.376
Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (COHAB)	10.046	-	-	10.046
Tele Norte Celular Participações S.A.	-	9	-	9
Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. (EMBRATEL)	-	71	-	71
Blumenautur Empreendimentos Turísticos S.A.	-	6	-	6
OI S.A.	-	148	-	148
Companhia Hidromineral de Piratuba	-	22	-	22
BESC S.A.	-	32	-	32
Indústria Carboquímica Catarinense S.A. (ICC)	-	1	-	1
Telecomunicações de Santa Catarina S/C (TELESC)		11	-	11
Monte Castelo Indústria de Erva-Mate Ltda.	2	-	-	2
Perdas Estimadas para Valor Realizável Líquido		(8.896)	-	(8.896)
TOTAL	2.567.618	370	658.110	3.226.098



13. Imobilizado

R\$ milhares

			31/12/2014			31/12/2013
TÍTULOS	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Bens Móveis	2.111.742	(407.591)	1.704.151	1.812.361	(270.229)	1.542.132
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	853.056	(163.475)	689.581	714.168	(113.316)	600.853
Equipamentos de Tecnologia da Informação	243.291	(47.366)	195.925	188.790	(27.027)	161.763
Móveis e Utensílios	346.419	(51.247)	295.172	335.023	(31.959)	303.064
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	113.248	(453)	112.795	129.311	(1.114)	128.197
Veículos	502.077	(136.534)	365.543	407.371	(91.548)	315.823
Armamentos	42.467	(4.378)	38.089	27.965	(1.686)	26.279
Demais Bens Móveis	11.184	(4.138)	7.046	9.733	(3.578)	6.155
Bens Imóveis	9.277.126	(170.344)	9.106.782	3.920.352	(30.201)	3.890.151
Bens de Uso Especial	5.850.595	(151.448)	5.699.147	1.921.314	(22.492)	1.898.821
Bens de Uso Comum do Povo	786.642	(14.245)	772.397	164.293	-	164.293
Bens Imóveis em Andamento	2.569.180	-	2.569.180	1.553.642	-	1.553.642
Instalações	57.695	(2.743)	54.952	53.574	(2.901)	50.674
Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	5.817	(1.908)	3.909	5.063	(1.650)	3.413
Demais Bens Imóveis	7.197		7.197	222.466	(3.158)	219.309
TOTAL	11.388.869	(577.935)	10.810.933	5.732.714	(300.430)	5.432.284

Os principais critérios de avaliação patrimonial adotados pelo Estado de Santa Catarina no âmbito do Poder Executivo são o custo de aquisição, produção ou construção, incluindo gastos complementares. Ativos imobilizados ou intangíveis obtidos a título gratuito são avaliados com base em procedimento técnico ou no valor patrimonial definido nos termos da doação.

Em 2014, ocorreram reclassificações relevantes da conta "Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação" para a conta "Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas" e também da conta "Demais Bens Imóveis" para a conta "Bens de Uso Especial".

■ Bases para a Avaliação Inicial, Reavaliação e Avaliadores

As bases para a avaliação inicial (reavaliação inicial) de bens móveis do Poder Executivo foram estabelecidas pela Instrução Normativa Conjunta SEA/SEF n° 001/2011 e seus anexos.

A evolução do trabalho de reavaliação é sintetizada na tabela a seguir.

					Pra	zo para R	eavaliação c	los Bens
Situação da		2011	_	2012		2013		2014
Reavaliação	Unidades Gestoras	%	Unidades Gestoras	%	Unidades Gestoras	%	Unidades Gestoras	%
Iniciada/concluída	49	60,49	39	48,15	42	51,85	65	80,25
Não iniciada	26	32,10	26	32,10	26	32,10	12	14,81
Unidade não possui bens	6	7,41	16	19,75	13	16,05	4	4,94
TOTAL	81	100,00	81	100,00	81	100,00	81	100,00

Fonte: Gerência de Bens Móveis/Secretaria de Estado da Administração



As bases para a avaliação inicial e para as reavaliações aumentativa ou diminutiva dos imóveis do Poder Executivo constam dos laudos técnicos emitidos por comissões nomeadas pela Diretoria de Gestão Patrimonial, da Secretaria de Estado da Administração (DGPA/SEA), de acordo com o artigo 4º do Decreto nº 3.486/2010.

No exercício de 2014, foram reavaliados 441 imóveis da administração direta. Esse trabalho elevou o valor do imobilizado em R\$ 869,980 milhões. Considerando-se os trabalhados realizados desde 2012, foram reavaliados 1.379 imóveis do total de 3.292 bens cadastrados no sistema de gestão de imóveis do Estado. O impacto total desse procedimento foi de 3,889 bilhões de reais (vide nota explicativa nº 22).

Para a administração indireta, foi editada a Instrução Normativa nº 003, de 24 de abril de 2013, disciplinando procedimentos de reavaliação aplicáveis às autarquias e fundações.

Depreciação

R\$ milhares

Bens Móveis – Depreciação Acumulada						
Tipo de Consolidação	31/12/2014	31/12/2013				
Administração Direta	234.945	135.559				
Autarquias	20.446	15.642				
Fundações	32.450	21.204				
Fundos Especiais	20.547	9.935				
Empresas Dependentes	99.203	87.889				
Consolidado Geral	407.591	270.229				

A partir de outubro de 2013, o Estado suspendeu o cálculo mensal da depreciação para bens cujo valor fosse menor ou igual a R\$ 10,00. Levando em conta a materialidade desse valor e o custo associado ao processamento desses dados (os cálculos se prolongavam por 3 dias, segundo a empresa de processamento de dados do Estado, antes da adoção desse valor de corte, passando a 3 horas após a sua adoção), o Poder Executivo considera que atende ao disposto no item QC 35 (equilíbrio entre custo e benefício) da Resolução CFC nº 1.374, de 8 de dezembro de 2011.

Os critérios para cálculo da depreciação dos bens móveis são apresentados no quadro a seguir.

Item Depreciado	Parâmetro
Bens móveis adquiridos e postos em operação até 31/12/2009	 » Avaliados segundo o cronograma estabelecido na Instrução Normativa Conjunta SEA/SEF nº 001/2011. » Vida útil definida no laudo da avaliação.
Bens móveis adquiridos e postos em operação a partir de 1º de janeiro de 2010	 » Método das cotas constantes. » Vida útil definida pela Secretaria de Estado da Administração, com base na Instrução Normativa SRF nº 162/1998.

A política para a depreciação de bens imóveis dos órgãos e das entidades do Poder Executivo (exceto as empresas, que devem observância à legislação própria) está de acordo com o estabelecido nas normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público.

R\$ milhares

Bens Imóveis – Depreciação Acumulada				
Tipo de Consolidação	31/12/2014	31/12/2013		
Administração Direta	1.021	297		
Autarquias	14.340	71		
Fundações	326	1.190		
Fundos Especiais	126.467	47		
Empresas Dependentes	28.190	28.595		
Consolidado Geral	30.201			



A evolução dos saldos da conta de depreciação acumulada de bens imóveis apresentou incremento considerável na consolidação "fundos especiais" de 2013 para 2014. Ajustes na unidade gestora do Fundo Patrimonial, cujos registros foram lastreados por documentação emitida pela GEIMO/DGPA/SEA, explanam esse aumento. A contrapartida desse registro foi realizada à conta de ajustes de exercícios anteriores, uma vez que parte desse saldo diz respeito ao reconhecimento da depreciação de imóveis nos exercícios de 2011 a 2013.

Bens de Infraestrutura

Os critérios e os procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infraestrutura administrados pelo Poder Executivo Estadual foram fixados por um Grupo de Trabalho composto por servidores da Secretaria de Estado da Fazenda e do Departamento Estadual de Infraestrutura, designados pela Portaria SEF nº 244, de 21 de outubro de 2013 (publicada no DOE nº 19.688, de 23 de outubro de 2013). Os critérios foram estabelecidos de acordo com o previsto nas Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público 16.9 e 16.10, aprovadas pelas Resoluções CFC nºs 1.136 e 1.137, de 21 de novembro de 2008, alteradas pela Resolução CFC nºs 1.437, de 22 de março de 2013, e em portarias da STN/MF que regem a matéria.

Em 2014, foram avaliadas e registradas as pontes sob o controle do Estado. Isso explica a elevação do saldo daquela classe de ativos (pontes), conforme pode ser visualizado na tabela a seguir.

R\$ milhares

CONTAS DE REGISTRO	Saldo em 31/12/2013	Incorporações em 2014	Saldo em 31/12/2014
1.2.3.2.1.03.01.00 - Rodovias e Estradas	154.580	76.885	231.465
1.2.3.2.1.03.03.00 - Pontes	9.242	542.053	551.295
1.2.3.2.1.03.04.00 - Viadutos e Túneis	-	3.191	3.191
1.2.3.2.1.03.05.00 - Barragens	472	-	472
1.2.3.2.1.03.99.00 - Outros Bens de Uso Comum do Povo	-	220	220
TOTAL	164.294	622.349	786.643

O custo médio das pontes foi estimado em R\$ 2.740,36/m². As pontes que ligam a parte continental da Capital catarinense à Ilha de Santa Catarina tiveram custo médio estimado superior a esse: R\$ 10.567,19/m².

Desde 2013, estão sendo reconhecidos os bens de infraestrutura (novas construções e restaurações significativas) concluídos como: (1) rodovias e estradas, (2) pontes, (3) viadutos e túneis e (4) barragens.

■ Contabilização

A Diretoria de Contabilidade Geral, da Secretaria de Estado da Fazenda, optou por seguir o padrão estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional, vinculada ao Ministério da Fazenda, promovendo o lançamento da avaliação inicial de bens já integrantes de seu patrimônio (ou reavaliação inicial) à conta de ajuste de exercícios anteriores. O efeito no resultado do exercício das depreciações sobre essa avaliação inicial e sobre baixas posteriores desses bens foi nulo em decorrência dessa opção. A partir dos procedimentos de avaliação inicial, as novas avaliações são registradas nas contas de variações patrimoniais aumentativas (VPAs) ou variações patrimoniais diminutivas (VPDs), seguindo a orientação do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Em 2014, as avaliações aumentaram o resultado do exercício em cerca de R\$ 36 milhões, conforme detalhamento apresentado a seguir.

R\$ milhares

CONTAS DE REGISTRO	31/12/2014
3.6.1.1.1.01 Reavaliação de Bens Móveis – VPD	(7.898)
4.6.1.1.1.01 Reavaliação de Bens Móveis – VPA	43.889
TOTAL	35.991



Empresas Públicas

As empresas estatais dependentes⁴ estão sujeitas às regras estabelecidas pela Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e, portanto, impedidas de realizar a reavaliação de seu imobilizado.

14. Intangível

R\$ milhares

			31/12/2014			31/12/2013
TÍTULOS	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Softwares	114.104	(9.091)	105.013	60.822	(5.869)	54.953
Softwares em Desenvolvimento	57.043	-	57.043	51.710	-	51.710
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	248	(48)	200	248	(24)	225
TOTAL	171.395	(9.140)	162.256	112.780	(5.892)	106.887

Os bens intangíveis do Poder Executivo compreendem, especialmente – mas não exclusivamente –, *softwares* adquiridos de empresas especializadas, visando atender a necessidades específicas dessa unidade da Federação. As tabelas a seguir apresentam uma relação dos principais ativos classificados nas contas de *softwares* e *softwares* em desenvolvimento, em algumas unidades do Poder Executivo (apenas valores materiais são apresentados).

■ Principais Softwares Registrados em Alguns Órgãos

R\$ milhares

Unidade	Descrição	Valor
Departamento Estadual de Infraestrutura (DEINFRA)	ACT - Sistema de Acidentes de Trânsito CCO - Sistema de Contratos de Consultoria, Fiscalização SCO - Sistema de Custos e Orçamentos Rodoviários SGF - Sistema de Gerenciamento Financeiro SICOP - Sistema Integrado de Controle de Obras Públicas SQM - Sistema de Quantitativos e Medições SPJ - Sistema de Gestão de Processos Jurídicos	1.949 1.373 1.509 3.712 4.238 2.204 1.441
Secretaria de Estado da Fazenda (SEF)	SAT – Sistema de Administração Tributária Licenças Oracle Business Intelligence	9.273 6.910 4.133
Procuradoria Geral do Estado (PGE)	PGE-Net – Processo Eletrônico	3.838
Administração do Porto de São Francisco (APSFS)	Sistema PORTONET	2.923

Fonte: Unidades Gestoras

■ Principais Softwares em Desenvolvimento Registrados em Alguns Órgãos

R\$ milhares

Unidade	Descrição	Valor
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)	SIGA - Sistema de Gestão Acadêmica	1.281
Secretaria de Estado da Fazenda (SEF)	SIGEF - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal Sistema de Administração Tributária (SAT)	16.068 3.303
Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC)	Plataforma FAPESC	2.138
Secretaria de Estado da Administração (SEA)	SIGRH – Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos SGPE – Sistema de Gestão de Protocolo Eletrônico DOESC – Diário Oficial Eletrônico	12.893 12.516 1.984
Fonte: Unidades Gestoras		

Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC), Santa Catarina Turismo (Santur) e Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (COHAB).



Esses ativos foram mensurados pelo custo de produção, representado pelo valor do contrato de desenvolvimento e respectivos aditivos, ou pelo custo estimado de reposição (PGE-Net e *softwares* do DEINFRA), e não estão sujeitos à amortização, dado que não foi possível estimar a sua vida útil, observando o disposto nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e na Nota Técnica nº 001/2011, item 35.

A evolução do saldo das contas de softwares e softwares em desenvolvimento durante o exercício é apresentada a seguir.

■ Evolução de Saldo das Contas softwares e softwares em Desenvolvimento

R\$ milhares Softwares em **Softwares** Total Desenvolvimento Saldo em 31/12/2013 60.822 51.710 112.532 Adições 71.756 5.708 77.464 Baixas 18.474 375 18.849 57.043 Saldo em 31/12/2014 114.104 171.147

A evolução dos saldos das contas demonstra o esforço das unidades administrativas do Estado em reconhecer, mensurar e evidenciar a sua evolução patrimonial quanto a esses intangíveis.

15. Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar

R\$ milhares 2014 2013 Não Não TÍTULOS **TOTAL** TOTAL Circulante Circulante Circulante Circulante Pessoal a Pagar 56.280 123.625 179.905 64.865 210.163 275.027 15.494 15.494 16.309 16.309 Férias Licença-Prêmio 624 624 Pessoal a Pagar de 26.804 26.804 27.911 27.911 **Exercícios Anteriores** Precatórios de Pessoal – 668 668 242 2.443 2.686 Antes de 5/5/2000 Precatórios de Pessoal – 13.651 122.956 136.608 19.586 207.719 227.306 a Partir de 5/5/2000 192 Outras Obrigações de Pessoal a Pagar 330 330 192 Benefícios Previdenciários a Pagar 21.669 173.853 195.522 2.698 193.445 196.142 Benefícios Previdenciários (P) 2.351 2.351 Precatórios de Benefícios Previdenciários -19.317 173.853 193.171 2.698 193.445 196.142 a Partir de 5/5/2000 **Encargos Sociais a Pagar** 71.330 435.100 506.430 76.816 434.245 511.061 Entidades de Previdência 1.704 1.704 7.962 7.962 Privada e Complementar Contribuição a Regime 12.805 25.342 38.147 12.809 48.191 61.001 Próprio de Previdência Contribuição ao Plano de 54 54 Saúde do Exercício 409.758 INSS a Pagar 56.767 466.525 55.789 386.054 441.843 PIS/PASEP sobre a 255 255 Folha de Pagamento **TOTAL** 149.279 732.578 881.857 144.379 837.853 982.231



16. Empréstimos e Financiamentos

R\$ milhares

			31/12/2014			31/12/2013
TÍTULOS	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
Internos	514.544	12.115.092	12.629.635	468.451	10.383.303	10.851.754
Externos	239.017	2.498.416	2.737.433	101.814	2.277.379	2.379.193
TOTAL	753.561	14.613.508	15.367.069	570.265	12.660.682	13.230.947

Internos

	R\$ milhares
AUTORIZAÇÕES (INSTITUIÇÕES CREDORAS, LEIS, NÚMERO E DATA)	2014
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF)	8.942
Contrato de 31/3/98 - Lei nº 10.637, de 23 de dezembro de 1997	8.942
BANCO DO BRASIL S.A.	9.508.643
Contrato de 31/10/95 - IPESC - Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993	1.462
Contrato de 10/11/98 - COHAB - Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993	27.066
Contrato de 21/2/94 - GOVERNO - Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993	-
Contrato de 31/3/98 - 012/98/STN/COAFI - Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997	8.646.166
Contrato de 21/1/98 - DMLP - Lei nº 10.542, de 30 de setembro de 1997	41.874
Contrato de 22/10/09 - PFE-I - Lei nº 14.500, de 13 de agosto de 2008	25.149
Contrato de 18/7/13 - Prevenção de Desastres Naturais - Lei nº 15.941, de 21 de dezembro de 2012	675.741
Contrato de 27/11/13 - Pacto por Santa Catarina - Lei nº 16.129, de 23 de setembro de 2013	91.185
BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES)	3.111.921
Contrato de 11/09/09 - PMAE - Lei nº 14.500, de 13 de agosto de 2008	8.664
Contrato de 30/06/10 - PEF II - Lei nº 15.067, de 30 de dezembro de 2009	52.765
Contrato de 13/08/10 - CASAN/PAC - Lei nº 15.255, de 5 de agosto de 2010 e Lei nº 14.436, de 21 de maio de 2008	104.437
Contrato de 15/12/11 - Sistema Transporte Joinville - Lei nº 14.031, de 22 de junho de 2007	25.576
Contrato de 21/11/12 - Caminhos do Desenvolvimento - Lei nº 15.830, de 30 de maio de 2012	401.206
Contrato de 4/4/13 - Acelera Santa Catarina - Lei nº 15.903, de 20 de dezembro de 2012	2.519.273
FINANCIAMENTOS	129
Contrato de Fornecimento de Equipamentos e Prestação de Serviços nº 044/2012	129
TOTAL	12.629.635

Fonte: Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública (SEF)



Externos

R\$	milhares
	2014

AUTORIZAÇÕES (INSTITUIÇÕES CREDORAS, LEIS, NÚMERO E DATA)	2014
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID 1390/OC/BR-ROF: TA 154202	
Contrato assinado em 9/5/2002 - Lei nº 11.830, de 10 de julho de 2001	224.944
BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO - BIRD 4660 BR-ROF: 2325	98
Contrato assinado em 10/5/2002 - Lei nº 12.007, de 29 de novembro de 2001	41.786
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID 2171/OC/BR	
Contrato assinado em 9/4/2010 - Lei nº 14.532, de 6 de novembro de 2008	124.081
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID 2172/OC/BR	
Contrato assinado em 1º/9/2010 - Lei nº 14.529, de 28 de outubro de 2008	54.616
CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO - CAF	
Contrato assinado em 31/8/2010 - Lei nº 13.919, de 27 de dezembro de 2006	87.260
BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO - BIRD 7952 BR-RURAI	L
Contrato assinado em 30/9/2010 - Lei nº 14.962, de 3 de dezembro de 2009	96.725
BANK OF AMERICA - BAML TA - 634758	
Contrato assinado em 27/12/2012 - Lei nº 15.881, de 10 de agosto de 2012	1.875.691
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID 2900	
Contrato assinado em 9/1/2013 - Lei nº 14.532, de 6 de novembro de 2008	232.331
TOTAL	2.737.433

Fonte: Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública (SEF)

Os valores informados de empréstimos e financiamentos externos foram convertidos para real com base na cotação do dólar R\$ 2,6562 datada de 31 de dezembro de 2014.

Demais informações sobre os contratos listados são encontradas no Relatório da Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública (DICD) de 2014, parte do Volume II deste Balanço Geral.

17. Fornecedores e Contas a Pagar

R\$ milhares

			31/12/2014			31/12/2013
TÍTULOS	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
Fornecedores e Contas a Pagar do Exercício	45.313	-	45.313	77.166	-	77.166
Fornecedores e Contas a Pagar de Exercícios Anteriores	-	47	47	-	42	42
Precatórios de Fornecedores e Contas a Pagar – Antes de 5/5/2000	-	-	-	1.856	18.505	20.361
Precatórios de Fornecedores e Contas a Pagar – a Partir 5/5/2000	151.001	1.359.039	1.510.040	128.084	1.289.160	1.417.244
TOTAL	196.314	1.359.086	1.555.400	207.106	1.307.708	1.514.814

18. Obrigações Fiscais

R\$ milhares

			31/12/2014			31/12/2013
TÍTULOS	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
Tributos Renegociados	15.626	242.411	258.037	9.664	241.185	250.849
Demais Obrigações Fiscais	827	15	842	826	15	841
TOTAL	16.453	242.426	258.879	10.490	241.200	251.690

■ Tributos Renegociados

Esses valores referem-se, basicamente, ao parcelamento de débitos com a União referente ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) por meio da Medida Provisória nº 574/2012 e da Lei nº 12.810/2013.

19. Provisões

R\$ milhares

	<u> </u>		31/12/2014			31/12/2013
TÍTULOS	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
Provisão para Riscos Trabalhistas	12.484	8.991	21.475	12.219	8.991	21.211
Provisão para Riscos Cíveis	3.700	1.499	5.199	3.319	1.499	4.818
Provisão para Riscos Fiscais	-	34.456	34.456	-	34.456	34.456
Provisão para Repartição de Créditos	452.200	-	452.200	543.003	-	543.003
Provisões Matemáticas Previdenciárias	-	771.238	771.238	-	333.875	333.875
Outras Provisões	36.340	-	36.340	52.533	-	52.533
TOTAL	504.724	816.184	1.320.908	611.074	378.821	989.896

■ Provisão para Repartição de Créditos

Refere-se ao montante estimado de distribuição constitucional e legal das receitas reconhecidas pelo regime de competência no ativo, conforme descrito na nota explicativa nº 5.

R\$ milhares

		31/12/2014
Impostos	Transferências ao Fundeb	Transferências aos Municípios
ICMS	156.709	261.182
IPVA	4.360	21.798
ITCMD	8.151	-
TOTAL	169.220	282.980



■ Provisões Matemáticas Previdenciárias

R\$ milhares

	-		31/12/2014
TÍTULOS	Plano Financeiro	Plano Previdenciário	Total
Provisões para Benefícios Concedidos:			
. Aposentadoria/Pensões/Outros Benefícios	72.155.034	2.678	81.695.655
. Contribuições dos Inativos	(1.662.021)	-	(2.392.922)
. Contribuições dos Pensionistas	(408.133)	(2)	(744.730)
. Cobertura de Insuficiência Financeira	(70.026.068)	-	(70.026.068)
	58.812	2.676	61.488
Provisões para Benefícios a Conceder:			
. Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios	94.943.033	7.026.385	117.645.648
. Contribuições do Ente	(6.114.231)	(3.107.702)	(10.123.167)
. Contribuições dos Ativos	(3.202.692)	(3.418.472)	(11.321.369)
. Compensação Previdenciária	(1.670.981)	(25.723)	(2.218.695)
. Cobertura de Insuficiência Financeira	(83.955.129)	-	(94.188.501)
. Provisões Atuariais para Ajuste do Plano		235.262	484.056
	0	709.750	709.750
	58.812	712.426	771.238

A avaliação atuarial para o exercício financeiro de 2014 foi realizada pela empresa CSM – Consultoria Atuarial, de acordo com o contrato de prestação de serviços nº 040/2013, que fez atualizações mensais do saldo das provisões matemáticas.

Em relação a critérios, hipóteses e premissas adotados nessa avaliação atuarial, destacaram-se os seguintes pontos:

- a) a taxa de juros atuarial aplicada nos cálculos de 5,75% para o fundo previdenciário (6% em 2013) e de 0,00% para o fundo financeiro ao ano atende ao limite máximo imposto pela Portaria do Ministério da Previdência Social (MPS) nº 403, de 10 de dezembro de 2009;
- b) nessa avaliação, foi adotada a taxa de crescimento real de proventos de aposentadoria e pensão de 2,42% ao ano;
- c) foi adotada a taxa de rotatividade de 1% para os fundos previdenciário e financeiro;
- d) o indexador utilizado nas hipóteses financeiras e econômicas foi o IPCA;
- e) as informações fornecidas ao atuário pelo Estado de Santa Catarina estão posicionadas em dezembro de 2013.

Na avaliação atuarial de 2014, a cobertura da insuficiência financeira foi de R\$ 153,981 bilhões (R\$ 172,691 bilhões em 2013).

20. Demais Obrigações

R\$ milhares

			31/12/2014			31/12/2013
TÍTULOS	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
Adiantamentos de Clientes	68.846	182.809	251.655	70.243	247.329	317.573
Dividendos a Pagar	1.104	-	1.104	1.104	-	1.104
Consignações	2.798	-	2.798	7.643	-	7.643
Garantias	7.412	-	7.412	7.868	-	7.868
Depósitos Judiciais	4.219.918	98.293	4.318.211	3.401.770	-	3.401.770
Depósitos	224.050	-	224.050	241.743	-	241.743
Limite de Saque	1.800.019	-	1.800.019	1.324.899	-	1.324.899
Outras Obrigações	70.553	188.677	259.230	139.286	273.836	413.121
TOTAL	6.394.701	469.780	6.864.480	5.194.557	521.165	5.715.722



Adiantamento de Clientes

Registra, principalmente, os valores pagos antecipadamente pelo Banco do Brasil ao Governo do Estado de Santa Catarina por conta da prestação de serviços bancários pelo prazo de 60 meses, contabilizados na Unidade Gestora Diretoria do Tesouro Estadual.

■ Depósitos Judiciais

R\$ milhares

			31/12/2014
UNIDADE GESTORA	Circulante	Não circulante	TOTAL
Tribunal de Justiça do Estado	4.097.214		4.097.214
Fundo de Reaparelhamento da Justiça	-		_
Fundo de Melhoria da Polícia Militar	3	-	3
Secretaria de Estado da Educação	3	-	3
Diretoria do Tesouro Estadual	122.693	-	122.693
Administração do Porto de São Francisco do Sul	5	-	5
Encargos Gerais do Estado	-	98.293	98.293
TOTAL	4.219.918	98.293	4.318.211

Do total contabilizado na conta de Depósitos Judiciais, o valor de R\$ 4,097 bilhões, que equivale a 94,88%, refere-se aos depósitos judiciais do Tribunal de Justiça. Esse valor não constitui obrigação financeira efetiva, tendo em vista que, por força da Lei Estadual nº 15.327/2010, os recursos provenientes de depósitos sob aviso à disposição da justiça em geral – depósitos judiciais – são aplicados no mercado financeiro enquanto não forem autorizados os pagamentos aos interessados pelo juízo competente. Sendo assim, a contrapartida desses valores é contabilizada no passivo circulante do Tribunal de Justiça, na conta de depósitos recebidos por determinação judicial e, consequentemente, no passivo circulante do Estado.

Para fins de análise das demonstrações contábeis, o valor de R\$ 4,097 bilhões é desconsiderado tanto no ativo quanto no passivo, pois não constitui disponibilidade/obrigação financeira efetiva (ver nota explicativa nº 3).

Depósitos

Entre os valores registrados nesta rubrica, destacam-se aqueles recebidos pelo FADESC referentes ao PRODEC⁵.

Conforme previsto na legislação⁶, os valores recolhidos ao FADESC poderão ser utilizados para investimentos de alto interesse do Estado, especialmente como contrapartida de recursos oriundos do Governo Federal ou repassados à SC Parcerias S.A

Até 2011, os valores repassados à SC Parcerias S.A. eram registrados no passivo financeiro do FADESC até o registro da receita orçamentária, o que ocorre somente ao final do contrato de mútuo⁷, resultando em déficit financeiro da fonte de recursos 9.9.99 – fonte extraorçamentária⁸.

No entanto, embora a legislação obrigue o registro da receita orçamentária somente ao final do contrato de mútuo, houve o diferimento do reconhecimento de uma receita tanto sob o enfoque orçamentário quanto sob o enfoque patrimonial.

Diferir o reconhecimento de uma receita significa dizer que houve o fato gerador da receita, que sob a ótica orçamentária é a arrecadação (artigo 35, inciso I, da Lei nº 4.320/64) e sob a teoria patrimonialista seria o fato gerador do tributo, mas que, por previsão legal, não foi feito o seu reconhecimento.

Dessa forma, em 2014 está reconhecida uma receita diferida (nota explicativa nº 21) no montante de R\$ 518 milhões.

⁸ Ressalva número 5 – Fonte de recurso com elevado déficit financeiro no julgamento das contas do Governo de 2011.



⁵ Lei Estadual nº 13.342/2005 e alterações.

⁶ Decreto Estadual nº 704/2007, artigo 14, §2º.

⁷ Lei Estadual nº 13.342/2005, artigo 9º, § 2º.

21. Resultado Diferido

Registra-se, nesta rubrica, o diferimento da receita orçamentária. Em 2014, o acréscimo desta conta ocorreu em função dos valores repassados pelo FADESC à SC Parcerias S.A. (R\$ 38,056 milhões) e ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) (R\$ 104,800 milhões) (ver nota explicativa nº 20 - depósitos). Ao final do contrato de mútuo, as receitas diferidas serão registradas como receita orçamentária, conforme estabelecido na legislação.

22. Ajustes de Exercícios Anteriores

A conta de Ajustes de Exercícios Anteriores foi movimentada em 2014, substancialmente, em função de:

- a) mudança de práticas contábeis, tal como:
- » reavaliação positiva ou negativa, conforme os procedimentos previstos no Decreto Estadual n° 3.486, de 3 de setembro de 2010, quando se tratar da primeira avaliação do bem. A Diretoria de Contabilidade Geral optou por seguir o padrão estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), vinculada ao Ministério da Fazenda, promovendo o lançamento da reavaliação inicial à conta de ajuste de exercícios anteriores.
- b) retificação de erros de exercícios anteriores não atribuíveis a fatos subsequentes, tais como:
- » ajuste do saldo da contabilidade pública à contabilidade comercial, feito pelas empresas estatais dependentes, devido à defasagem entre o fechamento contábil da área comercial e pública; e
- » incorporação ou desincorporação de patrimônio relativo a exercícios anteriores (vide nota explicativa nº 13).

Abaixo, segue o quadro-resumo dos valores registrados em Ajustes de Exercícios Anteriores:

	R\$ milhares
Ajuste de Exercícios Anteriores Decorrentes de:	
a) Mudança de Práticas Contábeis	541.504
b) Retificação de Erros de Exercícios Anteriores	2.754.107
TOTAL	3.295.611

No item de mudanças de práticas contábeis, destacamos o DEINFRA, que em 2014 avaliou bens de infraestrutura, tais como pontes, registrando a quantia de R\$ 535,339 milhões.

No que tange ao item de retificação de erros de exercícios anteriores, o maior valor (R\$ 2,702 bilhões) é do Fundo Patrimonial e diz respeito a incorporações, desincorporações e valores de depreciação dos bens móveis e imóveis referente aos exercícios de 2012 e 2013 que foram registrados no ano de 2014.

23. Riscos Fiscais e Passivos Contingentes

R¢ milharos

TÍTULOS	31/12/2014	31/12/2013
Caixa Títulos Emitidos - Letras do Tesouro - Lei nº 10.168/1996	1.921.815	1.782.326
Sentenças Judiciais Passivas em trâmite	7.193.153	6.192.151
INVESC	5.644.738	4.703.241
DEINFRA	1.484.916	1.437.988
UDESC	9.817	10.282
EPAGRI	53.682	40.640,00
Dívida com a Celesc	32.903	32.903
TOTAL	9.147.871	8.007.381

Lei Estadual nº 13.342/2005, artigo 9º, § 2º.



■ Letras do Tesouro - Lei nº 10.168/1996 (LFTSC)

As Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina (LFTSC) foram emitidas em 1996, com amparo na Lei nº 10.168, de 11 de julho de 1996, e custodiadas na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos Privados (CETIP). As LFTSC eram movimentadas pelo Fundo de Liquidez da Dívida Pública do BESC e foram retiradas de custódia pela CETIP em junho de 2000. As LFTSC não foram pagas nos vencimentos, razão pela qual há litígios judiciais de 239.855 delas.

INVESC

No ano de 1995, foram captados pela Santa Catarina Participação e Investimentos S.A. (INVESC) R\$ 104,22 milhões por meio da emissão de 10.000 debêntures. Os recursos foram transferidos para o Tesouro do Estado e aplicados em investimentos públicos. As referidas debêntures, vencidas em 31 de outubro de 2000 e não resgatadas pela INVESC, estão sendo cobradas judicialmente (Processo Judicial nº 023.00.005707-2 - PLANNER Corretora de Valores S.A. X INVESC).

Celesc

Trata-se de dívida cobrada do Estado pela Celesc referente ao período de novembro de 1985 a dezembro de 2007, conforme o Processo PSEF nº 97.521/043. Em dezembro de 2010, foi reclassificada parte do valor registrado para o passivo pelo reconhecimento de dívida, de acordo com o protocolo de intenções ECP nº 03/88 (PSEF nº 97.521/043, PSEF nº 93.345/097, SEF nº 198.457/098, SEF nº 64.127/958, SEPF nº 64.696/952, SEF nº 40.207/2010 e PSEF nº 88.046/095).

DEINFRA

Os riscos fiscais do DEINFRA são compostos por ações civis públicas, dívida ativa, ações trabalhistas e ações comuns, nestas enquadrando-se a demanda judicial referente à duplicação das rodovias SC-401, SC-402 e SC-403 (R\$ 72,154 milhões).

UDESC

Trata-se de ações, praticamente todas cíveis, que tramitam na Vara da Fazenda Pública. Em geral, são ações de repetição de indébito do ensino a distância, sendo na sua maioria pagos por meio de RPV.

Epagri

Os riscos fiscais da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) referem-se a ações trabalhistas, cíveis e tributárias, registradas pela contabilidade no mês de dezembro de 2013.

No volume II desta prestação de contas anual, encontra-se o relatório da Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública da Secretaria de Estado da Fazenda, o qual detalha os riscos fiscais e os passivos contingentes.

24. Caixa e Equivalentes de Caixa (DFC e BF)

A disponibilidade é composta por caixa e equivalentes de caixa. O saldo de caixa refere-se aos recursos disponíveis em contas correntes bancárias. Os equivalentes de caixa são as aplicações financeiras de alta liquidez e os valores arrecadados e não recolhidos aos cofres do Tesouro, os quais são contabilizados como arrecadação indireta.

Para fins de elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), os valores da fonte 9.9.99 (extraorçamentária) não integram o saldo de caixa e equivalentes de caixa, pois são recursos que não são utilizados para financiar os fluxos de atividades operacionais, de investimentos e de financiamento.

Com relação ao Balanço Financeiro (BF), os valores da fonte 9.9.99 (extraorçamentária) integram o saldo de caixa e equivalentes de caixa, sendo, portanto, diferentes do saldo de caixa e equivalentes de caixa apresentado na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

25. Transferências Intergovernamentais e Intragovernamentais (DFC e BO)

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transferências intergovernamentais são consideradas como os valores referentes às transações financeiras entre os entes da Federação. No Balanço Orçamentário (BO), esses valores são representados como transferências intragovernamentais. Tais nomenclaturas seguem o disposto no Manual de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).



26. Impostos e Transferências (DVP)

A seguir apresentam-se os valores das principais classes de tributos e transferências que compõem a Demonstração de Variações Patrimoniais (DVP), de acordo com a IPSAS 23 – Receita de Transações sem Contraprestação (Tributos e Transferências) – , item 106. Os valores a seguir já consideram as deduções das receitas, sendo, portanto, líquidos.

		R\$ milhares
TRIBUTOS	31/12/2013	31/12/2014
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		
Impostos	19.117.435	19.163.672
Taxas	660.694	741.671
TOTAL	19.778.128	19.905.343
		R\$ milhares
TRANSFERÊNCIAS	31/12/2013	31/12/2014
Transferências e Delegações Recebidas		
Transferências Intragovernamentais	56.797.206	62.697.279
Transferências Intergovernamentais	3.851.289	4.504.379
Transferências das Instituições Privadas	876.336	929.106
Transferências do Exterior	38	49
Transferências de Pessoas Físicas	471	616
Outras Transferências e Delegações Recebidas	0	456.366
TOTAL	61,525,339	68,587,794

27. Resultado Patrimonial (DVP e DMPL)

O resultado patrimonial do período foi de R\$ 1,311 bilhão, considerando-se as operações intra. Excluindo-se essas operações, o resultado foi de R\$ 1,319 bilhão. Essa diferença, que corresponde também à apuração do resultado intra, foi de R\$ 7,538 milhões, representando o resultado negativo da equivalência patrimonial das empresas estatais dependentes.

As variações patrimoniais qualitativas representam as incorporações/desincorporações de ativos e passivos resultantes da execução orçamentária das receitas/despesas de capital.



SAnálise das Demonstrações Contábeis



A análise das Demonstrações Contábeis do Balanço Geral tem por finalidades a obtenção, a decomposição e a interpretação de valores constantes nos demonstrativos para gerar informações úteis que possibilitem o entendimento das contas do Estado, auxiliando no processo de tomada de decisão. Essa análise observa a evolução de indicadores nos últimos quatro anos. A variação entre um ano e o anterior é denominada análise horizontal, sendo identificada com o termo H%.

Os indicadores estão divididos em cinco partes: Indicadores do Balanço Patrimonial, Análise da Execução Orçamentária, Análise do Balanço Financeiro, Análise das Variações Patrimoniais e Análise da Demonstração dos Fluxos de Caixa. Os valores desses indicadores têm como base os demonstrativos publicados no capítulo "Demonstrações Contábeis", que apresenta os valores consolidados do Estado.

Em 2014, houve mudança na composição de alguns indicadores, excluindo-se a fonte 9.9.99 (extraorçamentária) dos valores do Ativo e do Passivo, uma vez que essa fonte não é utilizada para financiar os fluxos de atividades operacionais, de investimentos e de financiamento. Esse critério também foi utilizado para a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), conforme detalha a Nota Explicativa nº 24.

A seguir, apresentam-se alguns conceitos definidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, pela Lei nº 4.320/64, pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e por outras literaturas da área, com o objetivo de propiciar uma melhor compreensão da metodologia estruturada nas Demonstrações Contábeis do Balanço Geral.

Ativo – compreende os recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços. Abrange as disponibilidades, os direitos e os bens, tangíveis ou intangíveis adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelo setor público, de que este seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerentes à prestação de serviços públicos.

Passivo – compreende as obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se espera que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços. Compreende as obrigações assumidas pelas entidades do setor público para a consecução dos serviços públicos ou mantidas na condição de fiel depositário, assim como as provisões.



Patrimônio Líquido – é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos.

Patrimônio Público – é o conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, de que este seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações.

Ativo Circulante – compreende os ativos que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: sejam caixa ou equivalente de caixa; sejam realizáveis ou mantidos para venda ou consumo dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos para fins comerciais; sejam realizáveis dentro dos doze meses seguintes à data da publicação das demonstrações contábeis.

Ativo Não Circulante – compreende os bens e direitos realizáveis após os doze meses seguintes à data de publicação das demonstrações contábeis.

Ativo Permanente – compreende os bens, os créditos e os valores cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

Ativo Financeiro – compreende os créditos e os valores realizáveis, independentemente de autorização orçamentária, e os valores numerários.

Passivo Circulante – compreende as obrigações pendentes ou em circulação exigíveis até o término do exercício sequinte ao da publicação das demonstrações contábeis.

Passivo Não Circulante – compreende as obrigações conhecidas e estimadas, cujos prazos estabelecidos ou esperados situem-se após os doze meses seguintes à data de publicação das demonstrações contábeis.

Passivo Permanente – compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Passivo Financeiro – compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária como os restos a pagar, os serviços da dívida a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria (operações de crédito por antecipação de receita).

Variações Patrimoniais – são transações que promovem alterações nos elementos patrimoniais da entidade do setor público, mesmo em caráter compensatório, afetando, ou não, o seu resultado. Elas são divididas em quantitativas e qualitativas. As variações patrimoniais qualitativas alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido, determinando modificações apenas na composição específica dos elementos patrimoniais. As variações patrimoniais quantitativas decorrem de transações que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido, subdividindo-se em Variações Patrimoniais Aumentativas (VPAs) e Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs).

Variações Patrimoniais Aumentativas (VPAs) – são variações patrimoniais que aumentam o patrimônio líquido (receita sob o enfoque patrimonial).

Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs) – são variações patrimoniais que diminuem o patrimônio líquido (despesa sob o enfoque patrimonial).

Balanço Patrimonial – evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública. É estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido.

Balanço Orçamentário – evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, e demonstrando o resultado orçamentário. É estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

Balanço Financeiro – evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Demonstração das Variações Patrimoniais – evidencia as variações quantitativas (VPAs e VPDs), o resultado patrimonial e as variações qualitativas decorrentes da execução orçamentária.

Demonstração dos Fluxos de Caixa – permite projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços públicos. O fluxo de caixa das operações compreende os ingressos, inclusive decorrentes de receitas originárias e derivadas, e os desembolsos relacionados com a ação pública e os demais fluxos que não se qualificam como de investimento ou financiamento.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – objetiva demonstrar: a) o déficit ou superávit patrimonial do período; b) cada mutação no patrimônio líquido reconhecida diretamente nele; c) o efeito decorrente da mudança nos critérios contábeis e os efeitos decorrentes da retificação de erros cometidos em exercícios anteriores; e d) as contribuições dos proprietários e distribuições recebidas por eles como proprietários. Ressalta ainda que alterações no patrimônio líquido de uma entidade entre as datas de duas demonstrações financeiras consecutivas refletem o aumento ou a diminuição da riqueza durante o período.



Indicadores do Balanço Patrimonial

■ Situação Financeira

Indicador	Metodologia	2011	Н%	2012	Н%	2013	Н%	2014		Interpretação
Situação Financeira ^{1, 2}	Ativo Financeiro ÷ Passivo Financeiro	1,48	2%	1,51	4%	1,57	333%	(9.039.325 + 529.435 - 1.800.019 - 4.384.197) ÷ (6.681.996 - 1.800.019 - 4.384.197) (R\$ milhares)	6,80	Indica se no período ocorreu superávit ou déficit financeiro. = 1 - Há o equilíbrio da situação financeira. > 1 - Há superávit financeiro. < 1 - Há déficit financeiro. Conclusão Quanto maior, melhor.

Nota¹: no Ativo Financeiro foram consideradas as rubricas Caixa e Equivalentes de Caixa (nota explicativa nº 3) e Investimentos e Aplicações Temporárias (nota explicativa nº 9), desconsiderando o saldo da rubrica limite de saque. No Passivo Financeiro foi excluído o saldo da rubrica limite de saque (nota explicativa nº 3), pois não se configura dívida.

Nota²: em 2014, não estão sendo considerados no Ativo e no Passivo os valores da fonte 9.9.99 (extraorçamentária) que não são utilizados para financiar os fluxos de atividades operacionais, de investimentos e de financiamento.

Liquidez

Indicador	Metodologia	2011	Н%	2012	Н%	2013	Н%	2014		Interpretação
Liquidez Corrente ^{1,2}	Ativo Circulante ÷ Passivo Circulante	1,30	-5%	1,23	23%	1,51	125%	(12.395.049 - 1.800.019 - 4.384.197) ÷ (8.015.032 - 1.800.019 - 4.384.197) (R\$ milhares)	3,39	Indica quanto o Estado possui de dinheiro mais bens e direitos realizáveis no próximo exercício financeiro, comparado com as dívidas a serem pagas no mesmo período. = 1 - Indica equilíbrio de ativos de curto prazo para honrar os passivos de curto prazo. > 1 - Indica sobra de ativos de curto prazo para honrar os passivos de curto prazo. < 1 - Indica falta de ativos de curto prazo para honrar os passivos de curto prazo. < 1 - Indica falta de ativos de curto prazo para honrar os passivos de curto prazo.

Nota¹: no Ativo Circulante e no Passivo Circulante, foi desconsiderado o saldo da rubrica limite de saque (nota explicativa nº 3).

Nota²: em 2014, não estão sendo considerados no Ativo e no Passivo os valores da fonte 9.9.99 (extraorçamentária), que não são utilizados para financiar os fluxos de atividades operacionais, de investimentos e de financiamento.



■ Endividamento

Indicador	Metodologia	2011	Н%	2012	Н%	2013	Н%	2014		Interpretação
Composição do Endividamento ¹	Passivo Circulante ÷ Passivo Circulante + Passivo Não Circulante	0,21	48%	0,31	0%	0,31	-71%	(8.015.032 - 1.800.019 - 4.384.197) ÷ (8.015.032 - 1.800.019 - 4.384.197 + 18.751.255) (R\$ milhares)	0,09	Demonstra quanto da dívida do Estado é exigível no próximo exercício financeiro. = 1 - Indica que a totalidade da dívida realizar-se-á no próximo exercício financeiro. < 1 - Indica quanto da dívida realizar-se-á no próximo exercício financeiro. Conclusão Quanto menor, melhor.
Endividamento Oneroso sobre Ativo Total ²	Empréstimos e Financiamentos de Curto e Longo Prazos ÷ Ativo Total	0,82	-12%	0,72	-6%	0,68	-2%	(753.561 + 14.613.508) ÷ (29.163.983 - 1.800.019 - 4.384.197) (R\$ milhares)	0,67	Indica quanto do ativo total do Estado está comprometido com dívidas onerosas mantidas com instituições financeiras = 1 - Indica que a totalidade dos ativos do Estado estão comprometidos com dívidas onerosas. > 1 - Indica que as dívidas onerosas ultrapassam os ativos do Estado. < 1 - Indica que parcela dos ativos do Estado está comprometida com dívidas onerosas. Conclusão Quanto menor, melhor.
Dívida Onerosa Líquida ³	Disponível :- Empréstimos e Financiamentos de Curto e Longo Prazos	0,40	2%	0,41	45%	0,59	-63%	(9.039.325 + 529.435 - 1.800.019 - 4.384.197) ÷ (753.561 + 14.613.508) (R\$ milhares)	0,22	Indica quanto o Estado possui em dinheiro mais aplicações financeiras para fazer face à sua dívida onerosa. = 1 - Indica equilíbrio de disponibilidades para honrar a dívida onerosa. > 1 - Indica sobra de disponibilidades para honrar a dívida onerosa. < 1 - Indica falta de disponibilidades para honrar a dívida onerosa. < 1 - Indica falta de disponibilidades para honrar a dívida onerosa. Conclusão Quanto maior, melhor.

Nota¹: foi excluída a rubrica limite de saque (nota explicativa nº 3) no Passivo Circulante, pois não se configura dívida. Em 2014, não estão sendo considerados Passivo os valores da fonte 9.9.99 (extraorçamentária), que não são utilizados para financiar os fluxos de atividades operacionais, de investimentos e de financiamento.

Nota²: no Ativo, foi retirado o saldo da rubrica limite de saque (nota explicativa nº 3), pois equivale ao saldo da conta única. Em 2014, não estão sendo considerados no Ativo os valores da fonte 9.9.99 (extraorçamentária), que não são utilizados para financiar os fluxos de atividades operacionais, de investimentos e de financiamento.

Nota³: no Disponível, foram consideradas as rubricas Caixa e Equivalentes de Caixa (nota explicativa nº 3) e Investimentos e Aplicações Temporárias (nota explicativa nº 9), excluindo-se o valor do limite de saque (nota explicativa nº 3). Em 2014, não estão sendo considerados no Disponível (Ativo) os valores da fonte 9.9.99 (extraorçamentária) que não são utilizados para financiar os fluxos de atividades operacionais, de investimentos e de financiamento.



Análise da Execução Orçamentária

Indicador	Metodologia	2011	Н%	2012	Н%	2013	Н%	2014		Interpretação
Execução da Receita	Receita Executada ÷ Receita Prevista	1,02	2%	1,04	-2%	1,02	0%	21.612.111 ÷ 21.293.336 (R\$ milhares)	1,01	O indicador permite avaliar a precisão do orçamento. = 1 - A receita executada é igual à prevista. > 1 - A diferença representa excesso de arrecadação. < 1 - Há arrecadação menor do que o previsto. Conclusão Quanto maior que 1, melhor.
Equilíbrio Orçamentário	Despesa Fixada ÷ Receita Prevista	1,00	0%	1,00	0%	1,00	0%	21.293.336 ÷ 21.293.336 (R\$ milhares)	1,00	Indica se há equilíbrio entre a despesa fixada e a receita prevista constante na LOA. = 1 - Há equilíbrio orçamentário. > 1 - A diferença representa o montante de créditos adicionais abertos. < 1 - A lei de orçamento pode ter sido aprovada com superávit, e não com equilíbrio. Conclusão O ideal é igual a 1.
Execução da Despesa	Despesa Executada ÷ Dotação Atualizada	0,84	2%	0,86	-3%	0,84	1%	21.230.114 ÷ 25.010.907 (R\$ milhares)	0,85	Avalia a eficácia do orçamento no tocante à fixação da despesa. = 1 - Há equilíbrio na execução da despesa. > 1 - Foi utilizada dotação sem autorização legal. < 1 - Há economia orçamentária. Conclusão Quanto menor que 1, melhor.
Resultado Orçamentário	Receita Executada ÷ Despesa Executada	1,02	-9%	0,93	10%	1,02	0%	21.612.111 ÷ 21.230.114 (R\$ milhares)	1,02	Indica se no período ocorreu superávit ou déficit orçamentário. = 1 - Há equilíbrio do resultado orçamentário. > 1 - Há superávit orçamentário na execução. < 1 - Há déficit orçamentário na execução. Conclusão Quanto maior, melhor.
Execução Orçamentária Corrente	Receita Corrente ÷ Despesa Corrente	1,13	-9%	1,03	5%	1,08	-1%	19.708.473 ÷ 18.402.189 (R\$ milhares)	1,07	Indica se a receita corrente suportou as despesas correntes ou se foi necessário utilizar-se de receita de capital. = 1 - Há equilíbrio da execução orçamentária corrente. > 1 - Há superávit orçamentário corrente. < 1 - Há déficit orçamentário corrente, indicando que será necessário utilizar receita de capital para supri-la dos recursos requeridos. Conclusão Quanto maior, melhor.
Execução Orçamentária de Capital	Receita de Capital ÷ Despesa de Capital	0,10	580%	0,68	4%	0,71	-5%	1.903.638 ÷ 2.827.924 (R\$ milhares)	0,67	Indica se no período ocorreu superávit ou déficit de capital. = 1 - Há equilíbrio da execução orçamentária de capital. > 1 - Existe superávit orçamentário de capital, demonstrando ter ocorrido alienação de bens e valores e, portanto, diminuição do patrimônio ou operação de crédito. < 1 - Existe déficit orçamentário de capital, indicando que houve utilização de receita corrente para a cobertura de despesa de capital. Conclusão O ideal é igual ou menor que 1.



Análise do Balanço Financeiro

Indicador	Metodologia	2011	Н%	2012	Н%	2013	Н%	2014		Interpretação
Financeiro Real da Execução Orçamentária	Receita Orçamentária ÷ Despesa Orçamentária Paga	1,05	-5%	1,00	6%	1,06	-1%	21.612.111 ÷ 20.735.132 (R\$ milhares)	1,04	Indica se no período ocorreu superávit ou déficit na execução orçamentária e financeira, considerando-se o regime de caixa também para a despesa. = 1 - Há equilíbrio da execução orçamentária e financeira, considerando-se o regime de caixa também para a despesa. > 1 - Há superávit orçamentário na execução e na movimentação financeira, considerando-se o regime de caixa também para a despesa. < 1 - Há déficit orçamentário na execução e na movimentação financeira, considerando-se o regime de caixa também para a despesa. Conclusão: quanto maior, melhor.
Execução Extraorçamentária	Receita Extraorçamentária ÷ Despesa Extraorçamentária	1,01	-1%	1,00	10%	1,10	-5%	13.402.954 ÷ 12.729.562 (R\$ milhares)	1,05	Indica se no período ocorreu superávit ou déficit extraorçamentário. = 1 - Há equilíbrio na execução extraorçamentária. > 1 - Há superávit extraorçamentário. < 1 - Há déficit extraorçamentário. Conclusão: o ideal é igual a 1.
Resultado dos Saldos Financeiros	Saldo que Passa para o Exercício Seguinte ÷ Saldo do Exercício Anterior	1,28	-19%	1,04	27%	1,32	-11%	7.239.307 ÷ 6.175.639 (R\$ milhares)	1,17	Indica se no período ocorreu superávit ou déficit financeiro. = 1 - há equilíbrio entre recebimentos e pagamentos do período. > 1 - Há superávit financeiro. < 1 - Há déficit financeiro. Conclusão: quanto maior, melhor.



Análise das Variações Patrimoniais

Indicador	Metodologia	2011	Н%	2012	Н%	2013	Н%	2014		Interpretação
Resultado das Variações Patrimoniais	Total das Variações Aumentativas ÷ Total das Variações Diminutivas	1,01	0,39%	1,01	-1,31%	1,00	1,42%	121.381.913 ÷ 120.070.646 (R\$ milhares)	1,01	Indica se no período ocorreu superávit ou déficit patrimonial. = 1 - A situação patrimonial está equilibrada. > 1 - Há superávit patrimonial no exercício. < 1 - Há déficit patrimonial no exercício. Conclusão Quanto maior, melhor.

Análise da Demonstração dos Fluxos de Caixa

Indicador	Metodologia	2011	Н%	2012	Н%	2013	Н%	2014		Interpretação
Quociente da capacidade de amortização de dívida ¹	Caixa Líquido Gerado nas Operações ÷ Total do Passivo	0,12	-67%	0,04	81%	0,07	-48%	834.641 ÷ (29.163.983 - 1.800.019 - 4.384.197) (R\$ milhares)	0,04	Indica a parcela dos recursos gerados pela entidade para pagamento da dívida. Conclusão Quanto maior, melhor.
Quociente da atividade operacional	Caixa Líquido Gerado nas Operações ÷ Total de Geração Líquida de Caixa	1,99	113%	4,24	-62%	1,63	12%	834.641 ÷ 456.567 (R\$ milhares)	1,83	Indica que a parcela da geração líquida de caixa pela entidade foi atribuída às atividades operacionais. Conclusão Quanto maior, melhor.

Nota¹: foi excluída a rubrica limite de saque (nota 3), pois não se configura dívida. Em 2014, não estão sendo considerados no Passivo os valores da fonte 9.9.99 (extraorçamentária), que não são utilizados para financiar os fluxos de atividades operacionais, de investimentos e de financiamento.

